

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Carolina Almeida de Paula

**AS RAZÕES DA INFIDELIDADE: MIGRAÇÃO PARTIDÁRIA NA 15^a
LEGISLATURA (2003-2007) DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ**

Porto Alegre,
2010

Carolina Almeida de Paula

**AS RAZÕES DA INFIDELIDADE: MIGRAÇÃO PARTIDÁRIA NA 15^a
LEGISLATURA (2003-2007) DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciência Política da UFRGS como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

BANCA EXAMINADORA

Profº Dr. Luis Gustavo Mello Grohmann (orientador)

Profº. Dr. André Luiz Marengo dos Santos (UFRGS)

Profº Dr. Mauricio Assumpção Moya (UFRGS)

Profª Dra. Marcia Ribeiro Dias (PUC/RS)

Porto Alegre, 2010.

*“Benditas coisas que eu não sei
Os lugares onde não fui
Os gostos que não provei
Meus verdes ainda não maduros
Os espaços que ainda procuro
Os amores que eu nunca encontrei
Benditas coisas que não sejam benditas(...)”*

Mart’ nália e Zélia Duncan

Agradecimentos

Após o término de mais uma etapa em minha vida não poderia deixar de expressar a minha gratidão às pessoas e instituições que estiveram envolvidas neste percurso comigo. Com a mudança de cidade para cursar o mestrado, pude perceber a posição principal que a minha família ocupa na minha forma de conduzir e sentir a vida, a distância solidificou a sensação que sempre tive, ainda que nem sempre verbalizada: meus pais, Angela e Chico, e meus irmãos, Andréia e Guilherme, representam o que há de mais precioso para mim, nada supera o carinho que tenho por vocês. Se tive o privilégio de receber uma educação de qualidade foi graças ao grande esforço dos meus pais, que após o nascimento dos filhos abdicaram de muitos planos individuais para oferecer o melhor possível para o meu desenvolvimento pessoal e intelectual. Não há no mundo palavras suficientes para compensar esse gesto de voluntariedade e generosidade, estarei eternamente em débito com vocês dois.

Agradeço as minhas amigas Francieli Manginelli e Sandra Avi dos Santos, pois apesar da distância estiveram presentes no meu dia-a-dia, seja através dos diversos e-mails, telefonemas ou inúmeros recados divertidos via Orkut! Sem o bom humor das nossas conversas e o apoio de ambas os momentos que me senti sozinha seriam bem mais recorrentes.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS agradeço a oportunidade em usufruir das disciplinas oferecidas pelos professores André Marengo, Benedito Tadeu César, Maria Izabel Noll, Mauricio Moya e Gustavo Grohmann. Para este último deixo um agradecimento especial, enquanto orientador soube mostrar-me a multiplicidade de caminhos ao longo da pesquisa, proporcionando-me a liberdade para trilhar e escolher o meu próprio trajeto.

Impossível não expressar aqui a minha gratidão aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPR. Desde que ingressei no curso de Ciências Sociais possuo com eles uma relação muito frutífera e agradável. Mesmo não pertencendo mais ao corpo docente, recebi durante o período do mestrado preciosos conselhos e sugestões para a minha pesquisa, especialmente dos professores Emerson Cervi e Luciana Veiga. Quanto à Luciana, agradeço sinceramente a amizade e sua constante torcida para a minha, ainda inicial, carreira acadêmica.

Por fim, registro o agradecimento à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelos recursos financeiros disponibilizados ao longo desses dois últimos anos.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| Lista de Siglas | 08 |
| Lista de tabelas e quadros | 09 |
| Resumo | 11 |
| Abstract | 12 |
| Introdução | 13 |
| 1. O desenho institucional do poder Legislativo paranaense e o quadro partidário estadual | 19 |
| 1.1 Considerações sobre a organização interna do poder Legislativo nacional | 19 |
| 1.2 Aspectos da organização interna da Assembléia Legislativa do Paraná (ALEP) | 24 |
| 1.3 O quadro partidário paranaense de 1982 a 2006..... | 29 |
| 2. Migração partidária na ALEP (1987-2007) | 40 |
| 2.1 A literatura sobre migração partidária na Câmara dos Deputados..... | 41 |
| 2.2 Migração e partidos na ALEP | 46 |
| 2.3 Migração partidária e os blocos ideológicos na ALEP | 52 |
| 3. As trocas de legendas na 15ª Legislatura da ALEP (2003-2007) e as razões da infidelidade dos parlamentares | 57 |
| 3.1 O contexto político e o resultado do pleito de 2002 no Paraná..... | 57 |
| 3.2 Número de trocas, direção da movimentação e período de ocorrência das migrações na 15ª Legislatura da ALEP | 63 |

| | |
|--|-----------|
| 3.3 O perfil dos deputados estaduais infiéis: padrão geográfico da votação em 2002 no Paraná e trajetória política | 71 |
| 3.4 As razões da infidelidade do deputado estadual paranaense..... | 78 |
| Conclusões | 83 |
| Referências Bibliográficas | 89 |
| ANEXO 1 – Lista dos deputados titulares que trocaram de legenda na 15ª legislatura da ALEP (2003-2007) por partido de origem, destino da troca e data da migração | 95 |
| ANEXO 2 – Padrão da distribuição geográfica da votação dos deputados estaduais paranaenses eleitos em 2002 | 96 |
| ANEXO 3 – Roteiro semi-estruturado para entrevistas em profundidade com deputados estaduais migrantes da 15ª Legislatura da ALEP (2003-2007)..... | 99 |

Lista de Siglas

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PDS – Partido Democrático Social

PPR – Partido Progressista Reformador

PPB – Partido Progressista Brasileiro

PP – Partido Progressista

PFL – Partido da Frente Liberal

DEM - Democratas

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PRN – Partido da Reconstrução Nacional

PL – Partido Liberal

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSC – Partido Social Cristão

PSL – Partido Social Liberal

PPS – Partido Popular Socialista

PV – Partido Verde

PMN – Partido da Mobilização Nacional

PRB – Partido Republicano Brasileiro

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

Lista de tabelas e quadros

TABELAS

| | |
|--|---------|
| TABELA 1 – Número efetivo de partidos (eleitorais e parlamentares) na Assembléia Legislativa do Paraná, 1982-2006 | 31 |
| TABELA 2 – Número efetivo de partidos (eleitorais e parlamentares) paranaenses na Câmara dos Deputados, 1982-2006..... | 32 |
| TABELA 3 – Partidos que obtiveram representação na Assembléia Legislativa do Paraná (em percentual de cadeiras), eleições de 1982 a 2006..... | 34 |
| TABELA 4 – Partidos que obtiveram representação na Câmara dos Deputados (em percentual de cadeiras) pela bancada paranaense, eleições de 1982 a 2006 | 35 |
| TABELA 5 – Partidos com representação política na ALEP classificados de acordo com Rodrigues (1995) em partidos grandes, partidos médios, partidos pequenos e micropartidos, eleições de 1982 a 2006 | 37 |
| TABELA 6 – Partidos com representação política pelo Paraná na Câmara dos Deputados classificados de acordo com Rodrigues (1995) em partidos grandes, partidos médios, partidos pequenos e micropartidos, eleições de 1982 a 2006 | 38 |
| TABELA 7 – Senadores Federais eleitos pelo Paraná, eleições de 1982 a 2006..... | 39 |
| TABELA 8 – Número de deputados estaduais que mudaram de partido por Legislatura na ALEP, de 1987 a 2007..... | 47 |
| TABELA 9 – Número de vezes que cada deputado titular mudou de partido na ALEP, 1987-2007..... | 49 |
| TABELA 10 – Defecções por partido de origem do deputado eleito em cada legislatura da ALEP, de 1987 a 2007..... | 50 |
| TABELA 11 – Mudança de partido por ideologia do deputado eleito por legislatura na ALEP, 1987 a 2007 (%) | 53 |
| TABELA 12 – Mudança de partido e ideologia de acordo com o partido de origem e destino dos deputados paranaenses eleitos, 1987 a 2007 | 55 |
| TABELA 13 – Resultado da eleição majoritária de 2002 no Paraná, em % | 60 |
| TABELA 14 – Deputados estaduais eleitos em 2002 no Paraná por partido, coligação e número de votos | 61 e 62 |
| TABELA 15 – Número de vezes que cada deputado estadual titular mudou de partido na legislatura 2003-2007 da ALEP | 63 |

| | |
|--|----|
| TABELA 16 – Número de defecções por partido (deputados titulares eleitos em 2002 no Paraná)..... | 64 |
| TABELA 17 – Partidos de origem e destino das migrações partidárias. Total de mudanças dos titulares na ALEP (2003-2007) | 65 |
| TABELA 18 – Adesões e defecções por partido na ALEP (2003-2007)..... | 66 |
| TABELA 19 – Sentido das migrações partidárias (<i>oposição</i> ou <i>situação</i>) na 15ª Legislatura da ALEP (2003-2007), em % | 67 |
| TABELA 20 – Mudança de partido e ideologia de acordo com o partido de origem e destino dos deputados estaduais paranaenses eleitos em 2002..... | 69 |
| TABELA 21 – Número de trocas de legendas por mês/ano dos deputados estaduais eleitos para a 15ª Legislatura da ALEP (2003-2007) | 70 |
| TABELA 22 – Padrão geográfico da votação dos deputados estaduais eleitos em 2002 no Paraná | 73 |
| TABELA 23 – Padrão geográfico da votação dos deputados estaduais eleitos em 2002 no Paraná levando em conta se trocou ou não de partido (2003-2007)..... | 74 |
| TABELA 24 – Mudança de partido por experiência prévia na ALEP, deputados estaduais eleitos em 2002 | 76 |
| TABELA 25 – Mudança de partido por acesso a recursos (cargos na ALEP) dos deputados estaduais eleitos em 2002 | 77 |

QUADROS

| | |
|--|----|
| QUADRO 1 – Comparação entre os poderes de agenda das lideranças partidárias da Câmara dos Deputados e da ALEP..... | 27 |
| QUADRO 2 – Partidos sufragados que desapareceram e partidos que obtiveram representação (sem serem eleitos) devido à migração partidária na ALEP por legislatura, 1987-2007..... | 56 |
| QUADRO 3 – Candidatos e partidos que disputaram a eleição majoritária de 2002 no Paraná | 59 |
| QUADRO 4 – Coligações para a eleição majoritária de 2002 (1ºturno) no Paraná..... | 60 |

Resumo

O objetivo da dissertação consiste em uma pesquisa sobre migração partidária em um estado federativo brasileiro, através do estudo de caso da 15ª Legislatura (2003-2007) da Assembléia Legislativa do Paraná (ALEP). Sabe-se que o fenômeno da migração partidária recebeu considerável atenção dos pesquisadores interessados nas instituições políticas brasileiras no pós-88. Contudo, percebe-se uma lacuna: poucos estudos da Ciência Política preocuparam-se em mensurar as trocas de legendas nas Casas Legislativas brasileiras, o foco amplamente majoritário refere-se à Câmara dos Deputados. Os procedimentos para investigar por que os deputados estaduais eleitos mudam de partido e qual a direção da troca são cinco, (i) análise do contexto institucional paranaense – organização interna da ALEP e do quadro partidário estadual de 1982 a 2006 – através do regimento interno da Assembléia e dados sobre as estatísticas eleitorais; (ii) levantamento quantitativo de todas as trocas partidárias dos parlamentares estaduais eleitos de 1987 a 2007, a fonte são os anais da Assembléia e informações disponibilizados pela Diretoria Legislativa da ALEP; (iii) discussão da literatura relativa à migração partidária na Câmara dos Deputados e comparação dos principais achados do caso em estudo àqueles encontrados pelos pesquisadores em âmbito federal; (iv) a partir de um banco de dados sobre a carreira política dos deputados paranaenses eleitos no pleito majoritário de 2002 (as informações são da própria ALEP) e do padrão da distribuição dos votos recebidos (dados obtidos no site do TSE), analisa-se a dimensão micro do fenômeno ao mensurar a experiência política prévia do migrante e os cargos ocupados na 15ª Legislatura; (v) o último procedimento diz respeito à análise de seis entrevistas em profundidade realizadas com deputados que trocaram de partido entre 2003 a 2007 no Legislativo paranaense.

Palavras-chave: partidos políticos; Legislativo subnacional; migração partidária; comportamento parlamentar.

Abstract

The aim of the thesis consists of a research on party migration in a state of Brazil, through a case study of the 15th Legislature (2003-2007) of the Legislative Assembly of Paraná (ALEP). The phenomenon of party migration received considerable attention from researchers interested in the Brazilian political institutions in post-88. However, there is a gap: few studies of political science were concerned to measure the party switching in Brazilian Legislative Houses; the focus mostly refers to the House of Representatives. There are five procedures to investigate why the state representatives switch to a different party after election and which is the direction of the exchange, (i) analysis of the institutional context in Paraná – the ALEP’s internal organization and ALEP party framework from 1986 to 2006 – through the bylaws of assembly and details of the voting statistics; (ii) quantitative survey of all the party changes elected state from 1987 to 2007, the source is the records of the Assembly and information provided by the Board’s Legislative ALEP; (iii) discussion of the literature on party switching in the House of Representatives and comparison of the main findings of the present study to those found by researchers at the federal level; (iv) from a database on the political career of the majority elected on 2002 on Paraná (the information are from the ALEP) and the pattern of distribution of votes received (data obtained from the site of the TSE), analyzes the micro dimension of the phenomenon to measure the prior political experience of the migrant and the positions occupied in the 15th Legislature; (v) last case concerns the analysis of six in-depth interviews conducted with members who switched sides from 2003 to 2007 in the Legislative on Paraná state.

Keywords: political parties, legislative sub-national; party migration; parliamentary behavior.

Introdução

A promulgação da Constituição de 1988 suscitou o desenvolvimento de uma ampla agenda de pesquisa da Ciência Política no Brasil, inclusive no tocante às instituições políticas, que tiveram seus contornos ali (re) desenhados. Os pesquisadores brasileiros interessados na compreensão da recém democracia – que ressurgira, de maneira gradual, após o interregno ditatorial militar (1964-1985) – seguiram, predominantemente, uma abordagem teórica e empírica em consonância com a produção acadêmica internacional, conhecida pelo nome de neoinstitucionalismo¹.

Desde então a produção da Ciência Política brasileira obteve considerável alargamento, construindo análises descritivas e explicativas, metodologicamente sustentadas por dados empíricos sobre o sistema político do país, sem necessariamente recorrer a comparações precipitadas, e por diversas vezes idealizadas, com as instituições das democracias européias e/ou norte-americana. Reconhecido o avanço empreendido pelos cientistas políticos nestes últimos vinte anos é cabível afirmar que muitas lacunas ainda podem ser preenchidas. Se hoje o conhecimento sobre o funcionamento interno do Legislativo nacional não corresponde a uma “caixa-preta”², estudos que privilegiam o âmbito subnacional, em suas múltiplas possibilidades de pesquisas sobre o Legislativo e os partidos políticos, ainda são raros³.

Além de constatar essa carência é preciso ressaltar que as pesquisas de maior abrangência no pós-88, que observaram os estados federativos sob uma ótica

¹ Hall & Taylor (2003) em “As três versões do neo- institucionalismo” destacam que a expansão da corrente ocorreu nos anos 80 e meados dos anos 90, substituindo o behaviorismo. Instituições seriam compreendidas como elementos autônomos, enquanto variáveis independentes com capacidade explicativa sobre os resultados políticos concretos. As versões mais conhecidas seriam: o institucionalismo histórico, o institucionalismo da escolha racional, o institucionalismo sociológico.

² Principalmente em decorrência da discussão, pró ou contra, às teses defendidas por Figueiredo e Limongi. Figueiredo e Limongi. **Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

³ Sobre as Assembléias Legislativas estaduais a análise de maior sistematicidade encontra-se em Santos (org.), **O Poder Legislativo nos Estados: Diversidade e Convergências**. Rio de Janeiro: FGV. 2001. Sobre os partidos enquanto sistema a coletânea de Lima Jr. (org.), **O Sistema Partidário Brasileiro: diversidade e tendências**. Rio de Janeiro: FGV, 1997a. Atualmente encontra-se em andamento uma pesquisa desenvolvida pelo Centro de Estudos Legislativos do DCP-UFMG, intitulada *Trajetórias, perfis e padrões de interação das elites estaduais brasileiras*, cujo objetivo é analisar as relações entre as dinâmicas da competição política, os graus de desenvolvimento institucional das Assembléias e o comportamento legislativo dos deputados de doze casas legislativas, entretanto, o Paraná não compõe o universo da pesquisa. Resultados preliminares são encontrados em Castro (*et al.*) 2008.

comparativa, não agregaram o estado do Paraná⁴. Ou seja, a principal justificativa da dissertação é colaborar com apontamentos para ampliar o arsenal explicativo sobre a dinâmica institucional envolvendo o poder Legislativo e os partidos políticos nos estados brasileiros⁵.

Partindo da concepção que os regimes políticos contemporâneos recebem a designação de representativos na maioria dos países, inclusive no Brasil, torna-se essencial considerar o desenho institucional que permite e delimita o funcionamento democrático. Ainda que muito se discuta sobre uma aguda “crise dos partidos”, estes continuam a desempenhar o monopólio legítimo da representação política, seja na arena eleitoral, na formação do poder Legislativo e do Executivo. Uma opção para minimizar o pessimismo quanto ao caráter dos partidos brasileiros – ou as longas discussões sobre sua limitada “força” – seria adotar uma definição restrita dos mesmos, tal como encontrada em Nicolau (1996a:10), partidos seriam *organizações que competem por votos nas eleições*. Esse procedimento conceitual, aparentemente simples, possibilita elaborações de estudos empíricos sobre os partidos políticos brasileiros, sendo viável levantar desdobramentos subseqüentes desta função primordial dos mesmos, já que são notórias “diferenças em termos de ideologia, organização interna, processo de seleção de lideranças, base social e relevância eleitoral”⁶.

Aceitada a premissa que partidos políticos competem por votos, decorre a suposição que estes pretenderão constituir governo, justamente por isso se organizam, logo, uma etapa seguinte ao mercado eleitoral – ou concomitante, já que eleições são processos planejados regularmente e de forma interminável – seria a atuação dos partidos que lograram êxito e ocupam cargos na arena decisória.

Dados levantados sobre as votações nominais no plenário da Câmara dos Deputados possibilitaram aos pesquisadores da temática afirmar que o processo decisório possuiria estabilidade, e certo grau de previsibilidade, contando com altas

⁴ Com foco exclusivo no estado do Paraná e sob um referencial teórico e metodológico filiado à “teoria das elites” é pertinente destacar as pesquisas do Núcleo de Sociologia Política da UFPR, reunidas em Perissinotto (org. *et al.*), **Quem governa? Um estudo das elites políticas do Paraná**. Curitiba: Editora UFPR, 2007.

⁵ Lima Jr. (1983), já no início da década de 80, sinalizou para que os pesquisadores considerassem o fato do Brasil ser uma república federativa e para a existência de dinâmicas políticas próprias, e diferenciadas, nos estados.

⁶ Nicolau (1996a:11).

taxas de disciplina partidária. Dessa forma, para Figueiredo e Limongi (1999) o argumento da perniciosa fragilidade dos partidos políticos brasileiros – Mainwaring (2001) – estaria equivocado. Entretanto, Melo (2004) matiza o debate ao sugerir que a disciplina partidária em plenário não seria um indicador unívoco sobre o quão coesos seriam os partidos brasileiros, tendo em vista que a mudança de partido pelos deputados federais durante o mandato – em torno de 30%⁷ – suscita, no mínimo, cautela na compreensão do papel dos partidos no sistema político nacional. O autor sugere ainda que a análise sobre os índices de migração partidária na Câmara poderia fornecer um caminho de observação sobre o vínculo entre deputados e partidos.

Concordando com a assertiva de Lima Jr. (1983), no que diz respeito à importância de atentar para os subsistemas políticos estaduais, o objetivo da dissertação consiste em uma pesquisa sobre migração partidária em um estado federativo brasileiro, através do estudo de caso da 15^a Legislatura (2003-2007) da Assembleia Legislativa do Paraná. A unidade analítica serão os 54 parlamentares eleitos no pleito de 2002.

Ainda que todas as unidades federativas sejam constitucionalmente regulamentadas pela mesma moldura institucional, abordar o sistema político subnacional torna-se relevante quando é sabido que existem diferenças entre os estados no que tange ao desenvolvimento do quadro partidário e também quanto aos resultados do processo decisório estadual (Lima Jr., 1997; Santos, 2001). Adotar como recorte de pesquisa a migração partidária na arena legislativa subnacional permitirá analisar a relação, em nível *micro*, entre o deputado estadual e o seu partido, bem como as características *macro* do fenômeno, quando se observará todos os movimentos migratórios na 15^a Legislatura – além da organização interna da ALEP e a descrição do quadro partidário estadual.

Entendendo que as instituições constituem elementos autônomos de capacidade explicativa sobre os resultados políticos concretos (Hall e Taylor, 2003), propõe-se na pesquisa atentar para as instituições políticas envolvidas no caso em análise: os partidos políticos paranaenses e a ALEP. Aceitada a premissa que as instituições são variáveis independentes na compreensão dos processos políticos, ao conjunto de fatores explicativos serão agregados os elementos contextuais e conjunturais no caso em debate. Entende-se que o poder das instituições políticas é redesenhar as estratégias de

⁷ Melo (2004) analisa a migração partidária na Câmara dos Deputados entre 1985 a 2002.

seus atores, condicionando assim seus comportamentos de forma a otimizar os resultados desejados a partir do conjunto de regras formais e informais (March e Olsen, 1989). Porém, os porquês das altas taxas de migração partidária – a variável dependente da pesquisa – tornam-se mais bem compreendidos quando se amplia o arsenal explicativo para além do que se passa exclusivamente em plenário.

Além desta introdução, e das considerações finais, o texto contempla três capítulos. No capítulo inicial a discussão segmentar-se-á em duas partes. Na primeira, o objetivo é analisar as especificidades e similaridades no tocante às regras institucionais da Assembléia Legislativa Estadual do Paraná (ALEP), quando comparadas às demais Assembléias Legislativas brasileiras, e também àquelas da Câmara dos Deputados. A intenção será descrever o contexto institucional de atuação dos deputados estaduais paranaenses, ou seja, trata-se de uma exposição sumária das regras endógenas do poder Legislativo às quais os atores principais da pesquisa estão submetidos. Para realizar tal intento, o regimento interno da ALEP receberá centralidade, justaposto à consulta da vasta literatura sobre a temática regimental e constitucional do poder Legislativo nacional (Novaes, 1994; Figueiredo e Limongi, 1999; Santos, 2003) e à bibliografia, esta ainda não tão vasta, sobre o funcionamento das regras internas das Casas Legislativas estaduais (Pereira, 2001). A segunda parte deste primeiro capítulo abordará o quadro partidário na ALEP, resultante das eleições majoritárias e proporcionais de 1982 a 2006. Desde que a reforma partidária de 1979 (Lei nº6767) estabeleceu o término do bipartidarismo, e, conseqüentemente, possibilitou a criação de novos partidos políticos, considera-se necessário atentar para os aspectos específicos dos partidos nos estados da federação, para isso serão apresentados dados elementares sobre o desempenho e evolução dos partidos no Paraná⁸.

O segundo capítulo possui dois objetivos. O primeiro refere-se à discussão bibliográfica da temática, levantar-se-á a literatura relativa à Câmara dos Deputados, far-se-á, assim como no capítulo 1, comparações das similaridades e diferenças entre o fenômeno nos dois âmbitos, Legislativo federal e estadual. Na seqüência o objetivo refere-se à sistematização dos dados sobre o fenômeno da migração partidária de 1987 a 2007 na ALEP. O período de 1987 a 1997, analisado por Lepre (2000), apontou que as trocas partidárias no Legislativo paranaense constituiriam altos índices, sendo a média

⁸ Número efetivo de partidos (Laakso & Taagepera, 1979) eleitorais e parlamentares, além dos resultados eleitorais dos partidos nas eleições para ALEP e Câmara dos Deputados de 1982 a 2006.

para o período de 51,9%, índices ainda mais elevados do que aqueles encontrados por Melo (2004) para a Câmara dos Deputados de 1985 a 2002. O período de 1999 a 2003 será analisado através de dados levantados pelo “Núcleo de Pesquisas em Democracia e Instituições Políticas da Universidade Federal do Paraná”, recolhidos nos Anais da ALEP⁹. Já os dados da Legislatura seguinte, a 15^a, de 2003 a 2007, foram organizados pela própria autora, através de informações obtidas junto à *Diretoria Legislativa da ALEP*. Será adotado o seguinte procedimento: (i) descreve-se quantitativamente as trocas de partido entre 1987 e 2007 na ALEP; (ii) contempla-se as defecções por partido de origem do deputado eleito em cada legislatura, (iii) explora-se mais minuciosamente a direção das migrações, isto é, atenta-se nesta parte do capítulo para os rumos das trocas, a intenção é compreender as mudanças no que tange aos blocos ideológicos *esquerda, centro e direita*

O capítulo três adentra o estudo de caso da 15^a Legislatura ALEP (2003- 2007). Pretende-se inicialmente aprofundar a análise dos dados sobre as trocas de legendas de – que serão apresentados de forma agregada e sumária no capítulo 2 –, mais especificamente na questão do sentido das defecções e o momento temporal que ocorreram na legislatura. Este capítulo inclui a dimensão *micro* do fenômeno, isto é, serão considerados aspectos intrínsecos a cada um dos 54 deputados eleitos no pleito de 2002 no Paraná. Para isso explora-se (a) o contexto das eleições de 2002; (b) o padrão geográfico da votação dos eleitos em 2002, através de dados obtidos no site do TSE; (c) aspectos da trajetória política dos deputados eleitos – mais especificamente o número de mandatos anteriores enquanto deputado estadual e os cargos exercidos na 15^a Legislatura –, através de dados do “Núcleo de Pesquisas em Democracia e Instituições Políticas da Universidade Federal do Paraná” recolhidos na própria ALEP¹⁰.

É uma premissa deste estudo que os parlamentares comportam-se de maneira racional ao ocuparem um cargo político, portanto o terceiro capítulo do texto analisará – através de entrevistas em profundidade com os parlamentares que trocaram de partido – a lógica da racionalidade do deputado. Vale destacar que não existe intenção na busca de supostas “verdades veladas” no discurso dos parlamentares, as entrevistas objetivaram, tão somente, compreender as motivações dos entrevistados sob a perspectiva dos próprios. Quando o foco analítico recair na explicação do deputado para

⁹ Agradeço ao Prof. Dr. Sérgio Soares Braga a gentileza em disponibilizar os dados.

¹⁰ Agradeço ao colega Francis Góes Ricken a gentileza em disponibilizar os dados.

o seu comportamento, assumir-se-á, ainda que indiretamente, o peso das atitudes individuais neste fenômeno político, sem que para isso a dimensão institucional – mais bem elucidada no primeiro capítulo – seja desconsiderada. Pelo contrário, é justamente a observação empírica dessa relação entre os deputados, orientados pela própria sobrevivência política, com os aspectos endógenos da ALEP, que sustentará a pesquisa.

1. O desenho institucional do poder Legislativo paranaense e o quadro partidário estadual

Conforme exposto nas páginas introdutórias, o recorte da pesquisa é um estudo de caso sobre migração partidária em um estado brasileiro, o Paraná, durante um período específico, 15ª legislatura (2003-2007) da ALEP. Anteriormente à descrição e análise do caso em questão, precede elucidar os aspectos institucionais que restringem o comportamento dos atores envolvidos nesse fenômeno político. Esse primeiro capítulo possui dois objetivos principais. Como se trata de uma pesquisa sobre o comportamento dos deputados estaduais eleitos e que exerceram mandato representativo na arena legislativa, busca-se compreender (1) a organização interna da instituição política que os deputados estavam inseridos, a ALEP; (2) e o contorno do quadro partidário do estado federativo em debate.

A estrutura do capítulo segmenta-se em três seções. Na primeira, apresenta-se a bibliografia da temática sobre a organização interna do poder Legislativo nacional, para na seção seqüente discorrer no que tange as aproximações e particularidades da organização do poder Legislativo subnacional, mais especificamente quanto às regras internas da ALEP. No que concerne ao segundo objetivo, a estratégia adotada na terceira seção é abordar a evolução do quadro partidário paranaense desde a redemocratização em 1982, através da análise do desempenho eleitoral dos partidos políticos no estado.

1.1 Considerações sobre a organização interna do poder Legislativo nacional

Os pesquisadores interessados na análise da dinâmica do presidencialismo de coalizão ¹¹, que rege o sistema político nacional, partiram, majoritariamente, da concepção neoinstitucionalista. Assim, enfatizaram-se variáveis explicativas intrínsecas ao “jogo político”, ou seja, considerou-se enquanto unidade de análise o desenho

¹¹ A expressão famosa é de Abranches (1988). Vale ressaltar que o autor cunhou o conceito sob uma ótica negativa, na abordagem do suposto “dilema” de um sistema político tal como o brasileiro, que combina presidencialismo, multipartidarismo e representação proporcional. As pesquisas posteriores à tese de Abranches buscaram, de certa forma, testar a validade do argumento. Nesta seção serão citados autores que se aproximam diretamente com a temática do capítulo - organização interna do poder legislativo - tendo em vista que a bibliografia sobre o presidencialismo de coalizão é bem mais ampla.

constitucional, sobrepondo-se aos aspectos relativos à cultura política, aos valores e às explicações de caráter mais estruturalista da política brasileira. É certo que essa perspectiva apresentou correspondência com o próprio desenvolvimento da ciência política internacional enquanto campo do conhecimento, em especial nos estudos que tiveram o poder Legislativo enquanto objeto¹². Nota-se a influência das teorias positivas sobre o Legislativo norte-americano, tanto em estudos de autores brasileiros quanto de brasilianistas.

Em linhas gerais, os três modelos derivados das teorias positivas seriam: (a) o “modelo distributivista”, tendo em Mayhew (1974) a argumentação sobre a conexão eleitoral enquanto exponencial. Pode-se resumir que a estrutura das comissões e subcomissões do Congresso dos EUA serviria para facilitar a conexão dos congressistas com seus eleitores e para maximizar os ganhos de troca, já que o objetivo final dos parlamentares seria sempre a reeleição; (b) o “modelo informacional”, derivado com o primado da decisão majoritária e o postulado da incerteza. Neste modelo, as comissões, e os demais expedientes legislativos, potencializariam ou subtrairiam o poder individual do parlamentar de formular políticas para seu próprio interesse eleitoral. Krehbiel (1991) no estudo *Information and Legislative Organization* levanta duas premissas das comissões, a primeira seria reduzir as incertezas das decisões legislativas e seus efeitos através da deliberação parlamentar; a segunda seria a democratização das informações para se aproximar da preferência do parlamentar mediano; (c) o “modelo partidário”. De acordo com Cox e McCubbins (1993) os partidos formariam uma espécie de cartel legislativo e o controle da agenda do legislativo seria realizado pelo partido majoritário. Neste modelo, o líder daria prioridade de agenda aos projetos que guardassem relação com sua própria posição.

Ainda que aglutinem um amplo leque de vieses, é possível chamar, genericamente, “teorias positivas sobre o legislativo norte-americano” as explicações baseadas em constatações empíricas sob o arsenal institucional do Congresso estadunidense e no comportamento individual dos congressistas¹³, sendo o foco principal dessas teorias as comissões parlamentares. Na tentativa de enquadrar o caso

¹² Uma síntese do paradigma teórico encontra-se em Limongi (1994). Peres (2008) relata o processo histórico do surgimento da corrente teórica.

¹³ A definição mais completa encontra-se em Shepsle, Keneth; Weingast, Barry. *Positive theories of congressional institutions*. **Legislative Studies Quarterly**. XIX. May. 1994. pp. 149-179.

brasileiro em algum dos três modelos citados houve inúmeras discordâncias entre os estudiosos. É razoável reconhecer que tais discordâncias podem ser percebidas sob uma ótica salutar, pois é indicativa do considerável esforço dos analistas em pensarem o Legislativo brasileiro em sua complexidade e diferenças quando comparado ao caso norte-americano. Contudo, partilharam de um ponto em comum: analisaram as instituições políticas no Brasil com rigor científico, baseados na maioria das vezes em métodos quantitativos.

Na busca de entendimento sobre o processo decisório no período posterior a elaboração da Constituição de 1988, e, ainda que parcialmente, guiados pelo modelo partidário, Figueiredo e Limongi (1999) afirmaram através de amplo levantamento de dados e análises estatísticas, que o sistema político brasileiro possuía condições de governabilidade e até mesmo previsibilidade nos resultados das decisões. Isto é, descobriu-se justamente o contrário das teses que previam o iminente colapso do sistema político nacional (Linz, 1991; Linz e Valenzuela, 1994; Mainwaring e Shugart, 1997; Mainwaring 2001; entre outros). Ao analisarem o comportamento partidário dos deputados na Câmara de 1989 a 1994, Figueiredo e Limongi encontraram uma expressiva taxa de disciplina partidária nas votações nominais – quase 90% – em três diferentes governos, José Sarney, Fernando Collor e Itamar Franco. A explicação dos autores concentrou-se principalmente nos fatores endógenos da Câmara – regimento interno e prerrogativas constitucionais – como também na relação de poder entre o Legislativo e o Executivo.

No que concerne diretamente ao primeiro objetivo desse capítulo, cabe detalhar os elementos que sustentam a argumentação da pesquisa pioneira dessa temática. Em *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional* o argumento básico de Figueiredo e Limongi (1999) seria a harmonia da centralização da organização interna dos trabalhos legislativos ao caráter legiferante, constitucionalmente estabelecido, do poder Executivo. Quanto as origens dos poderes legislativos do presidente, os autores chamam a atenção para as vantagens da análise comparativa ao funcionamento do Executivo e do Legislativo no período da democracia de 45-64 e também com o período da ditadura militar. Apesar de longa, a citação abaixo mais bem explicita o argumento.

“(...) o quadro institucional que emerge após a promulgação da Constituição de 1988 está longe de produzir aquele experimentado pelo país no passado. A Carta de 1988

modificou as bases institucionais do sistema político nacional, alterando radicalmente o seu funcionamento. Dois pontos relativos ao diagnóstico resumido acima foram alterados sem que a maioria dos analistas se desse conta destas alterações. Em primeiro lugar, em relação à Constituição de 1946, os poderes legislativos do presidente da República foram imensamente ampliados. Na realidade, como já observamos em outra oportunidade, neste ponto, a Constituição de 1988 manteve inovações constitucionais introduzidas pelas constituições escritas pelos militares com vistas a garantir a preponderância legislativa do Executivo e maior presteza à consideração de suas propostas legislativas. Da mesma forma, os recursos legislativos à disposição dos líderes partidários para comandar suas bancadas foram ampliados pelos regimentos internos das casas legislativas. A despeito de todas as mazelas que a legislação eleitoral possa acarretar para os partidos políticos brasileiros, o fato é que a unidade de referência a estruturar os trabalhos legislativos são os partidos e não os parlamentares” (Figueiredo e Limongi, 1999:19-20).

A última frase da citação apresenta o argumento que constitui o cerne da obra dos autores. Para Figueiredo e Limongi a prática de governo seria sustentada por uma coordenação entre um Executivo com amplos poderes de agenda – o monopólio na proposição de matérias orçamentárias e a possibilidade de editar medidas provisórias com força de lei – e a centralização dos trabalhos legislativos, regimentalmente previstos, na Mesa Diretora¹⁴ e no Colégio de Líderes¹⁵. Ou seja, devido ao mecanismo do Colégio de Líderes a negociação das políticas públicas de interesse do Executivo seria barganhada via lideranças partidárias e não individualmente com os deputados. Assim, a delegação de poder do parlamentar para o seu líder seria benéfica, em última instância, para galgar seus possíveis interesses no recebimento de patronagem, já que sozinho não possui força para ameaçar o Executivo. A delegação suscitaria concomitantemente a viabilidade do cálculo do presidente, pois este saberia de antemão os votos favoráveis, ou não, à suas propostas.

É notória a importância que o Colégio de Líderes¹⁶ dispõe na tese dos autores. Por se tratar de um órgão institucional que permite aos líderes parlamentares contar com prerrogativas regimentais, inclusive poder de voto em substituição proporcional aos deputados que formam cada bancada ou bloco partidário no plenário, estes controlariam o fluxo legislativo e minimizariam a ação individual do parlamentar, restringindo até mesmo os efeitos dos trabalhos das comissões permanentes. De acordo com Figueiredo

¹⁴ A Mesa Diretora agrega funções legislativas e administrativas. Esta tem prerrogativas e competências abrangentes, exercidas preponderadamente por seu presidente, que asseguram a esse órgão o controle da agenda legislativa. (Inácio, 2007:202)

¹⁵ É uma instância de deliberação parlamentar, este possui papel de destaque na compreensão da organização interna da Câmara, conforme detalhado adiante.

¹⁶ Lacerda (2006) expõe de forma mais minuciosa a origem histórica do Colégio de Líderes no contexto de elaboração da Carta de 88.

e Limongi (1999:56-57), as comissões não teriam de fato a primazia deliberativa nos trâmites dos projetos introduzidos no Congresso, já que sofreriam a interferência rotineira do “recurso de urgência”, instrumento à disposição do Colégio de Líderes¹⁷. Este recurso serviria para os líderes acelerarem as matérias que intencionam aprovar, contudo, aquilo que se designa “urgente” – e supostamente de perfil de exceção – tornou-se praxe no cotidiano dos trâmites legislativos no Brasil.

De acordo com Santos (2003) para compreender o presidencialismo de coalizão deve-se considerar duas dimensões, (1) a dimensão constitucional, que diz respeito aos elementos do sistema eleitoral e partidário e (2) procedimental, referente aos poderes de agenda do governo e da organização interna do Legislativo, também inclui a relação Executivo - Legislativo. Sobre o sistema político brasileiro observam-se enquanto elementos da primeira dimensão: sistema proporcional de lista aberta, sistema presidencial, federalismo, bicameralismo; e da segunda – na esfera nacional: uma alta concentração do poder decisório e de agenda em mãos do chefe do Executivo e das lideranças partidárias no interior do Congresso. Santos (2003) argumenta que no Brasil o primeiro conjunto de elementos constitucionais seria difusor de poder, enquanto o segundo teria um claro perfil concentrador. O autor segue na trilha aberta por Figueiredo e Limongi (1999), entretanto compara de maneira ainda mais sistemática as características institucionais dos poderes legislativos do presidente durante a República de 46 com o período pós-88. Destaca também o papel mediador dos líderes na superação dos problemas de ação coletiva dos parlamentares na obtenção de patronagem – concentrado nas mãos do Executivo – e o predominante poder de agenda deste último. Santos (2003) ao sustentar que o presidencialismo de coalizão no Brasil pós-88 seria racionalizado e não faccionado como na República de 46 concluiu pela estabilidade do presidencialismo de coalizão, ainda que a separação de poderes seja débil devido ao alijamento de atuação mais ativa do Legislativo *vis-à-vis* o Executivo, a prática de governo estaria longe de sofrer paralisia.

Através da bibliografia levantada, e a título de encerramento desta seção sobre a organização interna do legislativo nacional, destacam-se quatro pontos: (a) a centralização dos trabalhos legislativos na Mesa Diretora e no Colégio de Líderes; (b) a

¹⁷ Outra atuação das lideranças nas comissões seria a responsabilidade pela indicação e substituição dos deputados que compõe as mesmas.

restrita permissividade de atuação para o deputado enquanto ator individual devido ao arranjo partidário da estrutura dos trabalhos, tanto nas comissões quanto no plenário; (c) a figura do presidente enquanto principal legislador do país; (d) a despeito da representação proporcional e do multipartidarismo, a combinação centralizadora da estrutura interna da Câmara com um sistema de governo presidencialista alicerçado em amplas coalizões de partidos – estes dotados de disciplina nas votações – viabilizaria a governabilidade no país.

1.2 Aspectos da organização interna da Assembléia Legislativa do Paraná (ALEP)

As pesquisas que tiveram as Casas Legislativas estaduais enquanto objeto de estudo constituem menor número quando comparadas àquelas interessadas na análise da Câmara dos Deputados. Em relação ao tema desta seção, a coletânea de Santos (2001) é a que mais se aproxima. Contudo, vale destacar que os seis estados estudados na obra – Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo – foram analisados tendo a relação entre o Executivo e o Legislativo e a produção legislativa das Casas enquanto objetivos principais¹⁸. As regras internas dos trabalhos legislativos subnacionais aparecem nos textos enquanto um dos pilares de sustentação dos argumentos. O livro organizado por Santos (2001) tem expressiva importância por destacar a multiplicidade de configurações institucionais de poder Legislativo que os estados da federação apresentam, conforme destacou o autor na conclusão do volume:

“(...) não resta dúvida de que aquilo que denominamos sistema político brasileiro é, na verdade, um verdadeiro laboratório de ciência política comparada. No mesmo sistema político encontramos os seguintes exemplos de ordenação institucional: a) poder concentrado na Assembléia, mas dividido entre Executivo e Legislativo; b) grande concentração de poder em mãos do governador, mas dispersão total na Assembléia; c) separação de poderes e dispersão interna; e d) governador e partidos fortes. Tais combinações acabam gerando um interessante mosaico institucional a que chamamos de sistemas políticos estaduais (...)” (Santos, 2001: 291)

Sob uma perspectiva comparativa entre a dinâmica endógena das Assembléias estaduais brasileiras com o caso paranaense, o artigo de Pereira (2001) constitui um parâmetro para abordar o contexto institucional da ALEP, tendo em vista que a fonte de

¹⁸ Os artigos possuem uma certa padronização nas temáticas envolvidas, a começar pela análise de um mesmo período (1995-1998).

consulta para análise será aqui, tal como realizado pelo autor, o regimento interno da Assembléia e a Constituição do estado, não será analisada a produção legal da ALEP. Outra estratégia será comparar as restrições institucionais para ação dos deputados estaduais àquelas apresentadas na seção anterior, referentes à Câmara dos Deputados.

Quanto aos aspectos gerais do arranjo político-institucional que surgiram nos estados brasileiros com a redemocratização, apesar das múltiplas ordenações institucionais dos legislativos subnacionais, observa-se um padrão paralelo à Carta de 1988. De acordo com Tomio (2005:09) a estrutura dos poderes nos diversos estados é praticamente a mesma da federação, assim como o tempo de mandato e o sistema eleitoral que legitimam a ocupação dos cargos eletivos do Executivo e Legislativo. Ou seja, independente do modelo federativo gerar certa expectativa no quesito criatividade do desenho institucional, na prática não foi o que aconteceu. O arranjo de separação dos três poderes no estado do Paraná, e atribuições deles, são similares à dos demais estados¹⁹. As prerrogativas constitucionais do Executivo estadual aproximam-se daquelas referentes ao presidente da República, por exemplo: (i) o poder de veto – parcial ou total – pelo governador aos projetos da Assembléia; (ii) exclusividade no projeto plurianual de lei de diretrizes orçamentárias e propostas de orçamento; (iii) autonomia sobre o funcionamento da administração estadual na forma de lei; (iv) direito a solicitação de urgência para seus projetos.

Vale destacar que o governador no Paraná não tem à sua disposição a possibilidade de editar Medidas Provisórias²⁰, diferente do que acontece no Executivo federal. Ainda no rol de poderes proativos, o Executivo no Paraná, a exemplo da maior parte das Casas Legislativas no Brasil, possui a prerrogativa da Lei Delegada (LD). Esta última concede ao chefe do Executivo a capacidade de legislar sobre certos assuntos sem que precise submeter projetos de lei ao Parlamento (Pereira, 2001:266). As limitações da LD são previstas no que tange aos assuntos de exclusividade do Judiciário

¹⁹ Artigo 53 e 54 na Constituição do Estado. Salienta-se, enquanto características de *checks and balances*, as prerrogativas exclusivas do Legislativo no artigo 54: XV - destituir do cargo o Governador e o Vice-Governador, após condenação irrecorrível por crime comum cometido dolosamente, ou de responsabilidade; XVIII - escolher cinco dos sete conselheiros do Tribunal de Contas do Estado; XVIII - escolher dois terços dos conselheiros e controladores do Tribunal de Contas do Estado.

²⁰ Segundo Pereira (2001) apenas os governadores do Acre, Piauí, Santa Catarina e Tocantins contam com esse instrumento de poder proativo do Executivo. Apesar da falta de estudos sobre a eficácia dessa prerrogativa em nível subnacional supõe que este seja um forte mecanismo de delegação de poder do Legislativo para o Executivo.

e do Legislativo, bem como em questões orçamentárias. Pereira (2001) ao estudar os regimentos internos das Assembléias Estaduais afirma que pouco se diz sobre o assunto nestes documentos, contudo destaca que no Paraná os detalhes oferecidos são maiores, de acordo com o Capítulo IX do regimento interno:

Art. 226. A delegação poderá ser solicitada pelo Governador ou proposta pelo Líder ou por um terço dos Membros da Assembléia.
Art. 227. Depois de publicada a matéria em avulsos, será constituída Comissão Especial, composta de cinco Membros, para emitir parecer sobre a proposta.
Art. 228. A delegação do Governador terá forma de Resolução da Assembléia, que especificará o seu conteúdo, o prazo e os termos para o seu exercício.
Art. 229. O projeto de lei aprovado pela Comissão Especial será remetido à sanção, salvo se, no prazo de dez dias de sua publicação, a maioria dos Membros da Comissão ou um quinto da Assembléia requerer sua votação pelo Plenário.
§ 1º Se for determinada a votação pelo Plenário, este fá-lo-á em votação única, vedada qualquer emenda.
§ 2º Sempre que for requerida a votação pelo Plenário, o parecer da comissão e o projeto serão distribuídos em avulsos e, dentro de cinco dias, contados da distribuição, será convocada sessão para a discussão e votação da matéria.

Percebe-se que a LD não corresponde ao *quantum* de delegação que a Medida Provisória proporciona ao Executivo federal. Entretanto, ao se comparar as demais prerrogativas constitucionais nas mãos do governador àquelas do presidente da República é possível afirmar, num cômputo geral, que são equivalentes. As maiores diferenças aparecem quando se compara a organização interna do Legislativo estadual à do Legislativo nacional. Na seção anterior, através da obra de Figueiredo e Limongi (1999) e Santos (2003), foi destacada a centralidade das lideranças, devido principalmente aos amplos poderes do Colégio de Líderes, contudo, o mesmo não pode ser afirmado quando se observa o regimento interno da ALEP. O quadro 1 mais bem explicita as distinções.

QUADRO 1 – Comparação entre os poderes de agenda das lideranças partidárias da Câmara dos Deputados e da ALEP

| | Lideranças partidárias da Câmara dos Deputados | Lideranças partidárias da ALEP |
|---------------------------------|--|--------------------------------|
| Colégio de líderes | sim | não |
| Controle de emendas do plenário | sim | não |
| Indicação para comissão | sim | sim |

Fonte: Regimento interno da ALEP (2005); Santos (2001)

Notada as diferenças entre as “variáveis internalistas” é cabível afirmar que as lideranças partidárias na Câmara têm maiores possibilidades de controle do processo legislativo frente aos líderes na ALEP. A análise das seis Casas Legislativas na coletânea de Santos (2001) permite aproximar o caso paranaense às Assembléias estaduais do Rio de Janeiro, Ceará e Espírito Santo, afastando-se do modelo presente no Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais, já que nestas três últimas Casas os líderes contam com maiores instrumentos decisórios em suas mãos. Quanto à delegação, ou não, de poderes aos líderes na ALEP, outro aspecto regimental que vale ser destacado é o reduzido estímulo para formação de blocos partidários, tendo em vista a permissividade legal de uma bancada com apenas dois deputados contar com liderança partidária oficial. Ainda sobre as divergências das “variáveis internalistas” da ALEP em relação à Câmara, acrescenta-se a ausência de poder terminativo das comissões parlamentares²¹, ou seja, não é possível eliminar a participação do plenário em determinados trâmites. De acordo com Braga e França (2006: 253) apesar das comissões permanentes no Paraná serem em alto número e disporem de capacidade legislativa em vários pontos da administração pública, tais prerrogativas não são de fato exercidas. Segundo os autores, o fraco papel das comissões deve-se às deficiências tanto da aparelhagem das comissões quanto do próprio corpo de funcionários da Casa.

²¹ São quinze as comissões permanentes segundo o art. 30 do regimento: I - Comissão Executiva; II - Comissão de Constituição e Justiça; III - Comissão de Finanças; IV - Comissão de Orçamento; V - Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio; VI - Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação; VII - Comissão de Educação, Cultura e Esportes; VIII - Comissão de Terras, Imigração e Colonização; IX - Comissão de Segurança Pública; X - Comissão de Saúde Pública; XI - Comissão de Redação; XII - Comissão de Tomada de Contas; XIII - Comissão de Turismo; XIV - Comissão de Ecologia e Meio Ambiente; XV - Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa.

Através da análise da organização interna da ALEP observa-se a existência de um poder Legislativo estadual mais descentralizado do que visto em nível nacional, assim, as poucas atribuições dos líderes partidários não permitem afirmar a ocorrência da mesma coordenação no fluxo dos trabalhos legislativos ressaltado por Figueiredo e Limongi (1999).

Com objetivo de complementaridade ao entendimento dos dispositivos institucionais apresentados acima, trechos de entrevistas em profundidade realizadas com 40 deputados estaduais da 15ª legislatura da ALEP²² permitem vislumbrar como os parlamentares percebem o papel dos seus líderes partidários na Assembléia. As três citações abaixo ilustram a visão majoritária dos parlamentares, inclusive de deputados petistas, estes geralmente tidos enquanto mais “partidários” e coesos.

“Conheço o atual líder do PMDB faz muito tempo, mas aqui não é como no Congresso que são feitos muitos votos pelas lideranças e elas representam o bloco partidário. Aqui cada deputado é um voto independente do partido, temos com a liderança um relacionamento amigável, tranqüilo e sem problemas” (deputado do PMDB)

“O líder não tem tanto poder assim. O PT hoje tem uma divisão nítida, a imprensa mostra, de como nos relacionar com o Requião. Tem gente que acha que devemos nos relacionar integralmente e irracionalmente com o Requião e tem gente no PT que acha que temos que ter independência, eu sou defensor dessa última tese.” (deputado do PT)

“Cada deputado vota de acordo com o seu interesse, se o governo promete uma obra num município e ele tem interesse na obra, ele vota com o governo, ele usa seu voto como um objeto de pressão para conseguir recursos pros seus municípios. Não passa necessariamente pelo partido.” (deputado do PSDB, presidente da ALEP)

Pode-se concluir, através da análise regimental da Assembléia, que a pequena atuação dos líderes, restrita principalmente pelas regras endógenas da Casa,

²² A pesquisa “A construção sentido para o comportamento parlamentar: o desafio de descobrir o deputado” foi realizada em 2006 sob coordenação da Profa. Dra. Luciana Veiga, do Departamento de Ciências Sociais da UFPR. As entrevistas versaram sobre diversos temas (trajetória de vida, inserção na política partidária/eleitoral e escolha do partido; trajetória política até chegar à ALEP; relação com outros parlamentares, com o partido, com a liderança, com a mesa, com as comissões; avaliações sobre a mídia para a carreira; percepções sobre a democracia). Os principais achados encontram-se em Veiga (*et al.*), 2008.

possibilitaria uma relação direta entre cada deputado e a Mesa Diretora, especialmente no diálogo com o presidente da ALEP.

1.3 O quadro partidário paranaense de 1982 a 2006

Nesta seção considera-se importante atentar para o desempenho eleitoral dos partidos políticos a partir da redemocratização. Conforme salientado anteriormente, optou-se aqui por um estudo dos partidos enquanto instituições que competem por votos, sendo esta concepção restrita a que mais bem se adapta à pesquisa. A análise dos partidos pode ser realizado sob diversos ângulos e campos de ação dos mesmos, portanto, ainda que seja notória certa incredulidade no caráter representativo dos partidos políticos pelo eleitorado, os pesquisadores afirmaram que uma conceitualização minimalista permitiria mais bem vislumbrar o papel dos partidos políticos (Katz e Mair, 1994; Dalton e Wattenberg, 2000). De acordo com os estudiosos, quando análises relativas às organizações partidárias são desagregadas no tocante as várias faces de atuação dos partidos, nota-se que o debatido declínio dos partidos não ocorre em todos os âmbitos, talvez haja apenas a perda de vinculação com os eleitores.

Katz e Mair (1994) classificam as frentes de atuação dos partidos em três momentos distintos, mas que estariam relacionados: (a) *party in public office*; (b) *party on the ground*; (c) *party in central office*. Segundo os autores, somente a função (b) – que se refere ao vínculo com as bases e os eleitores de forma geral – estaria em declínio, sendo que em (a), os partidos vistos em sua atuação no governo e parlamento, e em (c), os partidos em sua organização interna, a relevância dos mesmos ainda persiste e é verificável. Para os intentos do próximo capítulo, em que o fenômeno da migração partidária na arena legislativa paranaense será central na análise, haverá referências às faces (a) e (c), justamente por esse motivo a descrição do quadro partidário do estado federativo em questão é um passo preliminar.

A compreensão do desempenho dos partidos no Paraná exige observar os aspectos da legislação eleitoral e também a regulação da vida partidária no início dos anos 80. A transição do regime autoritário (1964-1985) para a democracia no Brasil

contemplou o fim do bipartidarismo (expressos na ARENA e MDB), bem como a permissão para a organização de novos partidos políticos. A reforma partidária originou-se da mensagem encaminhada ao Congresso Nacional – Lei nº 6.767, de 20/12/1979 – cujo objetivo, de acordo com a interpretação dos analistas²³, seria suscitar o enfraquecimento do MDB que ganhava forças no contexto eleitoral. A lei²⁴ estipulou o prazo de 180 dias para a organização de novos partidos no Brasil. Segundo Nicolau (1996a), os principais dispositivos da lei de 1979 foram:

- “1. Os partidos adquirem personalidade jurídica com o registro de seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral;
2. Os fundadores de um partido, em número não inferior a 101, devem eleger uma Comissão Diretora Provisória de sete a 11 componentes;
3. Após o pedido de registro no TSE (registro provisório), os partidos terão um ano para organizar-se e requerer registro definitivo;
4. Para receber o registro definitivo, os partidos devem realizar convenção em pelo menos nove estados e em 20% dos municípios dos respectivos estados;
5. Passam a funcionar imediatamente os partidos que tiverem entre seus fundadores pelo menos 10% dos representantes do Congresso Nacional ou o apoio expresso em votos de, no mínimo, 5% do eleitorado que haja votado na última eleição geral para a Câmara dos Deputados por nove estados, tendo obtido, no mínimo, 3% em cada um deles.” (Nicolau, 1996a:11-12)

A legislação autorizou a formação de blocos parlamentares, além de suspender os efeitos da fidelidade partidária, que antes limitava a mudança de partido. A permissão para os partidos com registro provisório participarem do processo eleitoral e a Emenda Constitucional nº 25, promulgada em maio de 1985²⁵, criaram um forte estímulo para o pedido de registro de 24 novos partidos naquele ano.

Entretanto, o surgimento do multipartidarismo brasileiro aconteceu de forma gradual e obteve variação de perfil ao longo dos anos, tanto em razão às restrições legais quanto à criação/fusão/extinção dos partidos ou pela atuação das próprias elites dirigentes. Schmitt (2000:53) argumenta que o cenário da eleição de 1982 sofreu alteração pela Lei nº6.978 de 19/01/1982 (o chamado “Pacote de Novembro”) que previa a obrigatoriedade do voto vinculado – o eleitor teria que votar em candidatos do

²³ Kinzo (1993); Nicolau (1996a).

²⁴ Vigorou até 1995. Uma nova lei foi promulgada em setembro de 1995 (Lei nº 9.096).

²⁵ Dois de seus artigos favoreceram o processo de organização dos novos partidos. O primeiro deles garantiu a reorganização dos partidos que tiveram seus registros indeferidos, cassados ou cancelados – medida cujo propósito era suspender as restrições legais que impediam a legalização dos partidos comunistas. O segundo permitiu que os partidos em formação apresentassem candidatos às eleições municipais de novembro daquele ano. (Nicolau, 1996a:13).

mesmo partido para todos os cargos em disputa, de vereador a governador – além da cláusula que determinava que um partido dentro de cada estado só poderia lançar candidatos caso fossem apresentadas candidaturas para todos os cargos eletivos em disputa. A consequência foi a permanência do bipartidarismo em 1982, em benefício do PDS e do PMDB, os partidos herdeiros da penetração territorial das duas antigas legendas, ARENA e MDB.

É sabido que o país organiza-se em um sistema político federativo com tendências à descentralização – especialmente no pós-88 – assim, torna-se relevante observar o desempenho das instituições políticas em seu contorno subnacional. A tabela 1 contém os índices sobre o *número efetivo de partidos*²⁶ (*Ne* eleitorais e *Np* parlamentares) nas eleições para cargos de deputados estaduais entre 1982-2006 no Paraná e a tabela 2 apresenta os índices relativos ao Paraná para Câmara dos Deputados durante o mesmo período.

TABELA 1 – Número efetivo de partidos (eleitorais e parlamentares) na Assembléia Legislativa do Paraná, 1982-2006

| ANO | <i>Ne</i> | <i>Np</i> |
|------|-----------|-----------|
| 1982 | 2,0 | 1,9 |
| 1986 | 2,3 | 2,0 |
| 1990 | 6,9 | 5,9 |
| 1994 | 7,0 | 6,7 |
| 1998 | 6,9 | 6,6 |
| 2002 | 9,8 | 9,5 |
| 2006 | 7,2 | 6,4 |

Fonte: Bohn e Paiva, 2006 ; LEEX, disponível em
<<http://www.ucam.edu.br/leex/Brasil/Compet/DISPERE.htm>>

²⁶ O uso do número efetivo de partidos (*N*) desenvolvido por Laakso e Taagepera (1979) largamente utilizado na Ciência Política para “contar” os partidos relevantes não é o único existente. O índice mensura a dispersão/concentração de uma dada população. Adverte-se que esse cálculo não permite ao analista apontar nominalmente qual (ais) partido(s) está presente na eleição/Parlamento, trata-se de uma medida estatística. Nicolau (1997) apresenta outros índices utilizados na academia e o procedimento para o cálculo dos mesmos.

TABELA 2 – Número efetivo de partidos (eleitorais e parlamentares) paranaenses na Câmara dos Deputados, 1982-2006

| ANO | <i>Ne</i> | <i>Np</i> |
|------|-----------|-----------|
| 1982 | 2,0 | 1,9 |
| 1986 | 2,0 | 1,5 |
| 1990 | 6,4 | 5,6 |
| 1994 | 7,8 | 7,0 |
| 1998 | 6,9 | 6,1 |
| 2002 | 8,1 | 6,8 |
| 2006 | 7,9 | 6,4 |

Fonte: Bohn e Paiva, 2006 ; LEEEX, disponível em:

<<http://www.ucam.edu.br/leex/Brasil/Compet/DIRPERE1.htm>>

A leitura das tabelas 1 e 2 permite notar que no caso paranaense o formato do multipartidarismo apresentou variações entre 1982-2006. A alta fragmentação do sistema partidário nas eleições para os cargos legislativos e no Parlamento ocorreu somente a partir de 1990. Os índices revelam, em consonância com a literatura sobre o multipartidarismo em âmbito nacional (Nicolau, 1996:a), que apesar da criação de algumas dezenas²⁷ de siglas partidárias, no contexto da redemocratização os partidos relevantes (*Ne* e *Np*) nunca ultrapassaram 9,8. É observável através do *número efetivo de partidos parlamentares* que durante a década de 1990 cerca de seis legendas foram relevantes, seja na ALEP ou na Câmara dos Deputados.

A bibliografia sobre partidos e eleições no Paraná não é das mais vastas²⁸, contudo é possível apontar algumas considerações sobre o período em debate. Oliveira (1998) ao estudar o processo político-partidário no Paraná durante os anos 80 destaca o crescimento do PMDB no estado, assim como aconteceu em boa parte dos demais estados da federação. Segundo a autora, no final dos anos 80 o PMDB perdeu parte de suas lideranças devido à pulverização de novas siglas no país. No Paraná a organização do PSDB em 1988 foi capitaneada por José Richa – inclusive este já havia rompido anteriormente com o então governador do PMDB Álvaro Dias –, o PRN de Fernando

²⁷ Mais de setenta partidos, segundo Schmitt (2000).

²⁸ As descrições históricas mais bem detalhadas sobre o processo eleitoral e a formação dos partidos no estado encontram-se em Oliveira (1998) e Lepre (2000). Para estudos monográficos sobre alguns partidos políticos no Paraná, inclusive durante a República de 46, a coletânea de Codato e Santos (2006) é a referência de maior relevância.

Collor também exerceu atração às lideranças peemedebistas neste contexto, sendo José Calos Martinez o principal líder do partido no estado. Oliveira (1998:99) argumenta que o PMDB manteve características de partido de centro durante a década de 80, aglutinando diversas tendências ideológicas, porém, com a transferência para as recém-criadas legendas, entre 1987-1991 a bancada paranaense do PMDB perdeu 11 membros na Câmara dos Deputados.

Outro aspecto importante nas transformações do quadro partidário do Paraná foram as eleições presidenciais de 1989. O pleito originou a explicitação do conflito entre as múltiplas correntes reunidas dentro do PMDB no momento crucial de definição de apoio aos presidentiáveis que disputariam o segundo turno da eleição, Lula (PT) e Collor (PRN), além de suscitar nova saída de membros peemedebistas. A partir da eleição de 1990 a redução da preponderância do PMDB no desenho partidário legislativo estadual é evidente. A tabela 3 apresenta os partidos políticos que galgaram representação na ALEP nas eleições de 1982 a 2006 – em percentual de cadeiras– e a tabela 4 traz as informações relativas à Câmara dos Deputados.

TABELA 3 – Partidos que obtiveram representação na Assembléia Legislativa do Paraná (em percentual de cadeiras), eleições de 1982 a 2006

| PARTIDO | 1982 | 1986 | 1990 | 1994 | 1998 | 2002 | 2006 |
|------------------------------|------|------|------|------|------|------|------|
| PMDB | 58,6 | 68,5 | 29,6 | 22,1 | 13,2 | 14,8 | 29,2 |
| PDS/PPR/PPB/PP ²⁹ | 41,4 | 1,9 | - | 3,7 | 15,1 | 7,4 | 7,4 |
| PFL ³⁰ | - | 14,8 | 11,1 | 11,1 | 24,5 | 13,0 | 11,1 |
| PDT | - | 9,3 | 11,1 | 16,7 | 5,7 | 11,1 | 5,6 |
| PTB | - | 3,7 | 9,3 | 11,1 | 17,0 | 5,6 | 3,7 |
| PT | - | 1,9 | 5,6 | 9,3 | 7,5 | 16,7 | 11,1 |
| PSDB | - | - | 9,3 | 5,6 | 11,3 | 9,3 | 13,0 |
| PRN | - | - | 18,5 | - | - | - | - |
| PL | - | - | 3,7 | - | - | 3,7 | 1,9 |
| PSB | - | - | 1,9 | - | 3,8 | 5,6 | 3,7 |
| PP | - | - | - | 18,5 | - | - | - |
| PSC | - | - | - | 1,9 | 1,9 | - | - |
| PSL | - | - | - | - | - | 3,7 | - |
| PPS | - | - | - | - | - | 5,6 | 5,6 |
| PV | - | - | - | - | - | - | 1,9 |
| PMN | - | - | - | - | - | - | 1,9 |
| PRB | - | - | - | - | - | - | 1,9 |
| TOTAL | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |

Fonte: Nicolau, Jairo. Dados eleitorais no Brasil, disponível em <<http://jaironicolau.iuperj.br/banco2004.html>>

²⁹ Em 1993 o PDS fundiu-se com o PDC, passando a chamar-se Partido Progressista Reformista (PPR). Em 1995 o PPR fundiu-se com o PP e tornou-se Partido Progressista Brasileiro (PPB). Em 2003, o PPB passou a se chamar PP (Partido Progressista).

³⁰ Atualmente o PFL chama-se DEM (Democratas).

TABELA 4 – Partidos que obtiveram representação na Câmara dos Deputados (em percentual de cadeiras) pela bancada paranaense, eleições de 1982 a 2006

| PARTIDO | 1982 | 1986 | 1990 | 1994 | 1998 | 2002 | 2006 |
|------------------------------|------|------|------|------|------|------|------|
| PMDB | 58,8 | 80 | 23,3 | 13,3 | 13,3 | 20 | 26,7 |
| PDS/PPR/PPB/PP ³¹ | 41,2 | - | - | 6,7 | 16,7 | 13,3 | 10 |
| PFL ³² | - | 16,7 | 13,3 | 20 | 20 | 6,7 | 16,7 |
| PDT | - | 3,3 | 6,7 | 10 | 3,3 | 3,3 | 3,3 |
| PTB | - | - | 6,7 | 13,3 | 20 | 10 | 3,3 |
| PT | - | - | 10 | 10 | 10 | 20 | 13,3 |
| PSDB | - | - | 13,3 | 3,3 | 16,7 | 16,7 | 13,3 |
| PRN | - | - | 26,7 | - | - | - | - |
| PL | - | - | - | - | - | 3,3 | 6,7 |
| PP | - | - | - | 20 | - | - | - |
| PSC | - | - | - | - | - | - | - |
| PPS | - | - | - | - | - | 6,7 | 6,7 |
| PCdoB | - | - | - | 3,3 | - | - | - |
| TOTAL | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |

Fonte: Nicolau, Jairo. Dados eleitorais no Brasil, disponível em <<http://jaironicolau.iuperj.br/banco2004.html>>

Os dados das tabelas indicam que o multipartidarismo foi mais bem explícito a partir da eleição de 1990, com o aumento da fragmentação dos partidos tanto na ALEP quanto na Câmara dos Deputados. É certo que devido ao fenômeno da migração partidária esses índices não foram estáticos durante os interstícios eleitorais, o que será mais bem avaliado no próximo capítulo. Importa neste momento observar a configuração partidária saída das urnas. Destaca-se primeiramente a diminuição das cadeiras ocupadas pelo PMDB no pleito de 1990 quando comparadas ao percentual obtido em 1986, passando de 68,5% para 29,6% na ALEP e de 80% para 23,3% no Legislativo nacional. O PRN foi o partido mais beneficiado com a significativa queda de cadeiras do PMDB em 1990, passando a constituir a segunda maior bancada, conquistou 18,5% dos assentos na ALEP e 26,7% na Câmara dos Deputados. O ligeiro aumento do *número efetivo de partidos* na eleição de 1994, exposto anteriormente nas tabelas 1 e 2, já apontara alterações no quadro partidário. Tem-se agora outra evidência ao atentar para a queda no percentual de cadeiras do PMDB – sendo ainda mais

³¹ Ver a nota de rodapé anterior.

³² Ver a nota de rodapé nº30.

acentuada na Câmara –, deixando o partido de constituir a maior bancada no Legislativo federal para ficar na terceira posição (13,3%), atrás do PP (20%) e do PFL (20%). Em 1998 o PFL constituir-se-ia também a maior bancada na ALEP, com 24,5% das 54 cadeiras, e o PMDB ficaria com 13,2% das cadeiras, atrás dos índices do PTB (17%) e do PP (15,1%). Em 2002 observar-se-ia significativas mudanças no quadro partidário paranaense nos dois níveis do legislativo. O PFL foi a legenda que mais perdeu assentos, passando a ocupar 13,0% das cadeiras na ALEP e apenas 6,7% na Câmara dos Deputados, quando na eleição de 1998 obteve 20% das 30 vagas em disputa para deputados federais. As eleições de 2002 apontariam ainda o expressivo aumento da bancada petista, passando a ter a maioria dos assentos na ALEP (16,7%) e dividindo com o PMDB a posição de maior bancada na Câmara dos Deputados, ambas as legendas com 20%. O PMDB obteve um pequeno crescimento em 2002 (de 13,2% para 14,8%), mas foi o suficiente para ocupar a segunda maior bancada da ALEP devido ao aumento da fragmentação partidária em âmbito subnacional. Contudo, em 2006 assistir-se-ia um grande crescimento da bancada peemedebista na ALEP, dispondo de 29,1% das cadeiras, bem acima dos percentuais das outras maiores legendas – PSDB (13,3%), PFL (11,1%), PT (11,1%) – o partido também obteve aumento na quantidade de assentos na Câmara dos Deputados, de 20% em 2002 para 26,7%. O PT foi o partido que mais perdeu cadeiras em 2006, apresentou queda de 5,6% na ALEP e 6,7% no Legislativo nacional. Em 2006 notar-se-ia o expressivo crescimento do PFL – atual DEM – na Câmara dos Deputados, um aumento de 10% em relação a 2002, passando a ocupar a segunda maior bancada.

Ainda no âmbito do número de representantes dos partidos paranaenses, as duas próximas tabelas foram elaboradas para mais bem ilustrar longitudinalmente àqueles que obtiveram assento na ALEP e na Câmara dos Deputados. A classificação utilizada foi a mesma de Rodrigues (1995), assim estratificou-se o quadro partidário em quatro grupos: (1) *partidos grandes*, acima de 16% das cadeiras; (2) *partidos médios*, com mais de 6% e menos de 16%; (3) *partidos pequenos*, entre 2 e 6%, (4) *micropartidos*, menos de 2%. A tabela 5 apresenta a classificação encontrada na ALEP com as eleições de 1982 a 2006 e a tabela 6 refere-se à representação do colégio estadual na Câmara dos Deputados durante o mesmo período.

TABELA 5 – Partidos com representação política na ALEP classificados de acordo com Rodrigues (1995) em partidos grandes, partidos médios, partidos pequenos e micropartidos, eleições de 1982 a 2006

| | 1982 | 1986 | 1990 | 1994 | 1998 | 2002 | 2006 |
|--|------------------------|----------------------|---------------------------|------------------------|--------------------------------------|--|-------------------------------------|
| Partidos grandes (acima de 16% das cadeiras) | PMDB PDS/PPR/PPB/PP | PMDB | PMDB PRN | PMDB PDT PP | PFL PTB | PT | PMDB |
| Partidos médios (com mais de 6% e menos de 16%) | | PFL PDT | PFL PDT PSDB PTB | PFL PTB PT | PMDB PDS/PPR/PPB/PP PT PSDB | PMDB PFL PDT PSDB PDS/PPR/PPB/PP | PT PFL PSDB PDS/PPR/PPB/PP |
| Partidos pequenos (entre 2 e 6%) | | PTB | PT | PSDB PDS/PPR/PPB/PP | PDT PSB | PPS PSL PSB PL PTB | PDT PTB PPS PSB |
| Micropartidos (menos de 2%) | | PDS/PPR/PPB/PP PT | PL PSB | PSC | PSC | | PL PV PMN PRB |
| Número de partidos | 2 | 6 | 9 | 9 | 9 | 11 | 13 |

Fonte: tabela 3

TABELA 6 – Partidos com representação política pelo Paraná na Câmara dos Deputados classificados de acordo com Rodrigues (1995) em partidos grandes, partidos médios, partidos pequenos e micropartidos, eleições de 1982 a 2006

| | 1982 | 1986 | 1990 | 1994 | 1998 | 2002 | 2006 |
|--|------------------------|-------------|----------------------------------|--|--------------------------------------|-------------------------------------|---|
| Partidos grandes (acima de 16% das cadeiras) | PMDB PDS/PPR/PPB/PP | PMDB PFL | PMDB PRN | PFL PP | PFL PTB PSDB PDS/PPR/PPB/PP | PMDB PT PSDB | PMDB PFL |
| Partidos médios (com mais de 6% e menos de 16%) | | | PFL PDT PTB PTB PSDB | PMDB PDT PTB PT PDS/PPR/PPB/PP | PMDB PT | PFL PTB PPS PDS/PPR/PPB/PP | PT PSDB PL PDS/PPR/PPB/PP PPS |
| Partidos pequenos (entre 2 e 6%) | | PDT | | PSDB PCdoB | PDT | PDT PL | PDT PTB |
| Micropartidos (menos de 2%) | | | | | | | |
| Número de partidos | 2 | 3 | 7 | 9 | 7 | 9 | 9 |

Fonte: tabela 4

Em adição a análise das tabelas 3 e 4 – sobre o desempenho em percentual dos partidos nas eleições – a observação do quadro partidário paranaense, exposto nas tabelas 5 e 6, possibilita afirmar que apesar do contínuo aumento da fragmentação parlamentar no Paraná desde 1982, o desenho partidário estadual ilustra um grupo delimitado e identificável de partidos. Ao considerar apenas os partidos classificados enquanto *médios* (mais de 6% e menos de 16% dos assentos) e *grandes* (mais de 16% dos assentos) nota-se que apenas 9 diferentes siglas conquistaram alguma cadeira para deputado estadual nas eleições de 1982 a 2006 (PMDB, PDS/PPR/PPB/PP, PFL, PDT, PRN, PSDB, PTB, PT, PP). Já para Câmara dos Deputados foram 11 os *partidos grandes e médios* ao longo do período (PMDB, PDS/PPR/PPB/PP, PFL, PRN, PDT, PTB, PT, PSDB, PP, PPS, PL). Ao comparar os partidos na ALEP com a bancada paranaense na Câmara dos Deputados através da classificação de *partidos pequenos* (entre 2 e 6% dos assentos) e *micropartidos* (menos de 2% dos assentos) observa-se que em âmbito subnacional as chamadas “legendas nanicas” galgaram representação parlamentar por maior número de vezes. Nenhum partido com assento na Câmara dos Deputados foi classificado enquanto *micropartido* e ao longo de todo o período foram apenas 5 àqueles classificados em *partidos pequenos* (PDT, PSDB, PCdoB, PL, PTB).

Constata-se assim que para os “nanicos” o acesso à ALEP é relativamente mais fácil do que chegar à Câmara dos Deputados.

A tabela 7 indica quais os partidos obtiveram representação no Senado Federal entre os 1982 e 2006, destaca-se a pouca oxigenação de lideranças, sendo o caso mais explícito o do senador Álvaro Dias, que exerce atualmente o seu terceiro mandato. O PT no estado, em consonância ao crescimento e obtenção de maior bancada na ALEP em 2002, conquistou naquele ano pela primeira vez um assento na Câmara Alta, com o senador Flávio Arns.

TABELA 7 – Senadores Federais eleitos pelo Paraná, eleições de 1982 a 2006

| 1982 | 1986 | 1990 | 1994 | 1998 | 2002 | 2006 |
|--------------------|---|-------------------|---|--------------------|--------------------------------------|--------------------|
| Álvaro Dias (PMDB) | José Richa (PMDB) Affonso Camargo (PMDB) | José Vieira (PTB) | Roberto Requião (PMDB) Osmar Dias (PP) | Álvaro Dias (PSDB) | Osmar Dias (PDT) Flávio Arns (PT) | Álvaro Dias (PDSB) |

Fonte: TSE

Quanto aos pleitos para o Executivo estadual, o PMDB apresentou clara dominância ao longo do período em questão, fez os seguintes governadores: José Richa (eleição de 1982), Álvaro Dias (eleição de 1986) e Roberto Requião (eleições de 1990, 2002 e 2006). Em 1994 o PDT conquistou com Jaime Lerner a eleição para o Executivo estadual. Lerner foi reeleito governador em 1998, entretanto, nesta ocasião estava filiado ao PFL.

O próximo capítulo adentra mais detidamente o fenômeno da migração partidária, assim explorará o quadro partidário em sua mutabilidade entre as eleições, pois é sabido que a prática de mudança de partido pelos parlamentares brasileiros – e os deputados paranaenses não constituem exceção – é recorrente na vida política do país desde a redemocratização.

2. Migração partidária na ALEP (1987-2007)

A literatura acadêmica sobre o fenômeno da migração partidária no Brasil, isto é, as trocas de legendas pelos parlamentares que exercem mandato eletivo, constituem um campo recente de pesquisa, mas relativamente bastante discutido (Lima Jr., 1993; Nicolau, 1996a, 1996b; Mainwaring e Liñan, 1998; Schmitt, 1999; Diniz, 2000; Melo, 2004; Desposato 2006; Marengo dos Santos, 2001, 2006; Roma, 2007; Freitas, 2008). Independente das motivações para análise – compreender as conseqüências para a representação política no que diz respeito à vontade do eleitorado; mensurar a interferência para a reeleição do parlamentar migrante; discutir a migração no que concerne à dificuldade de institucionalização do sistema partidário nacional – todas as pesquisas consultadas afirmaram que as taxas de migração na Câmara dos Deputados são de fato muito elevadas (cerca de 30%) e geraram alterações, no período intereleições, da configuração do quadro partidário definido pelos eleitores. Sabe-se que as taxas de migração na Câmara dos Deputados não são as mesmas quando se comparam as bancadas por estados federativos (Nicolau, 1996b; Marengo dos Santos, 2006), assim, acredita-se na relevância em observar este fenômeno em outro nível do sistema político, nas Casas Legislativas.

A mensuração dos casos de migração partidária na Assembléia Legislativa do Paraná (ALEP) é um comportamento parlamentar que desperta interesse – devido às altas taxas do fenômeno (Lepre, 2000) – e urge de melhores explicações. Além de permitir ampliar a discussão da seção anterior, sobre o desenvolvimento dos partidos no estado, a justificativa da escolha do período para realizar o estudo deve-se à ausência de pesquisas sobre a migração partidária após o ano de 1997, já que o trabalho de maior abrangência sobre a temática no Paraná, o de Lepre (2000), tem como recorte temporal o período de 1987 a 1997. Dessa forma, uma das principais contribuições da pesquisa será sistematizar os dados sobre as migrações partidárias, de 1987 a 2007³³.

Para cumprir o objetivo deste segundo capítulo – descrever as trocas partidárias de 1987 a 2007 – utilizar-se-á a mesma estratégia do capítulo anterior. Num primeiro

³³ Em 27 de março de 2007 foi publicada a resolução 22.526 do TSE que entende o mandato pertencendo ao partido e não ao político, o que diminuiu consideravelmente o troca-troca partidário (cinco trocas na ALEP desde então), contudo a Legislatura pesquisada refere-se ao período anterior à resolução.

momento discute-se a bibliografia relativa ao fenômeno na Câmara dos Deputados, posteriormente o foco recai especificamente na ALEP, assim, serão feitos apontamentos comparativos entre o âmbito legislativo subnacional e o nacional. A estrutura do capítulo segmenta-se em três seções, (i) inicia-se com a discussão teórica sobre migração partidária na Câmara dos Deputados; (ii) em seguida descreve-se quantitativamente as trocas de partido entre 1987 e 2007 na ALEP, contempla-se as defecções por partido de origem do deputado eleito em cada legislatura, (iii) a terceira seção objetiva explorar mais minuciosamente a direção das migrações, isto é, atenta-se nesta parte do capítulo para os rumos das trocas, a intenção é compreender as mudanças no que tange aos blocos ideológicos *esquerda, centro e direita*.

2.1 A literatura sobre migração partidária na Câmara dos Deputados

Na busca da compreensão para as conseqüências do arranjo institucional no pós-88, os pesquisadores atentaram, entre outros aspectos, para as altas taxas de mudança de partido pelos parlamentares. Lima Jr.(1993) apontou que do final do bipartidarismo, em 1979, até a promulgação da Carta de 88, a proliferação de siglas partidárias – estimulada pela flexibilidade da legislação eleitoral – teria impulsionado as trocas de partido na Câmara dos Deputados, soma-se a isso a não proibição da infidelidade partidária³⁴. De acordo com o autor, os partidos foram preteridos enquanto instituição representativa no âmbito Legislativo, já que a Constituinte teria estabelecido regras que vincularam o mandato ao próprio parlamentar e não ao partido.

Ao fazer uma pesquisa empírica sobre a migração partidária na Câmara dos Deputados, no período de 1991-1996, Nicolau (1996b) constata que de fato a migração partidária é um fenômeno intenso na arena legislativa nacional do país, contudo traz algumas contribuições que servem para matizar a questão. Na legislatura de 1991-94, dos 33% de parlamentares que deixaram o partido pelo qual foram eleitos 78% deles mudaram de sigla apenas uma vez. Percebe-se que as múltiplas trocas de partido pelo mesmo parlamentar consistiram em casos minoritários, ou seja, trocar mais de uma vez

³⁴ Lima Jr. destacou que a permissividade legal para as trocas partidárias não é condição suficiente para explicar as causas do fenômeno, tendo em vista que os parlamentares poderiam simplesmente ignorar tal possibilidade e manter-se fiéis às suas siglas de origem.

de legenda na mesma legislatura é a exceção, e não a regra na Câmara dos Deputados. Outro resultado destacado pelo autor refere-se aos diferentes padrões de migração quando se consideram os estados federativos. Na legislatura de 1990 observa-se discrepâncias consideráveis entre os estados, enquanto os índices de defecções em Rondônia e Sergipe encontravam-se em 75%, no Rio Grande do Sul, por exemplo, o índice foi de apenas 7%. Assim, fica explícito o quanto a variável “federalismo” precisa ser levada em conta ao debater a temática da migração no país. O sentido da migração – à direita ou à esquerda do espectro ideológico – também permite observar que a troca de legenda é uma ação parlamentar que não exclui a variável “ideologia”. Nicolau (1996b) encontrou diferenças significativas entre os deputados eleitos pela esquerda e pela direita, àqueles oriundos da esquerda migraram em quantidade bastante inferior aos advindos da direita. Dentre os 219 migrantes na legislatura de 1990, 75,8% estavam originariamente à direita do espectro e apenas 10% à esquerda.

Segundo Nicolau (1996a: 70) as razões para a intensa mudança de partido pelos parlamentares seriam três: a) conflito de natureza ideológica-programática no seu partido de origem; b) conflito de natureza pessoal no seu partido de origem; c) maximização das oportunidades eleitorais. Nota-se que para o autor a explicação causal estaria na própria sobrevivência individual dos políticos, já que imersos num cenário de incerteza, especialmente no início da década de 90, os custos para mudar de partido eram reduzidos frente à permanência na sigla.

Na mesma direção de Nicolau (1996a, 1996b), encontram-se os resultados apresentados por Melo (2004) no que diz respeito à migração partidária na Câmara dos Deputados entre 1985 e 2002. O autor também afirma que a migração partidária no Brasil seria parte de uma estratégia racional de sobrevivência política do deputado, permitida legalmente devido às medidas liberalizantes definidas na Carta de 88. Melo (2004) dialoga com a literatura acadêmica relativa à organização interna do Legislativo nacional, particularmente no que toca aos achados de Figueiredo e Limongi (1999) sobre a alta disciplina partidária na Câmara dos Deputados. Melo (2004) ratifica as conclusões dos autores no que concerne à centralização do processo decisório – liderado pelos partidos políticos e pelo Executivo –, contudo, adverte que a coesão partidária precisaria ser mais bem ponderada, ou seja, altas taxas de disciplina em plenário não correspondem necessariamente a partidos coesos.

Melo (2004) trabalha com a dimensão *macro* e *micro* do fenômeno em debate. Quanto a primeira dimensão, o autor afirma que o próprio arcabouço institucional brasileiro – de concentração de poderes nas mãos dos líderes partidários e do Executivo – seria uma espécie de estímulo para o troca-troca, já que a pouca possibilidade de interferência individual do parlamentar no processo decisório faria com que este buscasse mais bem se posicionar quanto aos seus interesses, ainda que seja obediente à sua liderança em plenário. Dito de outra forma, ao vislumbrar uma reduzida margem individual de ação na Câmara dos Deputados seria racional ao parlamentar procurar “novos líderes” que mais benefícios lhe outorgassem.

Sobre a dimensão *micro*, isto é, referente à investigação com foco no parlamentar individualmente, Melo (2004) sugere que no momento do representante decidir seu futuro político, disputar uma eleição, por exemplo, a migração passa a fazer parte do cálculo. O autor lista três evidências para sustentar tal argumento: a) a partir da legislatura de 1990 as mudanças partidárias aconteceram seguindo o calendário da competição político-eleitoral; b) deputados *com acesso* no Legislativo, ou seja, àqueles que dispunham de cargos na estrutura da Câmara, migraram proporcionalmente em menor quantidade frente àqueles *sem acesso*; c) o sentido mais recorrente da migração foi rumo à base governista, exceto quando os ministérios não eram de coalizões partidárias e quando o presidente apresentou impopularidade.

A partir dessas três evidências – ao usar o deputado enquanto unidade de análise – o autor afirma que a explicação para as migrações encontra-se na racionalidade do parlamentar em reacomodar-se no interior do Legislativo, “segundo os moldes do presidencialismo de coalizão” (Melo, 2004:165).

Vale apresentar os argumentos do autor sobre as mudanças partidárias relacionadas à discussão dos partidos enquanto organizações. É interessante perceber as diferenças entre os partidos à *esquerda* e à *direita* do espectro ideológico³⁵. Melo (2004) corrobora os achados de Nicolau (1996a, 1996b) ao identificar uma maior proporção de migrações de deputados oriundos da direita entre 1985 e 2002, exceto no período da Constituinte, quando os índices dos dois campos ideológicos foram bem próximos. Na legislatura 1983/1987, 56,5% dos migrantes vieram da direita, enquanto 20% da

³⁵ O autor segue Lima Jr. (1993) e Kinzo (1993) para definir as siglas. Localizados à esquerda: PT, PDT, PSB, PCdoB, PPS, PV; ao centro do espectro o PMDB e PSDB; à direita PFL, PP, PTB, PL e demais pequenos partidos.

esquerda. Todas as legislaturas da década de 90 seguiram a mesma direção quanto ao sentido da troca, 38,7% dos migrantes estavam à direita e 16,7% à esquerda. Ao explorar a questão das trocas partidárias *intrablocos* – direita, esquerda, centro – o autor constata que 57,6% dos migrantes permanecem no mesmo campo ideológico e apenas 5,5% cruzam todo o espectro, por exemplo, saindo da esquerda para estabelecer-se à direita e vice-versa. Os demais, 36,9% migram em campos contíguos. O autor adverte para um índice expressivo: 35,8% dos migrantes de esquerda *cruzam* o espectro ideológico, quando apenas 3,5% dos migrantes de direita fazem o percurso inverso (Melo, 2004:103).

A explicação do autor recai nos partidos enquanto organização, já que a seu ver, há diferenças entre os partidos de um mesmo campo ideológico. O caso mais ilustrativo seria a alta infidelidade dos membros oriundos do PDT e do PSB em comparação àqueles do PT e PCdoB. Segundo Melo (2004), o estilo de recrutamento do PDT, mais permissivo do que o do PT, seria o principal causador da debandada dos eleitos pela sigla. A direita também apresentou especificidades quando os partidos foram vistos separadamente. O PFL aparece com baixos índices de migração – 23% – quando comparado ao PTB e ao PL, o primeiro perdeu 41,7% dos seus representantes e o segundo 60,3% durante o período analisado.

Outro ponto de destaque refere-se ao tempo de filiação do deputado à sigla de origem. Melo (2004) relaciona a ocorrência da migração com o tempo de filiação dos deputados eleitos nas eleições de 1994 e 1998, encontra uma associação moderada entre o tempo de filiação e as taxas de defecção para os partidos. Quanto mais “tempo de legenda”, menor a taxa de defecção. Ou seja, novamente a explicação dos partidos como organização ganharia relevância.

Marengo dos Santos (2001) já havia notado que o *tempo de filiação* estaria conectado ao estilo de carreira do parlamentar, bem como ao fenômeno da migração. Ao analisar a composição da Câmara eleita em 1998 o autor destaca a heterogeneidade das bancadas quando comparadas ao primeiro período pluripartidário (1946-1962). As filiações exclusivas seriam proporcionalmente menores em 1998 do que àquelas vistas em qualquer legislatura entre 1946 e 1962. No segundo período pluripartidário as taxas de migração apresentaram índices muito mais elevados. Melo (2004) e Marengo dos Santos (2006) também apontam outro argumento em comum: o impacto da migração

sobre a volatilidade eleitoral nos estados federativos. Ambos afirmam que naqueles estados em que os índices de migração são elevados o mesmo se passaria com a volatilidade eleitoral. Dessa forma, a migração partidária funcionaria como barreira para a estabilidade dos subsistemas políticos estaduais. (Melo, 2004:169).

Sobre as conseqüências da migração partidária no que toca à estratégia eleitoral do parlamentar, Schmitt (1999) discute o fenômeno e a interface com os índices de reeleição na 49ª Legislatura da Câmara dos Deputados (1991-1995). Ao gerar uma matriz dos 503 eleitos, mensura a variável *reapresentação* – frequência com que os deputados se recandidatavam na eleição seguinte – e a variável *reeleição* – frequência que o deputado que se reapresentou conquistou um novo mandato. Segundo o autor, àqueles que migraram de partido foram também os que mais se reapresentaram, contudo a afirmação não vale para o campo da esquerda, já que nesse caso os não-migrantes se reapresentaram em maior quantidade. Quanto à reeleição os transfugas obtiveram índices menores de sucesso do que os não migrantes. Entretanto, também se observa diferenças significativas entre os blocos ideológicos. Os reeleitos migrantes à esquerda foram apenas 7,7%, enquanto os não-migrantes totalizaram 56,5%. Já os migrantes reeleitos à direita contabilizaram 60,2% contra 70,3% dos não-migrantes. Schmitt (1999) conclui, através da constatação da maior taxa de reapresentação dos infieis, que esse comportamento seria uma clara evidência de uma estratégia eleitoral dos parlamentares. Ressalva que, num cômputo geral, a estratégia proporcionaria conseqüências negativas para o representante, tendo em vista que o conjunto de deputados migrantes é justamente àquele mais punido nas urnas, isto é, são os que menos conseguem se reeleger.

Para finalizar a exposição dos principais trabalhos que se preocuparam em analisar a migração partidária na Câmara dos Deputados é pertinente apresentar as considerações de Freitas (2008). Ao analisar as migrações de 1995 a 2007, a autora sugere que a concentração do volume das trocas no primeiro e no terceiro ano de cada Legislatura significaria uma evidência estratégica dos partidos e não dos parlamentares. Primeiro, as siglas buscariam representantes para obterem maior tempo no HGPE (Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral). Posteriormente, Freitas (2008) argumenta que devido à distribuição de cargos na Câmara dos Deputados serem proporcionais ao tamanho das bancadas, os partidos políticos seriam estimulados a atrair novos membros para aumentarem sua cota de cargos em Comissões e na Mesa Diretora.

A autora apresenta críticas aos estudos acima mencionados, especialmente ao de Melo (2004), pois acredita que o argumento da sobrevivência política do parlamentar seja insuficiente para compreender as causas da migração. Dessa forma, sugere outro eixo explicativo: o motor da infidelidade seriam os próprios partidos. Apesar das críticas à impossibilidade de mensuração das motivações dos parlamentares ao mudarem de legenda, a autora utiliza procedimento semelhante ao analisar – via citações de lideranças partidárias recolhidas em jornais – a migração enquanto estratégia dos partidos políticos.

O objetivo desta seção inicial foi apresentar os principais estudos que tiveram a migração partidária na Câmara dos Deputados enquanto objeto analítico. Verificou-se que o fenômeno é, de fato, bastante intenso desde a redemocratização, já que as taxas de infidelidade giraram em torno de 30% ao longo do período. Contudo, a literatura levantada demonstra que o sentido do troca-troca não é aleatório, observa-se que os blocos à esquerda e à direita do espectro ideológico constituem importante variável para mais bem avaliar a questão. A partir da próxima seção o texto adentra na discussão da migração partidária em âmbito subnacional.

2.2 Migração e partidos na ALEP

Destacado os principais estudos sobre a migração partidária na Câmara dos Deputados, cabe agora mais bem descrever o fenômeno no estado federativo em estudo. A intenção desta seção é sistematizar os dados sobre as trocas partidárias de 1987 a 2007 na ALEP, quanto às fontes dos dados faz-se necessário algumas considerações. A pesquisa de Lepre (2000), “O Caos Partidário Paranaense”, em que o autor analisa as trocas partidárias no estado entre 1987-1997, será utilizada enquanto base para a exposição das três primeiras legislaturas do período. Lepre (2000) organizou o banco de dados através de informações recolhidas nos *Anais da ALEP*. É válido mencionar que na 13ª Legislatura, a última analisada pelo autor, os dados foram gerados por Lepre (2000) até outubro de 1997, quando se sabe que tal legislatura encerrou-se em fevereiro de 1999. No que tange à 14ª Legislatura (1999- 2003), os dados sobre as trocas partidárias pertencem ao “Núcleo de Pesquisas em Democracia e Instituições Políticas

da Universidade Federal do Paraná”, as informações, tal como em Lepre (2000), foram obtidos nos *Anais da ALEP*. Por fim, sobre a 15ª Legislatura (2003-2007) os dados foram organizados pela própria autora, sendo as informações obtidas junto à *Diretoria Legislativa da ALEP*³⁶.

Na seção anterior destacou-se a alta taxa de infidelidade dos deputados federais no Brasil. E quanto aos deputados estaduais? Os legisladores estaduais migrariam tanto quanto seus pares que atuam na Câmara dos Deputados? A tabela 8 intenciona responder a questão ao apresentar os dados para um estado da federação, o Paraná, de 1987 a 2007, considerando apenas os deputados titulares, ou seja, apenas os parlamentares eleitos.

TABELA 8 – Número de deputados estaduais que mudaram de partido por Legislatura na ALEP, de 1987 a 2007

| Tipo de deputado | Legislatura | | | | | | | | | | Total | |
|---------------------|-------------|------|-----------|------|-----------|------|-----------|------|-----------|------|-------|------|
| | 1987/1991 | | 1991/1995 | | 1995/1999 | | 1999/2003 | | 2003/2007 | | | |
| | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % |
| Migrante | 25 | 46,3 | 30 | 55,5 | 29 | 53,7 | 24 | 44,4 | 15 | 27,7 | 123 | 45,5 |
| Não-migrante | 29 | 53,7 | 24 | 44,5 | 25 | 46,3 | 30 | 55,6 | 39 | 72,3 | 147 | 54,5 |
| Total | 54 | 100 | 54 | 100 | 54 | 100 | 54 | 100 | 54 | 100 | 270 | 100 |

Fonte: Lepre (2000); dados do Núcleo de Pesquisas em Democracia e Instituições Políticas da Universidade Federal do Paraná; elaboração própria – Diretoria Legislativa da ALEP.

A leitura da tabela 8 evidencia que a migração partidária no Paraná atingiu índices ainda mais elevados do que àqueles vistos na Câmara dos Deputados, a média foi de 45,5% de 1987 a 2007. De acordo com Melo (2004), de 1985 a 2002 a média de migrações na Câmara dos Deputados foi 28,7%. O valor máximo de trocas na Câmara dos Deputados foi de 32,3%, referente à legislatura 1991/1995. No caso paranaense o valor máximo também ocorreu na mesma legislatura, contudo o percentual de migrações atingiu 55,5%. Uma das causas para a elevada taxa das migrações entre 1991 a 1995 certamente corresponde ao esvaziamento do PRN – que havia conquistado uma bancada expressiva na Câmara dos Deputados e na ALEP nas eleições de 1990 –, já que

³⁶ Ver anexo 1.

a dinâmica do partido esteve atrelada à figura do ex-presidente Fernando Collor, que sofrera *impeachment* na referida legislatura.

Segundo Lepre (2000:55), uma das explicações para o elevado troca-troca na legislatura de 1991 a 1995 no Paraná refere-se à saída de Álvaro Dias do PMDB. Ao deixar o partido, o ex-governador inseriu-se em uma nova sigla com pouca expressão, o PST. Naquela conjuntura, 8 deputados aderiram ao partido – 6 eram originários do PMDB, 1 do PRN e 1 do PDT. Além deste acontecimento, um novo fluxo de migrações se deu com a adesão de Álvaro Dias ao PP, assim, o PP que não obteve nenhum representante eleito no pleito de 1990, terminou a legislatura, em 1995, contabilizando 12 cadeiras.

Conforme a argumentação do capítulo anterior, na década de 90 o PMDB sofreu forte redução na conquista de representantes na ALEP. Os dados de Lepre (2000) apontam que, para além das perdas nas urnas, o partido diminuiu consideravelmente sua bancada no período intereleições. Na eleição proporcional de 1990, por exemplo, o PMDB elegeu 16 representantes no estado, porém terminou a legislatura com 12 deputados.

Se as taxas de migração partidária na ALEP são maiores do que àquelas referentes à Câmara dos Deputados, o que dizer do número de vezes que cada deputado estadual mudou de partido? A literatura envolvendo o Legislativo nacional afirma existir a predominância de deputados que migram uma única vez durante a mesma legislatura (Nicolau, 1996b; Melo, 2004). A tabela 9 apresenta os dados sobre as mudanças individuais dos parlamentares titulares na ALEP, de 1987 a 2007.

TABELA 9 - Número de vezes que cada deputado titular mudou de partido na ALEP, 1987-2007

| Nº de vezes que mudou de partido | 11ª Legislatura 1987/1991 | | 12ª Legislatura 1991/1995 | | 13ª Legislatura 1995/1999 | | 14ª Legislatura 1999/2003 | | 15ª Legislatura 2003/2007 | |
|----------------------------------|------------------------------|------|------------------------------|------|------------------------------|------|------------------------------|------|------------------------------|------|
| | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % |
| Uma vez | 21 | 84,0 | 26 | 86,7 | 22 | 75,8 | 15 | 62,5 | 12 | 80,0 |
| Duas vezes | 3 | 12,0 | 3 | 10,0 | 6 | 20,7 | 8 | 33,3 | 3 | 20,0 |
| Três vezes | 1 | 4,0 | 1 | 3,3 | 1 | 3,5 | 1 | 4,2 | 0 | 0 |
| Total | 25 | 100 | 30 | 100 | 29 | 100 | 24 | 100 | 15 | 100 |

Fonte: Lepre (2000); dados do Núcleo de Pesquisas em Democracia e Instituições Políticas da Universidade Federal do Paraná; elaboração própria – Diretoria Legislativa da ALEP.

Ao observar os dados expostos na tabela 9, percebe-se que o troca-troca partidário na ALEP, tal como na Câmara dos Deputados, não aconteceu repetidas vezes pelo mesmo deputado. A média para as cinco legislaturas entre àqueles que mudaram de partido, fez-no 77,8 % uma única vez; 19,2% duas vezes e apenas 3% três vezes.

Para avaliar longitudinalmente as defecções nos partidos que obtiveram cadeiras nos pleitos entre 1987 a 2007, a tabela 10 apresenta a origem partidária dos deputados titulares migrantes por legislatura.

TABELA 10 – Defecções por partido de origem do deputado eleito em cada legislatura da ALEP, de 1987 a 2007

| Tipo de deputado | 11ª Legislatura (1987/1991) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---------------------|-----------------------------|------|------|------|-----|------|------|------|-----|------|------|------|-----|------|-----|------|------|------|----|------|------|-----|----|-----|-----|-----|
| | PMDB | | PTB | | PFL | | PDT | | PDS | | PT | | | | | | | | | | | | | | | |
| | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % | | | | | | | | | | | | | | |
| Migrante | 20 | 54,0 | 1 | 50,0 | 3 | 37,5 | 1 | 20,0 | 0 | 0 | 0 | 0 | | | | | | | | | | | | | | |
| Não-Migrante | 17 | 46,0 | 1 | 50,0 | 5 | 62,5 | 4 | 80 | 1 | 100 | 1 | 100 | | | | | | | | | | | | | | |
| Total | 37 | 100 | 2 | 100 | 8 | 100 | 5 | 100 | 1 | 100 | 1 | 100 | | | | | | | | | | | | | | |
| Tipo de deputado | 12ª Legislatura (1991/1995) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | PRN | | PL | | PSB | | PSDB | | PFL | | PMDB | | PTB | | PDT | | PT | | | | | | | | | |
| | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % | | | | | | | | |
| Migrante | 10 | 100 | 2 | 100 | 1 | 100 | 3 | 60,0 | 3 | 50 | 7 | 43,7 | 2 | 40 | 2 | 32 | 0 | 0 | | | | | | | | |
| Não-Migrante | 0 | 0 | 0 | 100 | 0 | 0 | 2 | 40,0 | 3 | 50 | 9 | 56,3 | 3 | 60 | 4 | 66,8 | 3 | 100 | | | | | | | | |
| Total | 10 | 100 | 2 | 100 | 1 | 100 | 5 | 100 | 6 | 100 | 16 | 100 | 5 | 100 | 6 | 100 | 3 | 100 | | | | | | | | |
| Tipo de deputado | 13ª Legislatura (1995/1999) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | PSDB | | PSC | | PDT | | PTB | | PP | | PMDB | | PT | | PFL | | PPR | | | | | | | | | |
| | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % | | | | | | | | |
| Migrante | 3 | 100 | 1 | 100 | 8 | 88,9 | 4 | 66,7 | 6 | 60,0 | 5 | 41,6 | 1 | 20,0 | 1 | 16,7 | 0 | 0 | | | | | | | | |
| Não-Migrante | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 11,1 | 2 | 33,3 | 4 | 40,0 | 7 | 38,4 | 4 | 80,0 | 5 | 83,3 | 2 | 100 | | | | | | | | |
| Total | 3 | 100 | 1 | 100 | 9 | 100 | 6 | 100 | 10 | 100 | 12 | 100 | 5 | 100 | 6 | 100 | 2 | 100 | | | | | | | | |
| Tipo de deputado | 14ª Legislatura (1999/2003) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | PTB | | PMDB | | PT | | PFL | | PSB | | PPB | | PSC | | PDT | | PSDB | | | | | | | | | |
| | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % | | | | | | | | |
| Migrante | 7 | 70,0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 6 | 46,1 | 2 | 100 | 3 | 37,5 | 1 | 100 | 1 | 33,3 | 4 | 66,6 | | | | | | | | |
| Não-Migrante | 3 | 30,0 | 7 | 100 | 4 | 100 | 7 | 53,9 | 0 | 0 | 5 | 62,5 | 0 | 0 | 2 | 66,7 | 2 | 43,4 | | | | | | | | |
| Total | 10 | 100 | 7 | 100 | 4 | 100 | 13 | 100 | 2 | 100 | 8 | 100 | 1 | 100 | 3 | 100 | 6 | 100 | | | | | | | | |
| Tipo de deputado | 15ª Legislatura (2003/2007) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | PFL | | PSL | | PTB | | PDT | | PSC | | PSDB | | PL | | PSB | | PRP | | PP | | PMDB | | PT | | PPS | |
| | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % |
| Migrante | 3 | 42,8 | 2 | 100 | 2 | 66,6 | 2 | 33,3 | 1 | 100 | 1 | 20,0 | 1 | 50,0 | 1 | 33,3 | 1 | 100 | 1 | 25,0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Não-Migrante | 4 | 57,2 | 0 | 0 | 1 | 43,4 | 4 | 66,7 | 0 | 0 | 4 | 80,0 | 1 | 50,0 | 2 | 66,7 | 0 | 0 | 3 | 75,0 | 8 | 100 | 0 | 100 | 3 | 100 |
| Total | 7 | 100 | 2 | 100 | 3 | 100 | 6 | 100 | 1 | 100 | 5 | 100 | 2 | 100 | 3 | 100 | 1 | 100 | 4 | 100 | 8 | 100 | 0 | 100 | 3 | 100 |

Fonte: Lepre (2000); dados do Núcleo de Pesquisas em Democracia e Instituições Políticas da Universidade Federal do Paraná; elaboração própria – Diretoria Legislativa da ALEP

Uma primeira leitura da tabela 10 permite observar que as trocas de legendas ao longo de todo o período em análise afetaram a configuração do quadro partidário gerado nas urnas. Fica evidente que, em várias legislaturas, determinados partidos sufragados desapareceram devido à migração dos deputados estaduais. Na 11ª legislatura (1987/1991) nota-se que o partido majoritário na ALEP, o PMDB, foi também àquele que mais perdeu cadeiras, dos 37 eleitos 20 mudaram de legenda. Certamente a criação do PSDB em 1988 contribuiu para explicar as trocas, tendo em vista que o partido nascera preponderantemente do quadro peemedebista (Kinzo, 1993). Na 12ª Legislatura (1991/1995), observa-se o desaparecimento de três partidos na ALEP, o PRN, o PL e o PSB. Como já explicitado, o PRN perdeu os 10 representantes eleitos em 1990. O PT foi a única sigla que não perdeu nenhuma cadeira na referida legislatura. É válido salientar que ao longo de todo o período (1987-2007) o PT sofreu uma única defecção, na 13ª legislatura, a pequena ocorrência de trãnsfugas entre os petistas já havia sido notado pelos demais autores que pesquisaram o fenômeno na Câmara dos Deputados (Nicolau, 1996b, Melo, 2004). Na 13ª legislatura (1995/1999) o PSDB e o PSC perderam todos os deputados eleitos através da infidelidade dos seus membros. Entretanto, o PSDB não desapareceu da ALEP, tendo em vista que recebeu adesões de deputados do PFL (Lepre, 2000). Os dados da tabela 10 mensuram apenas a infidelidade dos eleitos, não permitem afirmar o quadro final, isto é, o “balanço” via perdas e adesões de cada legenda.

Na 14ª legislatura, novamente o PSC e o PSB perderam todos os seus representantes titulares, contudo cada um deles recebeu uma adesão, assim continuaram com representação na ALEP. A análise das trocas partidárias na 15ª legislatura (2003/2007) será mais bem explorada no próximo capítulo, entretanto vale adiantar que esta legislatura apresentou a menor taxa de migração de todo o período aqui trabalhado, 27,7%. Para além da recorrente fidelidade dos deputados petistas, outros dois partidos não perderam nenhum representante, o PMDB e o PPS. Mais uma vez, o PSC perdeu o único deputado titular eleito pela legenda. Porém, dessa vez não recebeu nenhuma adesão, ou seja, desapareceu da ALEP. O mesmo aconteceu com o PSL e o PRP. O primeiro perdeu as duas cadeiras obtidas nas urnas, e o segundo a única cadeira conquistada no pleito de 2002.

A tabela 10 possibilitou dimensionar a infidelidade dos deputados através da sigla de origem, a terceira seção mensura uma variável bastante utilizada pela literatura

interessada na migração em âmbito nacional: a direção do fluxo migratório através do espectro ideológico *esquerda, centro e direita*.

2.3 Migração partidária e os blocos ideológicos na ALEP

Ainda que muito se discuta sobre a pertinência da terminologia *esquerda, direita* e *centro*, considerável parte dos pesquisadores admite a viabilidade do espectro ideológico na análise acadêmica envolvendo os partidos políticos. No que toca à migração partidária, em todos os textos discutidos na primeira seção deste capítulo (Nicolau 1996a, 1999b; Schmitt, 1999; Marengo dos Santos, 2001; Melo, 2004; Freitas, 2008) nota-se que o espectro ideológico consiste em importante variável explicativa para mais bem compreender a infidelidade na Câmara dos Deputados. De forma geral, os dados dos autores permitem afirmar que os deputados originários à esquerda migrariam em menor proporção frente aos seus pares eleitos à direita e ao centro. Contudo, Melo (2004) argumenta que os deputados eleitos à esquerda seriam àqueles que mais *cruzariam* o espectro ideológico ao mudarem de legenda, ou seja, ainda que migrem em menor proporção, as mudanças seriam mais incoerentes, tendo em vista que os infieis oriundos da direita tenderiam a permanecer no mesmo campo ideológico.

Conforme o procedimento realizado ao logo da dissertação, os dados apresentados para a ALEP procurarão dialogar com os achados da literatura relativa à Câmara os Deputados. Assim, a tabela 11 avalia as migrações de acordo com a ideologia do partido do eleito. A classificação aqui é a mesma de Nicolau (1996b: 43), os partidos estão agregados em três grupos: *direita* (PDS/PPR/PPB/PP, PFL, PTB, PTR/PP e os pequenos PSD, PDC, PRP, PSC, PL, PRS, PST); *centro* (PSDB e PMDB) e *esquerda* (PT, PDT e os pequenos PMN, PSB, PCdoB, PPS, PV, PSTU).

TABELA 11- Mudança de partido por ideologia do deputado eleito por legislatura na ALEP, 1987 a 2007 (%)

| Tipo de deputado | Legislatura | | | | | | | |
|---------------------|-----------------------------|--------|---------|-----------|---------------------------------|--------|---------|-----------|
| | 11ª Legislatura (1987/1991) | | | | 12ª Legislatura (1991/1995) | | | |
| | Esquerda | Centro | Direita | Total (N) | Esquerda | Centro | Direita | Total (N) |
| Migrante | 16,6 | 54,0 | 36,3 | (25) | 30,0 | 47,6 | 73,9 | (30) |
| Não-migrante | 83,4 | 46,0 | 63,7 | (29) | 70,0 | 52,4 | 26,1 | (24) |
| Total (N) | (6) | (37) | (11) | (54) | (10) | (21) | (23) | (54) |
| Tipo de deputado | Legislatura | | | | | | | |
| | 13ª Legislatura (1995/1999) | | | | 14ª Legislatura (1999/2003) | | | |
| | Esquerda | Centro | Direita | Total (N) | Esquerda | Centro | Direita | Total (N) |
| Migrante | 64,2 | 53,3 | 48,0 | (29) | 33,3 | 30,7 | 53,1 | (24) |
| Não-migrante | 45,8 | 46,7 | 52,0 | (25) | 66,7 | 69,3 | 47,9 | (30) |
| Total (N) | (14) | (15) | (25) | (54) | (9) | (13) | (32) | (54) |
| Tipo de deputado | Legislatura | | | | Para todo o período (1987/2007) | | | |
| | 15ª Legislatura (2003/2007) | | | | | | | |
| | Esquerda | Centro | Direita | Total (N) | Esquerda | Centro | Direita | Total (N) |
| Migrante | 14,2 | 7,6 | 55,0 | (15) | 31,6 | 38,6 | 53,2 | 123 |
| Não-migrante | 85,7 | 92,4 | 45,0 | (39) | 68,4 | 61,4 | 46,8 | 147 |
| Total (N) | (21) | (13) | (20) | (54) | (60) | (99) | (111) | (270) |

Fonte: Lepre (2000); dados do Núcleo de Pesquisas em Democracia e Instituições Políticas da Universidade Federal do Paraná; elaboração própria – Diretoria Legislativa da ALEP

Os dados expressos na tabela 11 demonstram que a migração partidária na ALEP é mais recorrente entre os parlamentares eleitos à direita do espectro ideológico, tal como acontece na Câmara dos Deputados. Dos 111 deputados eleitos pelo campo da direita, 53,2% mudaram de partido entre 1987 a 2007. Os trânsfugas à esquerda

totalizaram 31,6% dentre 60 os deputados titulares, quanto aos 99 representantes eleitos pelo centro do espectro, 38,6% mudaram de partido.

Vale tecer duas considerações pontuais. Em relação à 11ª legislatura (1987/1991), o índice de migração encontrado entre os deputados originários do centro é superior àquele visto para os eleitos à direita. A explicação refere-se ao surgimento do PSDB em 1988, quando a bancada do PMDB passou por forte redução, conforme a análise da tabela 10 já havia sugerido. A outra legislatura em que os eleitos pelo campo ideológico à direita não foram aqueles que mais migraram – e sim àqueles à esquerda – foi a 13ª legislatura (1995/1999). A explicação, neste caso, é relativa ao contexto estadual. Em abril de 1997 o então governador, Jaime Lerner, deixou o PDT praticamente esvaziado ao migrar para o PFL, tendo em vista que 8 dos 9 deputados pedetistas também deixaram o partido nesta ocasião (Lepre, 2000).

Agora, cabe avaliar qual o destino dos trãnsfugas no que concerne ao sentido do fluxo. A tabela 12 organiza as informações relativas à mudança de partido e ideologia, considerando o partido de origem e de destino dos deputados paranaenses.

TABELA 12 – Mudança de partido e ideologia de acordo com o partido de origem e destino* dos deputados paranaenses eleitos, 1987 a 2007

| Ideologia do partido de origem | Ideologia do partido de destino | | | | | | Total | |
|--------------------------------|---------------------------------|------|--------|------|---------|------|-------|-----|
| | Esquerda | | Centro | | Direita | | | |
| | N | % | N | % | N | % | N | % |
| Esquerda | 2 | 10,5 | 4 | 21,0 | 13 | 68,2 | 19 | 100 |
| Centro | 6 | 13,0 | 15 | 32,6 | 25 | 54,4 | 46 | 100 |
| Direita | 7 | 10,2 | 19 | 27,9 | 42 | 61,9 | 68 | 100 |
| Total | 15 | 11,2 | 38 | 27,1 | 80 | 61,7 | 133 | 100 |

Fonte: Lepre (2000); dados do Núcleo de Pesquisas em Democracia e Instituições Políticas da Universidade Federal do Paraná; elaboração própria – Diretoria Legislativa da ALEP

* Para os deputados que migraram mais de uma vez, o partido de destino refere-se ao último movimento.

Os dados da tabela 12 demonstram que o destino ideológico das migrações partidárias na ALEP é semelhante àquele visto na Câmara dos Deputados. Ou seja, os deputados eleitos à direita, ainda que majoritariamente suscitem a elevação das taxas de migração, são àqueles que fazem migrações mais coerentes ao seu bloco ideológico. Percebe-se que ao adentrar numa nova legenda 61,9% deles continuam no campo da direita. Os deputados oriundos da esquerda, tal como acontece no Legislativo nacional, *cruzaram* o espectro ideológico com maior frequência. Dos 19 trânsfugas da esquerda, 68,2% (13 destes) rumaram para a direita. A migração *intra-bloco*, no que diz respeito à esquerda, corresponde a apenas 10,5% dos casos, isto é, quando um parlamentar eleito pela esquerda decide mudar de partido geralmente o faz para outro bloco ideológico. Os parlamentares eleitos pelo centro também se reposicionaram, na maioria dos casos, em partidos à direita, 54,4% das vezes. Contudo, o destino *intra-bloco* aparece como a segunda opção, totalizando 32,6%.

Melo (2004:106) argumenta que a predominância da migração *interbloco*, realizada pela esquerda, deve-se ao fato de existirem duas esquerdas no Brasil: o PT e os pequenos partidos socialistas de um lado e o PDT e o PSB de outro. Assim, a incoerência seria originária dos eleitos pelo PDT e PSB que possuiriam vínculos mais frágeis com seus partidos. Também no caso paranaense são os deputados do PDT e do

PSB àqueles que mais migraram entre os eleitos à esquerda, já que o PT apresentou uma única defecção ao longo de todo o período em análise. O PSB, por exemplo, mostrou-se um partido de baixíssima fidelidade, tendo em vista que dos seis parlamentares eleitos pela legenda entre 1987 a 2007, cinco deixaram o partido durante o exercício do mandato.

Antes de passar para o último capítulo – e a título de complementaridade do quadro partidário paranaense expresso no capítulo 1 –, o quadro 2 apresenta os partidos sufragados entre 1987 a 2007 que desapareceram do Legislativo estadual devido à migração partidária. As informações do quadro envolvem também os partidos que estiveram representados na ALEP sem receber nenhuma cadeira via sufrágio.

QUADRO 2 – Partidos sufragados que desapareceram e partidos que obtiveram representação (sem serem eleitos) devido à migração partidária na ALEP por legislatura, 1987-2007

| Legislatura | Partidos que perderam todos os representantes eleitos via migração partidária | Partidos que surgiram na ALEP via migração partidária |
|-------------|---|---|
| 1987/1991 | - | PSDB – PL – PDC - PRN |
| 1991/1995 | PRN - PSB | PP |
| 1995/1999 | PP – PPR - PSC | PPB – PL - PSN |
| 1999/2003 | PSB - PSC | PL – PPS – PSL |
| 2003/2007 | PSL – PSC - PRP | PRB |

Fonte: Lepre (2000); dados do Núcleo de Pesquisas em Democracia e Instituições Políticas da Universidade Federal do Paraná; elaboração própria – Diretoria Legislativa da ALEP

Após ter avaliado o troca-troca partidário dos deputados estaduais eleitos de 1987 a 2007, o próximo capítulo adentrará na análise da 15ª legislatura (2003-2007). A intenção é explorar mais detidamente os detalhes da migração partidária no que tange à racionalidade do parlamentar. Assim, para compreender os porquês das migrações na ALEP, a realização de um estudo de caso revelou-se a opção adequada para mais bem pesquisar o cálculo do deputado ao sair de seu partido e adentrar em uma nova legenda. A pergunta principal a ser respondida é: por que os deputados estaduais paranaenses eleitos em 2002 mudaram de partido?

3. As trocas de legendas na 15ª Legislatura da ALEP (2003-2007) e as razões da infidelidade dos parlamentares

O capítulo 1 explorou o contexto institucional no qual os deputados estaduais paranaenses estão inseridos, para isso, analisou-se a organização interna da ALEP, bem como o quadro partidário de 1982 a 2006. Posteriormente, no capítulo 2, foram sistematizadas as migrações partidárias no estado entre 1987 a 2007. Neste capítulo intenciona-se aprofundar determinados aspectos já descritos anteriormente, tendo como objetivo o estudo de caso da 15ª Legislatura da ALEP (2003-2007). Assim, o texto encontra-se estruturado em quatro partes: (i) inicia-se com o contexto político e apresentação dos resultados das eleições proporcionais e majoritárias de 2002 no Paraná; (ii) a segunda seção mensura as trocas de legendas de 2003 a 2007, traz também dados sobre a quantidade das mudanças por partido e a direção ideológica do fluxo, elucida-se o sentido da mudança através da variável *situação/oposição* e o momento temporal que ocorreram; (iii) na sequência o foco recai na dimensão *micro* do comportamento legislativo, será apresentado um perfil dos deputados eleitos em 2002 no que tange à quantidade e distribuição dos votos obtidos; número de mandatos exercidos e tempo de filiação à legenda; (iv) a seção quatro discute a racionalidade do deputado infiel através da análise de entrevistas em profundidade com àqueles que mudaram de partido na 15ª Legislatura, ressalva-se que as entrevistas analisam a percepção e motivação do próprio parlamentar sobre o seu comportamento, não há pretensão em descobrir possíveis “mensagens ocultas” na fala dos mesmos.

3.1 O contexto político e o resultado do pleito de 2002 no Paraná

As eleições de 2002 consistiram na quarta disputa presidencial e quinta para os cargos legislativos desde a redemocratização no Brasil. Os brasileiros foram às urnas decidir quem seriam os seus representantes para cinco cargos diferentes: presidente, governador, senador, deputado federal e deputado estadual. No que toca ao pleito para o Executivo Federal, não parece haver dúvidas entre os analistas sobre o caráter único da referida disputa (Nicolau, 2003, Marengo dos Santos 2003, Almeida, 2006),

especialmente a novidade da chegada de um partido de esquerda à presidência da República. Nicolau (2003) afirma que a polarização PT e PSDB explicitou-se na eleição presidencial de 2002, contudo, sabe-se que em cada estado federativo a dinâmica eleitoral desenvolve-se de maneira particular para os demais cargos, inclusive com maior saliência de outras legendas.

De acordo com Fuks e Cervi (2003:02), a campanha eleitoral de 2002 para o governo do Paraná iniciou-se de forma conturbada, já que a verticalização das coligações³⁷ poderia colocar em campos adversários antigos aliados políticos. Dessa forma, houve certo retardo na definição das candidaturas estaduais, devido à necessidade de aguardar definições mais consistentes sobre as coligações em âmbito partidário nacional.

Em 2002, o governador Jaime Lerner pertencia ao PFL, contudo, não sairia candidato à reeleição, pois cumpria o seu segundo mandato. Conforme citado em capítulo anterior, Lerner possuía proximidade com membros históricos do PSDB no estado – sendo nesta ocasião favorável ao apoio à candidatura de Beto Richa (PSDB) – dispensando nomes saídos dos quadros do PFL. Até as convenções de junho daquele ano conheciam-se quatro pré-candidatos ao governo do estado: o ex-governador Álvaro Dias, pelo PDT, dominando as pesquisas de intenção de voto; o deputado federal Padre Roque (PT); o vice-prefeito de Curitiba, Beto Richa (PSDB), e o senador Roberto Requião (PMDB).

Quanto à escolha dos nomes dos candidatos, Fuks e Cervi (2003) destacam que a maior novidade correspondeu ao petista Padre Roque, tendo em vista que os demais candidatos eram políticos bastante conhecidos pelos paranaenses, com experiência tanto no Executivo quanto no Legislativo. O candidato do PT estava em seu segundo mandato de deputado federal e havia disputado uma única eleição majoritária, a prefeitura de Ponta Grossa, amargando nesta uma modesta terceira posição. Ainda que sem muita experiência em cargos Executivos – e disputando a eleição com dois ex-governadores –

³⁷ A uniformização das coligações nacionais e estaduais foi a resposta do TSE, em dezembro de 2001, à indagação de parlamentares do PDT “pode um determinado partido político (partido A) celebrar coligação, para a eleição de Presidente da República, com alguns outros partidos (partido B, C e D) e, ao mesmo tempo, celebrar coligação com terceiros partidos (E, F e G, que também possuem candidato à Presidência da República), visando à eleição de Governador de Estado da federação?”. Carvalho (2009) analisa mais profundamente esta questão.

Beto Richa era o atual vice-prefeito e capitaneava a maior coligação partidária do pleito, além de contar com o franco apoio do governador em exercício, Jaime Lerner.

A entrada de Requião na disputa foi oficializada apenas em julho de 2002, já que este cogitava disputar à reeleição para o Senado. Requião apresentou forte oposição à gestão de Lerner, que dispunha de baixa popularidade ao fim do mandato. Apesar da entrada tardia na corrida ao governo do estado, a campanha de Requião esteve “colada” à de Lula e obteve crescimento contínuo, tendo como forte bandeira o combate à corrupção e o fim da cobrança de pedágios em rodovias federais e estaduais. O candidato pelo PDT, Álvaro Dias, era quem liderava inicialmente o ranking promovido pelas pesquisas eleitorais, mas dispunha de poucos apoios partidários (Fuks e Cervi, 2003:05). O principal partido coligado ao PDT, o PTB, só fechou o acordo devido à verticalização e imprimia uma forte tônica governista à campanha de Dias, já que ampla maioria dos membros petebistas configurou a base aliada de Lerner. Dessa forma, a intenção de Álvaro Dias em suscitar uma alternativa oposicionista à sua campanha foi prejudicada.

Além dos quatro partidos acima destacados, mais oito candidatos disputaram o eleição majoritária no Paraná. O quadro 3 mostra o grande número de “candidatos nanicos” ao governo estadual.

QUADRO 3 - Candidatos e partidos que disputaram a eleição majoritária de 2002 no Paraná

| CANDIDATO | PARTIDO |
|----------------------------------|---------|
| ÁLVARO FERNANDES DIAS | PDT |
| ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA | PMDB |
| CARLOS ALBERTO RICHÁ | PSDB |
| ROQUE ZIMMERMANN | PT |
| RUBENS BUENO | PPS |
| SEVERINO NUNES DE ARAÚJO | PSB |
| GIOVANI GIONEDIS | PSC |
| CLAUDEMIR FIGUEIREDO PESSOA | PSTU |
| CIRUS ITIBERE DA CUNHA | PSD |
| JAMIL NAKAD | PRTB |
| JOSÉ GLADSTON BISPO | PRONA |
| ABRAHÃO BARBOSA EMILIO JUNIOR | PTC |

Fonte: TRE-PR

No que concerne às coligações para a eleição majoritária no Paraná, o quadro 4 apresenta a configuração das mesmas, tendo em vista, como já mencionado anteriormente, a necessidade da verticalização das coligações eleitorais instituído pelo Tribunal Superior Eleitoral.

QUADRO 4 – Coligações para a eleição majoritária de 2002 (1º turno) no Paraná

| |
|---------------------------|
| PPS/PV |
| PSB/PGT |
| PSC/PST |
| PSDB/PFL/PSL/PAN |
| PDT/PTB/PTN/PPB/PRP/PTdoB |
| PT/PHS/PCB/PCdoB/PL |

Fonte: TRE/PR

Cotejando o quadro 3 e o 4 percebe-se que o PMDB, dentre os que disputaram o governo de 2002, foi o único dos maiores partidos a não coligar-se no primeiro turno. Entretanto, no segundo turno do pleito, o PMDB obteve adesão de legendas expressivas – PT e PPS – em torno da candidatura de Requião. A tabela 13 mostra os resultados da eleição majoritária de 2002 no Paraná.

TABELA 13 – Resultado da eleição majoritária de 2002 no Paraná, em %

| CANDIDATO | PARTIDO | VOTOS% (1º turno) | VOTOS% (2º turno) |
|----------------------------------|---------|----------------------|----------------------|
| ÁLVARO FERNANDES DIAS | PDT | 31,40 | 44,85 |
| ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA | PMDB | 26,18 | 55,15 |
| CARLOS ALBERTO RICHIA | PSDB | 17,27 | - |
| ROQUE ZIMMERMANN | PT | 16,37 | - |
| RUBENS BUENO | PPS | 7,04 | - |
| SEVERINO NUNES DE ARAÚJO | PSB | 0,93 | - |
| GIOVANI GIONEDIS | PSC | 0,52 | - |
| CLAUDEMIR FIGUEIREDO PESSOA | PSTU | 0,11 | - |
| CIRUS ITIBERE DA CUNHA | PSD | 0,07 | - |
| JAMIL NAKAD | PRTB | 0,06 | - |
| JOSÉ GLADSTON BISPO | PRONA | 0,04 | - |
| ABRAHÃO BARBOSA EMILIO JUNIOR | PTC | 0,03 | - |

Fonte: TRE-PR

Ressalta-se que o candidato do PMDB perdeu o primeiro turno para Álvaro Dias, mas venceu a eleição no segundo turno (55,1% dos votos válidos). Roberto Requião obteve um grande crescimento nas últimas semanas da campanha, em certa medida devido ao apoio do PT e PPS estadual e de sua proximidade com a candidatura de Lula.

É importante apresentar o resultado das eleições proporcionais legislativas de 2002, tendo em vista que o objetivo do estudo de caso consiste no enfoque da legislatura que se configurou neste pleito. A tabela 14 expõe os votos dos candidatos eleitos e revela quais partidos/coligação conseguiram representação parlamentar na ALEP.

TABELA 14 – Deputados estaduais eleitos em 2002 no Paraná por partido, coligação e número de votos

| PARTIDO | CANDIDATO | COLIGAÇÃO | VOTOS |
|---------|---------------------------------------|-------------------------------|---------|
| PT | ANGELO CARLOS VANHONI | PT / PHS / PCB / PC do B / PL | 130.150 |
| PT | LUCIANA GUZELLA RAFAGNIN | PT / PHS / PCB / PC do B / PL | 53.339 |
| PT | NATÁLIO STICA | PT / PHS / PCB / PC do B / PL | 31.584 |
| PT | ELTON CARLOS WELTER | PT / PHS / PCB / PC do B / PL | 24.783 |
| PT | PEDRO IVO ILKIV | PT / PHS / PCB / PC do B / PL | 24.358 |
| PT | ANDRÉ LUIZ VARGAS ILÁRIO | PT / PHS / PCB / PC do B / PL | 21.727 |
| PT | ANTONIO TADEU VENERI | PT / PHS / PCB / PC do B / PL | 21.326 |
| PT | HERMES RODRIGUES DA FONSECA FILHO | PT / PHS / PCB / PC do B / PL | 21.048 |
| PT | PAULO CAMPOS | PT / PHS / PCB / PC do B / PL | 18.216 |
| PL | EDSON DA SILVA PRACZYK | PT / PHS / PCB / PC do B / PL | 46.889 |
| PL | FRANCISCO NOROESTE MARTINS GUIMARÃES | PT / PHS / PCB / PC do B / PL | 28.562 |
| PMDB | DOBRANDINO GUSTAVO DA SILVA | - | 53.423 |
| PMDB | NEREU ALVES DE MOURA | - | 47.581 |
| PMDB | MARIO SÉRGIO BRADOCK ZACHESKI | - | 46.641 |
| PMDB | ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO JUNIOR | - | 45.778 |
| PMDB | ALEXANDRE MARANHÃO KHURY | - | 45.778 |
| PMDB | LUIZ CARLOS CAITO QUINTANA | - | 42.048 |
| PMDB | ELZA PEREIRA CORREIA MULLER | - | 38.309 |
| PMDB | EDSON LUIZ STRAPASSON | - | 37.391 |
| PFL | PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO | PSDB / PFL / PSL / PAN | 74.726 |
| PFL | NELSON ROBERTO PLÁCIDO E SILVA JUSTUS | PSDB / PFL / PSL / PAN | 72.889 |
| PFL | JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL | PSDB / PFL / PSL / PAN | 58.708 |
| PFL | CLEITON KIELSE BORDINI CRISÓSTOMO | PSDB / PFL / PSL / PAN | 52.786 |
| PFL | RAFAEL VALDOMIRO GRECA DE MACEDO | PSDB / PFL / PSL / PAN | 51.923 |
| PFL | NELSON GARCIA | PSDB / PFL / PSL / PAN | 44.086 |
| PFL | ELIO LINO RUSCH | PSDB / PFL / PSL / PAN | 38.654 |

| | | | |
|------|-----------------------------------|---------------------------------------|---------|
| PSDB | HERMAS EURIDES BRANDÃO | PSDB / PFL / PSL / PAN | 123.390 |
| PSDB | NELSON JOSE TURECK | PSDB / PFL / PSL / PAN | 43.285 |
| PSDB | ADEMAR LUIZ TRAIANO | PSDB / PFL / PSL / PAN | 41.312 |
| PSDB | JOSÉ FRANCISCO BÜHRER | PSDB / PFL / PSL / PAN | 39.013 |
| PSDB | AILTON CARDOZO DE ARAUJO | PSDB / PFL / PSL / PAN | 37.456 |
| PSL | GERALDO CARTARIO RIBEIRO | PSDB / PFL / PSL / PAN | 49.232 |
| PSL | LUIZ CARLOS MARTINS GONÇALVES | PSDB / PFL / PSL / PAN | 48.078 |
| PDT | HOMERO BARBOSA NETO | PDT / PTB / PTN / PPB / PRP / PT do B | 122.112 |
| PDT | AUGUSTINHO ZUCCHI | PDT / PTB / PTN / PPB / PRP / PT do B | 59.445 |
| PDT | VANDERLEI FALAVINHA IENSEN | PDT / PTB / PTN / PPB / PRP / PT do B | 44.179 |
| PDT | JOSÉ MARIA FERREIRA | PDT / PTB / PTN / PPB / PRP / PT do B | 35.510 |
| PDT | NEIVO ANTONIO BERARDIN | PDT / PTB / PTN / PPB / PRP / PT do B | 30.756 |
| PDT | RENATO LUIZ GAÚCHO IDIARTE LOSS | PDT / PTB / PTN / PPB / PRP / PT do B | 29.410 |
| PPB | MARIA APARECIDA BORGHETTI | PDT / PTB / PTN / PPB / PRP / PT do B | 53.225 |
| PPB | MILTON JOSÉ MILTINHO PUIPIO FILHO | PDT / PTB / PTN / PPB / PRP / PT do B | 38.538 |
| PPB | LUIZ FERNANDO RIBAS CARLI | PDT / PTB / PTN / PPB / PRP / PT do B | 37.333 |
| PPB | DUÍLIO GENARI | PDT / PTB / PTN / PPB / PRP / PT do B | 33.385 |
| PTB | VALDIR LUIZ ROSSONI | PDT / PTB / PTN / PPB / PRP / PT do B | 110.432 |
| PTB | CARLOS XAVIER SIMÕES | PDT / PTB / PTN / PPB / PRP / PT do B | 55.351 |
| PTB | LUIZ ROBERTO ACCORSI MOTTA | PDT / PTB / PTN / PPB / PRP / PT do B | 48.917 |
| PRP | JOCELITO CANTO | PDT / PTB / PTN / PPB / PRP / PT do B | 53.412 |
| PPS | WALDIR TURCHETTI DA COSTA LEITE | PPS / PV | 34.496 |
| PPS | ARLETE IVONE CARAMÉS | PPS/PV | 22.737 |
| PPS | MARCOS VALENTE ISFER | PPS/PV | 22.301 |
| PSB | CARLOS ROBERTO MASSA JUNIOR | PSB/PGT | 189.739 |
| PSB | LUCIANO DUCCI | PSB/PGT | 37.904 |
| PSB | RENI CLOVIS DE SOUZA PEREIRA | PSB/PGT | 14.521 |
| PSC | MAURO RAFAEL MORAES E SILVA | PSC/PST | 48.676 |

Fonte: TRE-PR

A observação da tabela 14 elucida uma alta fragmentação partidária na ALEP. Nota-se que 13 partidos conquistaram assento no Legislativo estadual em 2002, o que já era previsto para essa Legislatura, pois os dados relativos ao *número efetivo de partidos* (Np) na ALEP de 1982 a 2006 – expostos na tabela 1 – apontaram a 15ª Legislatura como aquela que apresentou o maior índice (9,5) do período. É pertinente destacar que para todo o país, referente à Câmara dos Deputados, o Np obteve crescimento em 2002 (Nicolau, 2003), sendo o maior percentual desde as eleições de 1990.

O PT saiu das urnas como o partido vitorioso no estado, já que conquistou a maior bancada na ALEP, 9 cadeiras. A ordem de partidos, através do número de eleitos foi a seguinte: PT (9), PMDB (8), PFL (7), PDT (6), PSDB (5), PPB (4), PPS (3), PSB (3), PTB (3), PL (2), PSL (2), PSC (1), PRP (1). Apesar da alta fragmentação, constata-

se que apenas quatro partidos – PT, PMDB, PFL e PDT – concentraram a maioria (55,5%) das 54 cadeiras da ALEP. Sabe-se que os resultados eleitorais consistem em uma avaliação parcial da configuração partidária em determinada legislatura, pois as trocas de legendas realizadas pelos parlamentares alteram – e muito – o tamanho das bancadas. A próxima seção toca exatamente neste ponto.

3.2 Número de trocas, direção da movimentação e período de ocorrência das migrações na 15ª Legislatura da ALEP

Após descrever o contexto político e os resultados do pleito de 2002, a intenção neste momento é apresentar os dados relativos ao fenômeno da migração de 2003 a 2007 na ALEP. Os dados foram organizados pela autora através de informações obtidas junto à *Diretoria Legislativa da ALEP*, a tabela 15 traz o número de trocas de partido ao longo da 15ª Legislatura. A tabela 16 avalia o número de defecções por partido. Percebe-se que a configuração partidária gerada no pleito de 2002 sofreu grande alteração.

TABELA 15 - Número de vezes que cada deputado estadual titular mudou de partido na legislatura 2003-2007 da ALEP

| Nº de vezes que mudou de partido | Número de deputados | % |
|----------------------------------|---------------------|------|
| Uma | 12 | 80,0 |
| Duas | 3 | 20,0 |
| TOTAL | 15 | 100 |

Fonte: elaboração própria – informações da Diretoria Legislativa da ALEP

TABELA 16 - Número de defecções por partido (deputados titulares eleitos em 2002 no Paraná)

| Partido | Número de deputados eleitos | Número de deputados que deixaram o partido | % |
|---------|-----------------------------|--|------|
| PFL | 7 | 3 | 42,8 |
| PSL | 2 | 2 | 100 |
| PTB | 3 | 2 | 66,6 |
| PDT | 6 | 2 | 33,3 |
| PSC | 1 | 1 | 100 |
| PSDB | 5 | 1 | 20,0 |
| PL | 2 | 1 | 50,0 |
| PSB | 3 | 1 | 33,3 |
| PRP | 1 | 1 | 100 |
| PPB | 4 | 1 | 25,0 |
| PMDB | 8 | 0 | 0 |
| PT | 9 | 0 | 0 |
| PPS | 3 | 0 | 0 |
| TOTAL | 54 | 15 | 27,7 |

Fonte: elaboração própria – informações da Diretoria Legislativa da ALEP

Aconteceram 18 mudanças de partido na Legislatura em estudo, já que dos 15 infieis 3 mudaram duas vezes de partido. A tabela 15 considera apenas os deputados eleitos, isto é, exclui os suplentes que por ventura tenham assumido a vaga em caso de saída ou licença temporária do titular. Vale mencionar que dois deputados suplentes trocaram de legenda³⁸, porém os dados em análise, assim como nos capítulos anteriores, dizem respeito apenas àqueles que obtiveram eleitoralmente uma cadeira no Legislativo.

Lê-se na tabela 16 que os partidos que mais elegeram deputados – o PT e o PMDB – foram, juntamente com o PPS, as exceções no que toca à permanência de todos os membros eleitos em 2002 até o término da Legislatura em fevereiro de 2007. Vale apontar que tais partidos fizeram parte da coalizão de apoio do governador Roberto Requião, contudo essa dimensão será mais bem dimensionada adiante. Inversamente, devido à troca de legenda, três partidos perderam todos os seus membros, o PSL, o PSC e o PRP. Tem-se uma média de 27,7% de migração partidária durante a Legislatura pesquisada, valor bastante próximo ao encontrado por Melo (2004) para a Câmara dos Deputados de 1985 a 2002, 28,7%.

³⁸ César Seleme (origem PPB, migrou para o PMDB em 03/10/2005) e José Scarpelini (origem PGT, migrou para o PSB com a extinção do partido em 2003).

Ao dissertar sobre as migrações em cinco legislaturas da ALEP, o capítulo 2 apontou que a 15ª Legislatura (2003-2007) apresentou uma considerável queda no índice de migração – de 1987 a 1991 (46,3%); de 1991 a 1995 (55,5%); de 1999 a 2003 (44,4%). Ao atentar para as migrações por partido, nota-se que uma das possíveis causas da redução do fenômeno pode ser originária da fidelidade de todos os deputados do PMDB, já que nas legislaturas anteriores o partido concentrava um elevado percentual de migrantes em seus quadros.

As tabelas 17 e 18 elucidam dados complementares aos da tabela 16. A de número 17 mensura o sentido das defecções, os dados referem-se ao movimento completo ao agregar tanto o partido de origem do infiel quanto àquele de destino. Já a tabela 18 sintetiza todas as defecções e adesões por partido.

TABELA 17 - Partidos de origem e destino das migrações partidárias. Total de mudanças dos titulares na ALEP (2003-2007)

| Destino↓ | Partido de origem do deputado | | | | | | | | | | TOTAL | |
|----------|-------------------------------|-----|-----|-----|-----|------|----|-----|-----|-----|-------|---|
| | PFL | PSL | PTB | PDT | PSC | PSDB | PL | PSB | PRP | PPB | | |
| PFL | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| PSL | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| PTB | 1 | - | - | - | - | - | - | - | 1 | - | - | 2 |
| PDT | - | 1 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 1 |
| PSDB | - | - | 3 | - | - | - | - | - | - | - | 1 | 4 |
| PL | - | - | - | - | 1 | - | - | - | - | - | - | 1 |
| PSB | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| PRP | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| PPB | - | 1 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 1 |
| PMDB | 2 | - | - | 2 | - | - | 1 | - | - | - | 1 | 6 |
| PPS | - | - | - | - | - | 1 | - | 1 | - | - | - | 2 |
| PRB | - | - | - | - | - | - | 1 | - | - | - | - | 1 |

Fonte: elaboração própria – informações da Diretoria Legislativa da ALEP

TABELA 18 - Adesões e defecções por partido na ALEP (2003-2007)

| Partido | Adesões | Defecções |
|----------------|----------------|------------------|
| PFL | 0 | 3 |
| PSL | 0 | 2 |
| PTB | 2 | 3 |
| PDT | 1 | 2 |
| PSC | 0 | 1 |
| PSDB | 4 | 1 |
| PL | 1 | 2 |
| PSB | 0 | 1 |
| PRP | 0 | 1 |
| PPB | 1 | 2 |
| PMDB | 6 | 0 |
| PT | 0 | 0 |
| PPS | 2 | 0 |
| PRB | 1 | 0 |
| TOTAL | 18 | 18 |

Fonte: elaboração própria – informações da Diretoria Legislativa da ALEP

A trajetória de todos os 18 movimentos de migração partidária ocorridos durante a Legislatura é revelada na tabela 17. Percebe-se que o PMDB foi aquele que recebeu mais deputados, foram 6 novos representantes. No que se refere à redução da bancada, na tabela 18 lê-se que o PFL, dentre os maiores partidos, foi o principal prejudicado com as migrações, pois além de perder 3 dos 7 eleitos, não recebeu nenhuma adesão. O único partido que não sofreu alterações – já que não recebeu e nem perdeu parlamentares – foi o PT. Apesar de não sofrerem defecções, o PMDB e o PPS apresentaram mudanças em sua bancada ao receberem, o primeiro 6 e o segundo 2 cadeiras via adesões.

Os dados apresentados até o momento apenas descreveram genericamente o fenômeno da migração partidária. Com o intuito de aprofundar na compreensão do destino das trocas, ou seja, para entender por que um deputado escolhe o partido A e não o B, a opção foi incluir a variável independente *situação/oposição*. Conforme já mencionado nas páginas introdutórias, a premissa da pesquisa designa o deputado estadual enquanto um ator racional preocupado com sua própria sobrevivência política. Constatou-se no capítulo 1 que os recursos do poder – orçamentários e, por exemplo, referentes a cargos institucionais na burocracia do estado – concentram-se em boa

medida nas mãos do Executivo, portanto seria razoável que o deputado estadual buscasse mais bem se posicionar frente ao jogo político. Então, surge a pergunta: os deputados procuraram se posicionar mais próximos do bloco *situacionista* ou não? A tabela 19 mostra qual o sentido das migrações na ALEP no que toca aos rumos *situação* ou *oposição*.

Para classificar se um partido/deputado pertence ao bloco *situacionista* ou *oposicionista* não é algo óbvio. Não foi possível dispor dos resultados das votações nominais para mensurar o posicionamento de cada bancada frente às matérias de interesse e de iniciativa do governador³⁹. Contudo, as informações oficiais disponibilizadas tanto pela *liderança do governo* quanto pela *liderança da oposição* na ALEP foram coincidentes e ajustou-se então às declarações dos parlamentares ao serem inquiridos sobre o assunto. Durante o primeiro mandato do governador Roberto Requião (PMDB) considera-se *situação* os seguintes partidos: PMDB, PT, PPS, PTB, PPB, PRP, PRB. Quanto aos partidos de *oposição* ao governo, seriam: PFL, PSDB, PSB, PDT, PL, PSL, PSC.

TABELA 19 – Sentido das migrações partidárias (*oposição* ou *situação*) na 15ª Legislatura da ALEP (2003-2007), em %

| Origem do deputado | Sentido da migração % | | Total (N) |
|--------------------|-----------------------|-----------------|-----------|
| | oposição | situação | |
| situação | 66,7 | 16,6 | 6 |
| oposição | 33,3 | 83,4 | 12 |
| Total (N) | 6 | 12 | 18 |

Fonte: elaboração própria – informações da Diretoria Legislativa da ALEP

O principal dado informado pela tabela 19 diz respeito ao caráter majoritário das migrações rumo à base *situacionista*. Das 18 trocas ao longo de toda a Legislatura 12 foram para partidos que compunha a coalizão de apoio ao governador Roberto Requião. Quando se observa o sentido da migração através da origem do deputado infiel, pode-se perceber que os deputados *oposicionistas* procuraram em 83,5% dos casos uma legenda da *situação*, já os deputados originariamente eleitos em partidos que estavam na

³⁹ Foi protocolado um ofício à ALEP solicitando os dados relativos às votações nominais, porém, não houve retorno.

situação mudaram em 66,7% das vezes para o bloco *oposicionista*. Os dados evidenciam a força de atração da coalizão governista. O resultado era parcialmente esperado ao perceber, através da tabela 17, que o PMDB – partido do governador do estado – fora o destino de 33,3% de todas as migrações de 2003 a 2007 na ALEP.

E sobre a variável independente *esquerda, direita e centro* no que tange as trocas de legenda na 15ª Legislatura? Em seção anterior demonstrou-se que os deputados oriundos de partidos à direita do espectro ideológico seriam àqueles que mais trocaram de sigla entre 1987 a 2007 no Paraná – 53,2% dos eleitos –, sendo que 31,6% dos parlamentares advindos à esquerda migraram e 38,6% daqueles eleitos por partidos ao centro do espectro. Os dados da tabela 11 informaram que 55% dos deputados estaduais eleitos em 2002 pelo campo da direita trocaram de partido ao menos uma vez de 2003 a 2007, o índice ficou abaixo da metade no que tange aos deputados eleitos à esquerda, 14,2% e ainda mais baixo foi o índice de migrações dos representantes alojados ao centro, 7,6%. Ao considerarmos o PMDB um partido centrista, vê-se que a ausência de perdas de representantes na 15ª Legislatura da ALEP fez com que os partidos ao centro tivessem reduzida taxa de migração no período em estudo. Sobre as migrações à esquerda, assim como destacado por Melo (2004), encontra-se uma distinção entre o PT com os demais partidos do campo ideológico, especialmente se comparado ao PDT. O Partido dos Trabalhadores não sofreu nenhuma defecção em todo o período, já os pedetistas perderam 2 das 6 cadeiras obtidas no pleito proporcional de 2002 – ambas para o PMDB, o partido *governista*. No que concerne à variável ideológica, cabe avaliar a origem e destino dos deputados estaduais, os dados são vistos na tabela 20.

TABELA 20 – Mudança de partido e ideologia de acordo com o partido de origem e destino* dos deputados estaduais paranaenses eleitos em 2002

| Ideologia do partido de origem | Ideologia do partido de destino | | | | | | Total da Legislatura | |
|--------------------------------|---------------------------------|------|--------|------|---------|------|----------------------|------|
| | Esquerda | | Centro | | Direita | | | |
| | N | % | N | % | N | % | N | % |
| Esquerda | 1 | 33,3 | 2 | 66,7 | 0 | 0 | 3 | 20,0 |
| Centro | 0 | 0 | 1 | 100 | 0 | 0 | 1 | 6,6 |
| Direita | 1 | 9,0 | 8 | 72,7 | 2 | 18,3 | 11 | 73,4 |
| Total | 2 | 13,3 | 11 | 73,4 | 2 | 13,3 | 15 | 100 |

Fonte: elaboração própria – informações da Diretoria Legislativa da ALEP

* Para os deputados que migraram mais de uma vez, o partido de destino refere-se ao último movimento.

A leitura da tabela 20 é bastante clara no que diz respeito ao perfil preponderante de deputados infiéis. Dentre os 15 migrantes 73,4% são oriundos à direita do espectro ideológico, ou seja, 11 parlamentares. Na seqüência, em proporção de migrações ocorridas, apareceram os deputados eleitos à esquerda, 20% do total, e por último localizaram-se os representantes advindos do centro, com 6,6%. Sobre a quantidade de migrações pelo corte ideológico, há uma distinção na ordem ao comparar a 15^a Legislatura com os dados entre 1987 a 2007 na ALEP (capítulo 2) e aos índices apresentados por Melo (2004) para a Câmara dos Deputados de 1985 a 2002. Os deputados eleitos pela direita continuaram sendo os que mais trocaram de partido, contudo, na 15^a Legislatura os parlamentares eleitos à esquerda migraram mais, proporcionalmente, àqueles eleitos ao centro. Se o destino ideológico das migrações for observado constata-se que os partidos ao centro foram o rumo preferido dos infiéis, 73,4%.

A explicação para a menor quantidade de migrações de deputados eleitos ao centro, e o caráter preferencial deste campo ideológico no que tange aos destinos das migrações, pode referir-se à preferência dos deputados infiéis pelo bloco *governista* – conforme os dados da tabela 19 –, já que na Legislatura em estudo a sigla do governador, o PMDB, localizava-se ao centro do espectro.

Para encerrar esta seção é válido apresentar dados relativos ao período em que as migrações partidárias ocorreram, a tabela 21 avalia a questão. A literatura da temática (Nicolau, 1996a; Lepre 2000; Melo, 2004) argumenta que ao atentar para a predominância das trocas de legendas no primeiro e terceiro ano de cada Legislatura pode-se afirmar o quanto o calendário eleitoral reflete na ação dos parlamentares. Ou seja, no que toca à sua carreira são em momentos de decisão que os deputados mais se movimentam no âmbito legislativo. O primeiro ano da Legislatura corresponde à acomodação pós-eleitoral e também aos preparativos das eleições municipais, que acontecem no ano subsequente. Já o terceiro ano da Legislatura diz respeito aos preparativos para as eleições do próprio Legislativo e Executivo – estadual e nacional –, sendo o último ano legal para definições partidárias antes do pleito.

TABELA 21 – Número de trocas de legendas por mês/ano dos deputados estaduais eleitos para a 15ª Legislatura da ALEP (2003-2007)

| MÊS/ANO | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 |
|--------------|-----------|----------|----------|----------|----------|
| JANEIRO | # | 0 | 0 | 0 | 0 |
| FEVEREIRO | 1 | 0 | 0 | 0 | # |
| MARÇO | 0 | 0 | 1 | 0 | # |
| ABRIL | 0 | 0 | 0 | 0 | # |
| MAIO | 3 | 0 | 1 | 0 | # |
| JUNHO | 4 | 0 | 0 | 0 | # |
| JULHO | 0 | 0 | 0 | 0 | # |
| AGOSTO | 1 | 0 | 0 | 0 | # |
| SETEMBRO | 2 | 0 | 1 | 0 | # |
| OUTUBRO | 0 | 0 | 4 | 0 | # |
| NOVEMBRO | 0 | 0 | 0 | 0 | # |
| DEZEMBRO | 0 | 0 | 0 | 0 | # |
| TOTAL | 11 | 0 | 7 | 0 | 0 |

Fonte: elaboração própria – informações da Diretoria Legislativa da ALEP

A leitura da tabela 21 é explícita no que concerne ao período em que as trocas partidárias aconteceram. Das 18 migrações de legendas 11 foram realizadas no primeiro ano da 15ª Legislatura e 7 trocas no terceiro ano. Assim, os dados corroboram a evidência da maximização das oportunidades pelo parlamentar, já que buscaram acomodar-se em uma nova sigla em momentos chaves do jogo eleitoral. Nota-se que em outubro de 2005, último mês permitido legalmente para trocar de sigla antes do pleito de 2006, aconteceu o maior número de trocas num único mês, 4 migrações na ALEP.

Com intenções de mais bem compreender os porquês das trocas de legendas na Legislatura em estudo, as duas próximas seções abordam aspectos *micro* do fenômeno pesquisado. O foco será agora em cada parlamentar eleito. A seção seguinte expõe dados referentes aos votos recebidos pelos deputados estaduais eleitos em 2002 e algumas informações relativas à própria carreira, tal como o número de mandatos anteriores e cargos ocupados na ALEP.

3.3 O perfil dos deputados estaduais infieis: padrão geográfico da votação em 2002 no Paraná e trajetória política

Até o momento objetivo da análise preocupou-se essencialmente em mensurar aspectos político-institucionais do fenômeno da migração partidária, tal como o quadro partidário estadual; a organização interna da ALEP e a direção das trocas de acordo com o partido do deputado migrante. Contudo, a decisão de efetuar um estudo de caso permite que aspectos *micro* da temática em debate sejam levantados, por exemplo, a observação de dados intrínsecos ao perfil do deputado estadual que mudou de partido na 15ª Legislatura da ALEP. A intenção das duas seções finais do capítulo consiste em avaliar aspectos particulares do deputado estadual que foi infiel de 2003 a 2007, especialmente no que diz respeito aos votos obtidos no pleito de 2002 e ao número de mandatos anteriormente exercido. A pergunta que motiva essa seção é a seguinte: a trajetória política e a distribuição da votação dos infieis nas eleições de 2002 seriam diferentes daqueles que permaneceram em suas siglas de origem?

O primeiro procedimento metodológico adotado consiste em uma análise da distribuição geográfica dos votos dos 54 parlamentares eleitos para a 15ª Legislatura da

ALEP (2003-2007). Os dados foram gerados através de informações disponíveis no site do TSE, referentes ao pleito de 2002. Para mais bem compreender a votação de cada parlamentar eleito, utilizou-se a tipologia de Carvalho (2003). A partir da geografia do voto o autor controla a variável Concentração/Dispersão, para ele haveria impacto das diferentes origens eleitorais dos congressistas sobre o comportamento legislativo. Há um diálogo de Carvalho com a taxonomia de Ames (2003) apresentada em “Os entraves da democracia no Brasil”. Segundo Ames haveria no Brasil uma disputa pelo espaço físico eleitoral dos municípios, a consequência seria uma tipologia de “distritos” informais: (i) concentrados-dominantes; (ii) concentrados-compartilhados; (iii) dispersos-dominantes; (iv) dispersos-compartilhados.

Na visão de Ames os parlamentares brasileiros teriam grande incentivo para agirem de maneira localista devido à realidade socioeconômica do eleitorado e também devido à distribuição espacial dos votos, muito concentrada e dominante. Carvalho (2003) testa, para posteriormente confirmar, a hipótese segundo a qual deputados com padrão geográfico de distribuição de votos não-dominante se orientarão pelo universalismo legislativo, já a lógica do paroquialismo, preocupado estritamente com os interesses das bases, seria tão somente propriedade dos deputados com votação dominante. Outro método de pesquisa de Carvalho foi aplicar um *survey* com 280 deputados federais contemplando mais de cem questões relacionadas às atitudes dos mesmos. As conclusões do autor sugerem forte personalização dos mandatos representativos, desvalorização dos partidos como bens coletivos em sua dimensão eleitoral e uma predisposição de se votar em interesses particulares quando estes se opõem aos interesses partidários. Vale destacar que o cruzamento da distribuição dos votos com variáveis comportamentais dos parlamentares, isso é, o que fazem na Câmara, serviu para ponderar tanto o argumento próximo ao modelo distributivista quanto ao modelo partidário para o Legislativo brasileiro, já que foram encontrados deputados agindo em consonância com os dois modelos vinculados às teorias norte-americanas.

Ames (2003) e Carvalho (2003) estudaram detalhadamente a conexão eleitoral no Brasil. Contudo, esta não é a intenção central da dissertação, apenas tangencia a discussão da pesquisa. A tipologia dos autores será aqui utilizada exclusivamente para buscar semelhanças e especificidades entre os migrantes e não migrantes no que tange

aos votos recebidos em 2002, tendo em vista que a mensuração da existência da conexão eleitoral na ALEP exigiria um maior levantamento de dados – tais como resultados das votações nominais, emendas propostas pelos parlamentares, entre outros. A tabela 22 expõe o padrão geográfico da votação de todos os deputados estaduais eleitos em 2002 no Paraná, as duas dimensões que formam a tipologia foram calculadas da seguinte maneira⁴⁰:

- (1) Dimensão *Concentração-Dispersão* – concentração dos votos em uma micro-região: superior (concentração) ou inferior (dispersão) a metade dos votos recebidos pelo deputado estadual.
- (2) Dimensão *Dominância-Compartilhamento* – parte dos votos recebidos pelo deputado estadual no total de votos válidos: superior (dominância) ou inferior (compartilhamento) a 20% dos votos válidos do município.

TABELA 22 – Padrão geográfico da votação dos deputados estaduais eleitos em 2002 no Paraná

| Variáveis geográficas do voto | N | % |
|-------------------------------|----|------|
| Concentrado/Dominante | 16 | 29,6 |
| Concentrado/Compartilhado | 20 | 37,3 |
| Disperso/Dominante | 17 | 31,4 |
| Disperso/Compartilhado | 1 | 1,7 |
| TOTAL | 54 | 100 |

Fonte: elaboração própria a partir de dados do TSE.

Sobre a dimensão horizontal de votos nos municípios, *concentração-dispersão*, observa-se que 36 tiveram votos concentrados, ou seja, 66,6% do total e 18 votação dispersa, 33,4%. Percebe-se que os deputados estaduais paranaenses optaram, majoritariamente, em focar a campanha em poucos municípios. A dimensão vertical, *dominância-compartilhamento*, avalia a votação do parlamentar em comparação aos

⁴⁰ Agradeço ao Prof^o. Dr. Fabricio Tomio pela gentileza em ceder os cálculos realizados. O anexo 2 lista os cálculos relativo a cada parlamentar eleito.

demais concorrentes no município, nota-se que 61,1% dos eleitos em 2002 são dominantes, ou seja, conquistaram mais do que 20% dos votos válidos de determinado município do estado. De acordo com Carvalho (2003:214) a *dominância* seria uma variável indicativa de parlamentares mais voltados à priorização de serviços de “despachante” e voltados para obtenção de recursos particularizados para suas bases. Vale questionar: no que se refere ao padrão geográfico da votação haveria diferenças entre deputados infiéis e seus pares que permaneceram na legenda pela qual foram eleitos? A tabela 23 traz os dados para responder essa pergunta.

TABELA 23 – Padrão geográfico da votação dos deputados estaduais eleitos em 2002 no Paraná levando em conta se trocou ou não de partido (2003-2007)

| Variáveis geográficas do voto | Migrante | | Não-migrante | |
|-------------------------------|----------|------|--------------|------|
| | N | % | N | % |
| Concentrado/Dominante | 2 | 13,4 | 14 | 35,8 |
| Concentrado/Compartilhado | 5 | 33,4 | 15 | 38,5 |
| Disperso/Dominante | 7 | 46,6 | 10 | 25,7 |
| Disperso/Compartilhado | 1 | 6,6 | 0 | 0 |
| TOTAL | 15 | 100 | 39 | 100 |

Fonte: elaboração própria a partir de dados do TSE.

A leitura da tabela 23 indica que dentre os deputados migrantes – ao somar as duas primeiras variáveis da tabela – 46,8% possuem votação concentrada, já 74,3% dos não migrantes receberam esse tipo de votação. Ao cruzar a dimensão *concentração-dispersão* aos índices de dominância os dados revelam que o padrão geográfico de votação dos infiéis, 46,6%, é *disperso/dominante*, já o padrão preponderante entre os não-migrantes, 38,5% é *concentrado/compartilhado*. Segundo Carvalho (2003:119), o tipo *disperso/dominante* denotaria um perfil de parlamentar com incentivos para a obtenção de benefícios desagregados e paroquiais. O tipo *concentrado/compartilhado* incluiria deputados com base nas capitais e nas grandes cidades, para estes os benefícios desagregados pouco contribuem devido a grande dimensão desses colégios eleitorais.

Ao notar essa distinção do padrão de votação e de perfil dos migrantes e não-migrantes, pode-se especular que o objetivo de “beneficiar a base” seria um dos estímulos para 46,6% deputados estaduais mudarem de legenda na 15ª Legislatura da ALEP, especialmente ao saber que 12 das 18 trocas tiveram como destino o *bloco*

situacionista. Como citado, trata-se de uma especulação, pois é sabido que há múltiplas causas (Nicolau, 1996a) que impulsionam, ou não, a decisão da troca partidária.

O segundo procedimento metodológico, para também mensurar as causas das defecções sob uma perspectiva *micro*, analisa dados sobre a trajetória política dos deputados estaduais eleitos em 2002 no Paraná. Os dados pertencem ao “Núcleo de Pesquisas em Democracia e Instituições Políticas da Universidade Federal do Paraná” e foram gerados através de informações obtidas na própria ALEP. A literatura da temática afirma que características intrínsecas à carreira do deputado elucidariam incentivos ou constrangimentos para o político mudar de legenda. Marengo dos Santos (2001) argumenta sobre a relação do tempo de filiação com o fenômeno da migração:

“Um rastreamento dos vínculos partidários firmados pelos parlamentares ao longo de suas carreiras permite estimar a durabilidade e consistência dos laços de lealdade intrapartidários, bem como a homogeneidade de cada bancada” (Marengo dos Santos, 2001:70)

Segundo o autor, a carreira política do parlamentar pode ser uma importante variável independente para avaliar as trocas de legendas no Brasil, assim, através de lealdades partidárias encontrar-se-ia o caminho para avaliar a sedimentação no que toca à própria organização partidária. Os dados disponíveis sobre a 15ª Legislatura da ALEP não contemplam o tempo de filiação de cada deputado, por isso a alternativa encontrada foi observar duas variáveis relativas à carreira dos deputados estaduais: (1) número de mandatos anteriores, chamada de *variável experiência*; (2) o acesso ou não a cargos na estrutura da ALEP, chamada de *variável acesso*. Essas duas variáveis são discutidas por Melo (2004) para a Câmara dos Deputados de 1985 a 2002, o autor não encontra correlação entre migração partidária e a experiência prévia do parlamentar, mas a *variável acesso* possuiria significância estatística nos testes de Melo. Dessa forma, deputados que (a) ocuparam cargos na Mesa Diretora; (b) estiveram na presidência de comissões; (c) foram líderes partidários (Colégio de Líderes); (d) compuseram o Ministério, (e) pertenceram ao secretariado em seu estado de origem ou capital, migrariam proporcionalmente menos do que seus pares *sem acesso*. A explicação do autor seria que a carreira de deputado no Brasil é marcada por uma série de fatores que tendem à incerteza e deputados *sem acesso* estariam mais predispostos a uma nova acomodação partidária na arena Legislativa.

A tabela 24 apresenta os dados referentes a *variável experiência*. O dado considerado refere-se ao número de mandatos exercidos anteriormente enquanto deputado estadual. Dessa forma, cargos eletivos no Executivo ou nas demais arenas Legislativas (municípios e Câmara dos Deputados) foram desconsiderados como experiência, apenas mandatos na ALEP foram incluídos.

TABELA 24 – Mudança de partido por experiência prévia na ALEP, deputados estaduais eleitos em 2002

| Mandatos anteriores na ALEP | Migrante | | Não-migrante | | Total da Legislatura | |
|-----------------------------|----------|------|--------------|------|----------------------|------|
| | N | % | N | % | N | % |
| Primeiro mandato | 5 | 33,3 | 16 | 41,0 | 21 | 38,9 |
| Segundo mandato | 1 | 6,7 | 7 | 18,0 | 8 | 14,9 |
| Terceiro mandato | 5 | 33,3 | 9 | 23,0 | 14 | 25,9 |
| Quarto mandato | 4 | 26,7 | 5 | 12,8 | 9 | 16,6 |
| Quinto mandato | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Sexto mandato | 0 | 0 | 2 | 5,2 | 2 | 3,7 |
| TOTAL | 15 | 100 | 39 | 100 | 54 | 100 |

Fonte: dados do Núcleo de Pesquisas em Democracia e Instituições Políticas da Universidade Federal do Paraná

A tabela 24 informa que 38,9% dos 54 deputados eleitos em 2002 estiveram em seu primeiro mandato. Destes, 33,3% mudaram de partido e 41% mantiveram-se fiéis à sigla pela qual conquistaram a cadeira. Ao observar os índices de migração dos deputados migrantes no que concerne ao número de mandatos anteriores na ALEP percebe-se que não há grandes distinções entre deputados novatos e experientes. Exatamente o mesmo índice – 33,3% – foi encontrado entre migrantes que exerciam mandato pela primeira e pela terceira vez no Legislativo estadual. Os deputados que exerciam o quarto mandato totalizaram significativos 26,7% do universo dos infieis, assim, vê-se que a variável independente *experiência* não permite explicações para a variável dependente migrar, ou não, de partido.

A *variável acesso* foi criada para avaliar se ocupar cargos na estrutura da ALEP influenciaria em alguma medida a migração partidária. Conforme assinalado acima, Melo (2004) identificou na ocupação de cargos na Câmara dos Deputados um fator de redução da incerteza quanto à carreira parlamentar, já que os índices de trocas de legendas entre estes foram menores em comparação àqueles dos deputados alijados de cargos no Legislativo nacional. Cabe avaliar se o cargo ocupado na ALEP amenizaria a incerteza do deputado, fazendo com que este migrasse em menor proporção frente aos seus pares desprovidos de cargos. A *variável acesso* classifica deputados estaduais *com acesso* àqueles que ocuparam algum dos seguintes cargos na 15ª Legislatura: (a) secretários, presidente e vice-presidente da Mesa Diretora; (b) líderes partidários; (c) presidentes de comissões parlamentares. A tabela 25 sistematiza os dados da variável independente em questão.

TABELA 25 – Mudança de partido por acesso a recursos (cargos na ALEP) dos deputados estaduais eleitos em 2002

| Tipo de deputado | Migrante | | Não-migrante | |
|------------------|----------|------|--------------|------|
| | N | % | N | % |
| Sem acesso | 9 | 60,0 | 23 | 58,9 |
| Com acesso | 6 | 40,0 | 16 | 41,1 |
| TOTAL | 15 | 100 | 39 | 100 |

Fonte: dados do Núcleo de Pesquisas em Democracia e Instituições Políticas da Universidade Federal do Paraná

Uma leitura apressada da tabela 25 sugere que deter cargo no Legislativo estadual explicaria a migração partidária no caso em estudo, já que os deputados migrantes *sem acesso* são, de fato, maioria entre os infiéis – 9 do conjunto de 15. Tal conclusão é errônea. No que concerne à ocupação de cargos os índices para migrantes e não-migrantes é bastante similar, 60% dos migrantes não dispunham de nenhum cargo e nem 58,9% dos não-migrantes. Afirmou-se no capítulo 1 que a organização interna do Legislativo paranaense não possui tamanha centralização do processo decisório se comparada à Câmara dos Deputados. Assim, explica-se a distinção dos dados da tabela 25 aos achados de Melo (2004) justamente pela pouca concentração de poderes dos líderes partidários na ALEP e da própria Mesa Diretora – exceto o presidente da Casa –, ou seja, deter cargo não significa conquistar um diferencial capaz de reduzir a incerteza que permeia à carreira dos deputados.

Para finalizar a discussão da dimensão analítica *micro* das causas das migrações na 15ª Legislatura da ALEP, a próxima seção do capítulo lança luz sobre as explicações e percepções dos próprios deputados infiéis para o seu comportamento.

3.4 As razões da infidelidade do deputado estadual paranaense

Entender por que os deputados mudam de partido faz parte da agenda de pesquisa da maioria dos autores da temática. O levantamento bibliográfico do capítulo 2 destacou que a premissa elementar majoritária vincula-se à teoria da racionalidade e afirma, em geral, que os deputados migrariam para maximizar sua carreira e garantir sua própria sobrevivência política.

Em paralelo a isso, estaria o fato de que os custos eleitorais para a migração partidária seriam muito baixos no país, já que o vínculo com as bases – a função *party on the ground*, segundo Katz e Mair (1994) – é bastante tênue. Ou seja, se o impacto das trocas de legendas não atinge com significância a percepção dos eleitores sobre o político infiel, a estratégia de mudar de partido torna-se uma opção diante da grande incerteza eleitoral que a carreira na política brasileira suscita (Melo, 2004:60). Outro fator que influenciaria no baixo custo de migrar de partido seria a forte personalização das campanhas eleitorais no país. Sabe-se que o sistema de representação de lista aberta contribui para um sentimento de propriedade do mandato pelo eleito (Nicolau, 2007), dessa forma a decisão caberia, em última instância, tão somente ao político.

Optou-se nesta dissertação em focar os aspectos *macro*, político-institucionais, e *micro*, focado no parlamentar individualmente, que envolvem a infidelidade partidária. Assim, após elucidar, no capítulo 1, o desenho institucional da ALEP e o quadro partidário no Paraná, o objetivo agora é entender a racionalidade do parlamentar através do ponto de vista do próprio. Adotou-se o método qualitativo, através de entrevistas em profundidade com os deputados migrantes da 15ª Legislatura. Durante o primeiro semestre de 2009 foram contatados os 15 deputados que fazem parte do universo da pesquisa, sendo realizadas 6 no total. A duração média das entrevistas foi 40 minutos, sendo conduzidas presencialmente pela autora. Não houve intenções na identificação exata de qual (ais) fato(s) causou a mudança de partido pelo parlamentar, já que o risco

de subjetivismo seria muito elevado. As entrevistas, baseadas em um roteiro semi-estruturado⁴¹, procuraram observar as exemplificações dos próprios deputados de seu cotidiano na política estadual, e na vida partidária, para assim mais bem compreender o comportamento e os aspectos que tangem o cálculo de trocar ou não de partido.

O conjunto de (ex) deputados entrevistados envolveu: deputados originários das diversas siglas que tiveram representação no pleito de 2002 (PFL, PL, PSL, PSC, PTB, PRP); incluiu um deputado que não conseguiu se reeleger na eleição subsequente (os 15 deputados infiéis se reapresentaram para um cargo legislativo em 2006); dois presidentes estaduais de partidos políticos, o atual presidente do PSDB e do PRB; um ex-prefeito da capital do estado, Curitiba, e dois ex-prefeitos de cidades do interior. Cada entrevista possuiu certa especificidade – uma conseqüência intencional do método, já que as perguntas não foram integralmente pré-estabelecidas. Cinco aspectos podem ser sistematizados e serão mais bem discutidos aqui: (1) a escolha do partido e as convenções em 2002 e 2006; (2) a valorização do mandato enquanto propriedade pessoal; (3) a relação com o próprio partido durante o exercício do mandato; (4) as dificuldades e facilidades de adaptação na nova sigla; (5) a visão dos partidos políticos.

Quanto ao primeiro aspecto, nota-se que os deputados percebem diferenças entre o método de seleção de candidaturas entre as diversas legendas. Por vezes destacaram que a informalidade de um partido pequeno – onde o presidente da sigla centralizaria a decisão final sobre quem seria candidato – não é similar à de outros *partidos mais estruturados*, para usar o termo dos próprios parlamentares. Salientam-se também fatores internos relativos à convenção, especialmente quando o partido já conta com algum membro de votação expressiva e que já ocupou cargo eletivo, além da dificuldade de encontrar uma legenda que acolha um candidato ainda desconhecido. O cálculo na inserção em uma legenda envolve ainda a trajetória política e o recebimento ou não de apoio na mesma, as falas abaixo exemplificam:

“Tem partido que faz a convenção numa esquina, outros precisam de um estádio.” (Luiz Carlos Martins, PSL → PDT)⁴²

“A executiva entra em contato com os membros, éramos 42. Num partido a gente não tem dificuldade porque falta gente pra ser candidato. Na verdade não é que falte gente, as pessoas não querem se candidatar quando já tem

⁴¹ Anexo 3.

⁴² Ao citar a fala de um deputado o primeiro partido mencionado referir-se-á a legenda pela qual o mesmo foi eleito, a segunda sigla ao destino da troca.

um nome forte, eles pensam: “ih, lá já tem o deputado Mauro Moraes, então vou procurar outro partido”, fogem pra um partido pequeno que dará condições de se eleger 1 ou 2 ou então procuram uma partido grande que faz 10 ou 15 cadeiras.” (Mauro Moraes, PSC→PL→PMDB)

“Eu praticamente só usei esse partido (falando sobre o PRN, da primeira vez que foi candidato a deputado), já que ninguém me dava espaço por não ser uma liderança expressiva. Tem partido que tem donos. Na minha região o PMDB, onde na época eu ia entrar, tinha”(Valdir Rossoni, PTB→PSDB)

A fala do deputado Valdir Rossoni, atual presidente do PSDB, ao comparar a convenção que participou em 2002 pelo PTB à do PSDB é elucidativa quanto às diferenças entre os partidos, especialmente na formação das chapas para o Executivo:

“Totalmente diferente, nós tivemos um terremoto no PSDB. Havia uma facção que defendia uma composição com o governador que está hoje no Palácio e outra que não queria, eu liderei essa. Houve intervenção do Diretório Nacional até para dar apoio ao candidato da oposição, Osmar Dias. Eu sou contra coligações, mas aí já estou querendo demais, né? Pode acontecer, mas isso caminha em passos lentos.” (Valdir Rossoni, PTB →PSDB)

No que tange à personalização do mandato – o segundo aspecto em análise – a percepção dos deputados é que o mandato pertence a eles mesmos, já que o trabalho de campanha realiza-se praticamente sem apoio dos partidos. Acreditam que o seu nome foi a alavanca para obter sucesso, não mencionam em nenhum momento a importância da legenda na conquista de votos, apesar de discordarem quanto à questão da necessidade da fidelidade partidária. Sobre a “quem atribuiriam à vitória nas eleições?”:

“Não ao partido, mas ao nome do Mauro Moraes que está aí há 26 anos, né? Na sétima eleição consecutiva, sempre vitoriosa e entre os primeiros lugares. Não tenho nenhum voto de partido, é sempre o trabalho do parlamentar mesmo, por isso acho totalmente equivocada essa história de fidelidade partidária e do mandato ser do partido. Já me elegi 3 vezes pelo PMDB, pelo PSC, então o mandato é do parlamentar, não interessa o partido. Curitiba é o povo mais exigente do Brasil, não admite oportunismo nem pára-quedismo de última hora, sair por aí comprando presidente de associação não vai adiantar nada. Eles acreditam em quem trabalha nos 4 anos. (Mauro Moraes, PSC→PL→PMDB)

“No caso do PSL eu era mais forte do que o partido, né? É claro que precisa haver uma mudança na legislação partidária no Brasil. Eu, por exemplo, sou a favor da fidelidade partidária. Mas aí você pode me perguntar: então por que o Sr. mudou tanto de partido deputado? Eu digo, é porque os partidos no Brasil têm donos, né? E se você não concorda com a opinião do partido tem mais é que deixar o partido. Não é só porque você quer mudar de partido, mas porque não existe o fortalecimento de partido.” (Luiz Carlos Martins, PSL → PDT)

Referente ao terceiro aspecto – sobre as relações dos parlamentares com seus com seus partidos – a pergunta “se fizeram reuniões antes da posse ou se havia deliberação para decidir a postura do partido nas votações em plenário” proporcionou respostas que apontaram para a fragilidade deste vínculo. As declarações dos deputados entrevistados, quanto à maior ou menor liberdade de comportamento frente à legenda estaria conectada com a votação no pleito.

“Os partidos não existem. O mandato pode ser só do deputado ou do partido. Eu quando era muito votado o mandato era só meu, não dava a menor bola pro partido. Depois quando fui minoritário e meus votos foram menores do que a legenda do partido passei a ter que dar bola pro partido.” (Rafael Greca, PFL→PMDB)

“Foram apenas 2 eleitos pelo PL. Eu digo, apesar de parecer a ovelha negra do meio político, que partido hoje é um mal necessário. A pessoa precisa de um partido, porque sem ele a regra eleitoral não permite a pessoa disputar um pleito. E depois o deputado Chico Noroeste tinha sua linha de condução do mandato e eu a minha linha de condução. “(Pastor Édson, PL→PRB)

“O partido se reúne muito pouco, né? Eu sou membro do diretório regional e da executiva nacional do PTB, até participo de algumas reuniões esporadicamente, mas eu vivo mesmo é o dia-a-dia do trabalho com a minha base lá em Ponta Grossa.” (Jocelito Canto, PRP→PTB)

Em relação ao aspecto quatro, sobre as dificuldades de adaptação na sigla de destino, é possível dizer que o efeito da mudança de partido pode gerar frustrações. Ou seja, ainda que motivados pela maximização da carreira e objetivando a sobrevivência eleitoral a entrada em uma nova sigla contemplaria uma dose de imprevisibilidade dos resultados desse comportamento, já que simplesmente *estar na situação* não é garantia de benefícios. A fala do deputado Mauro Moraes, ao ser perguntado se obteve maiores facilidades na aprovação de seus projetos e emendas orçamentárias por sair da *oposição* para filiar-se ao partido do governador Roberto Requião, é elucidativa. Revela também

que o apoio a determinado candidato ao Executivo pode levar a uma nova mudança de partido pelo parlamentar:

“Ah, tem mais facilidades sim. Eu sou PMDB baixo clero, têm uns aí que têm toda a regalia do governo. Eu por exemplo nunca tive absolutamente nada atendido, uma emenda sequer, mas tenho até orgulho disso. Sou da base, mas não tenho aquele compromisso. Tem aqueles que são da base e são atendidos diariamente. Tem uns 7 ou 8 aí que recebem ônibus escolar, posto de saúde (...)E tem que abrir a janela mesmo, se o político se sente incomodado no partido, eu por exemplo já me sinto perseguido porque tenho simpatia pela candidatura do Beto Richa e nunca escondi, seja pela simpatia pessoal e admiração pelo gestor que o Beto Richa é, transformando Curitiba numa verdadeira metrópole. Eu acho que às vezes é até melhor sair do partido mesmo correndo o risco de perder o mandato se você está sendo perseguido, depois enfrenta a justiça” (Mauro Moraes, PSC→PL→PMDB)

Quanto ao aspecto cinco – que se refere à visão dos partidos – vale destacar que apesar dos deputados apontarem uma grande “fraqueza” dos partidos, especialmente no vínculo com o parlamentar e na falta de diálogo nas votações importantes e na indefinição programática, admitem a multiplicidade de estilos concernentes à organização das legendas. Em diversos momentos comentaram que existiria um programa ideológico em alguns partidos, em suma, “nos partidos grandes seria diferente” e o individualismo do mandato seria minimizado. Ainda que todos falem na pouca importância dos partidos no Paraná – principalmente no baixo impacto do “fator ideologia” na decisão do voto – a imagem negativa do seu antigo partido em âmbito nacional também é usada enquanto justificativa para troca de legenda.

“Troquei por conta dos escândalos do PT e que o PL estava envolvido também. O PT deu origem ao PSOL e o PL ao PRB. Particularmente eu esperava uma outra postura do nosso presidente do partido Valdemar Costa Neto que foi um dos nomes que apareceu no escândalo do mensalão. Fiquei desgostoso com o fato dele não querer nem se licenciar.” (Pastor Édson, PL→PRB)

Independente de perceberem os eleitores indiferentes ao troca-troca partidário na ALEP acreditam que uma parcela dos eleitores encontra-se atenta ao comportamento infiel do representante, podendo inclusive puni-lo na eleição seguinte. As conseqüências negativas da mudança de partido também são justificativas pela percepção que os eleitores teriam da troca. O caso da não reeleição do deputado Rafael Greca em 2006 – um político de longa carreira no estado, ex-prefeito de Curitiba e ex- Ministro do

Turismo no governo FHC – é ilustrativo. O fato do ex-deputado Rafael Greca ter migrado para a mesma sigla do governador, que foi um declarado inimigo político seu por vários anos, como ele mesmo menciona ao longo da entrevista, pode ter sido uma das causas do insucesso eleitoral no último pleito que disputou.

“Se os eleitores reagiram? Uma parte da classe média curitibana se ofendeu. O Requião era visto por eles como um bandido(...) [falando se isso contribuiu para ele não se reeleger] Pode ter sido sim, a maioria das pessoas acha também. Acho que foi uma somatória de coisas.” (Rafael Greca, PFL→PMDB)

A título de encerramento da seção, pode-se dizer que os deputados infiéis fazem o cálculo para migrar de partido em um contexto de expressiva incerteza quanto aos resultados dessa ação. Acreditam também que em última instância o mandato lhes pertence – e não ao partido pelo qual foram eleitos –, mas isso não significa que considerem os partidos desnecessários ou todos iguais. Dessa forma, o jogo *situação e oposição* é ponderado no destino da troca, especialmente a legenda em que o governador se encontra, já que em geral acreditam na baixa expressividade e influência do líder da bancada na condução do processo decisório, bem como na pequena influência do partido no dia-a-dia do trabalho na ALEP.

Conclusões

A dissertação consistiu em uma pesquisa sobre migração partidária em um estado federativo brasileiro, através do estudo de caso da 15ª Legislatura (2003-2007) da Assembléia Legislativa do Paraná. A unidade analítica foram os 54 parlamentares eleitos no pleito de 2002. O texto segmentou-se em três capítulos, segue abaixo um resumo das principais discussões e considerações de cada um deles.

O capítulo inicial teve dois objetivos principais. O primeiro foi delinear os aspectos institucionais da ALEP no que diz respeito à organização interna da Casa, para isso recorreu-se ao regimento interno e vez ou outra à Constituição do estado. A estratégia analítica foi aproximar os apontamentos da bibliografia sobre a temática relativa ao Legislativo nacional (Figueiredo e Limongi, 1999; Santos, 2003) com o caso

subnacional, apontando as similaridades e diferenças. No que tange ao primeiro objetivo, pode-se afirmar que devido à inexistência de mecanismos institucionais – a ausência de Colégio de Líderes na ALEP e as poucas prerrogativas de poderes nas mãos dos líderes partidários – a estrutura da Casa não conta com tamanha centralização do processo legislativo, tal como afirmado pelos pesquisadores que têm a Câmara dos Deputados enquanto objeto. Entrevistas em profundidade, inclusive com o Presidente da ALEP, permitiram ratificar o argumento sobre uma relação mais direta entre cada parlamentar e a Mesa Diretora, ou seja, os líderes não seriam as peças intermediárias fundamentais entre o deputado estadual e o fluxo dos trabalhos legislativos. Quanto às similitudes entre a ALEP e a Câmara dos Deputados ressaltam-se as prerrogativas do Executivo. O governador do estado apesar de não contar com o instrumento da Medida Provisória, como acontece no Executivo federal, possui amplas possibilidades legiferantes em suas mãos, o exemplo mais relevante é a iniciativa exclusiva em matérias orçamentárias.

O segundo objetivo foi atentar para o desenvolvimento do quadro partidário paranaense, tendo em vista que, devido ao sistema federativo brasileiro, exige-se uma análise mais específica sobre os contornos dos partidos em cada estado da federação. Através das estatísticas eleitorais de 1982 a 2006 e do *número efetivo de partidos* (eleitorais e parlamentares) foi possível mensurar longitudinalmente as transformações e evolução das legendas no Paraná. Observou-se que o multipartidarismo, apesar do evidente aumento da fragmentação desde 1982, possuiu uma quantidade delimitada de siglas, especialmente no que se refere à conquista de um assento na ALEP ou na Câmara dos Deputados. Ao longo de todo o período analisado (1982 a 2006), 17 diferentes partidos conquistaram representação parlamentar na ALEP e 13 partidos obtiveram assento no Legislativo nacional. Fica claro que apesar da existência de mais de 70 partidos com registro legal, o multipartidarismo apresenta atualmente certa estabilidade. Destacou-se também que as “legendas nanicas” – aquelas que têm menos de 2% do total das cadeiras – não conseguiram representação na Câmara dos Deputados, apenas na ALEP, denotando assim uma maior dificuldade de inserção no Legislativo federal. Vale apontar a predominância do PMDB ao longo dos anos 80 no estado, seja no Legislativo ou no Executivo. Contudo, é cabível observar o crescimento do número de cadeiras no Legislativo ocupadas pelo PSDB e pelo PT desde o início dos anos 90, inclusive este último conquistou uma vaga em 2002 para o Senado Federal.

O objetivo do segundo capítulo consistiu em sistematizar o fenômeno da migração partidária em cinco legislaturas da ALEP, 11^a (1987/1991); 12^a (1991/1995); 13^a (1995/1999); 14^a (1999/2003) e 15^a (2003/2007). Ao utilizar a bibliografia da temática relativa à Câmara dos Deputados (Lima Jr., 1993; Nicolau, 1996a, 1996b; Mainwaring e Liñan, 1998; Schmitt, 1999; Diniz, 2000; Melo, 2004; Desposato 2006; Marengo dos Santos, 2001, 2006; Roma, 2007; Freitas, 2008) enquanto parâmetro, procurou-se analisar as questões discutidas pelos autores no que tange à ALEP. A intenção foi apontar as semelhanças e diferenças do troca-troca partidário no Legislativo subnacional paranaense àquele visto na Câmara dos Deputados.

Verificou-se que durante todo o período analisado – 1987 a 2007 – a taxa de infidelidade na ALEP apresentou valores ainda mais elevados do que àqueles encontrado por Melo (2004) para a Câmara dos Deputados, de 1985 a 2002. A média para o período no Paraná ficou em 45,5%, já os dados de Melo (2004) apontaram 28,7% de migrações na Câmara. Os dados organizados na tabela 9 revelaram que os deputados migrantes no Paraná, assim como seus pares no Legislativo nacional, migram majoritariamente (77,8%) uma única vez ao longo da legislatura. Ou seja, migração sucessiva é a exceção, não a regra. Durante as cinco legislaturas pesquisadas, apenas 23 deputados (19,2%) trocaram de legenda duas vezes em um mesmo mandato e 4 deputados (3%) fizeram-no três vezes.

Quando as defecções foram mensuradas de acordo com a origem partidária do parlamentar infiel, constatou-se que diversos partidos sufragados desapareceram da ALEP devido à migração dos seus representantes. Ressaltam-se o PSB e o PSC como os dois principais exemplos dessa situação no estado, já que em duas legislaturas ambos perderam todos os eleitos. No que toca aos partidos que surgiram na arena Legislativa do Paraná, sem que para isso tenham passado pelo crivo eleitoral, destacam-se o PP e o PL, que obtiveram representação via migração partidária em duas legislaturas.

A tabela 11 avaliou a direção da troca de partido – via origem e o destino – no que concerne ao campo ideológico. Novamente verificaram-se aproximações aos resultados explicitados pela literatura interessada no fenômeno em âmbito nacional. Ao utilizar o espectro ideológico *esquerda*, *centro* e *direita* enquanto variável independente notou-se que os parlamentares oriundos à direita são àqueles que mais migraram. Dos 111 eleitos 53,2% deixaram a sigla entre 1987 a 2007. Em ordem decrescente surgiram

os deputados eleitos pelo centro, 38,6% dos parlamentares direcionaram-se à outra sigla, por fim, dos deputados sufragados à esquerda, 31,6% destes trocaram de partido.

Sobre o destino dos trãnsfugas constatou-se que os eleitos à direita apresentaram maior congruência no quesito ideológico se comparados aos deputados infieís à esquerda e ao centro. A migração *intra*bloco consistiu no destino de 61,9% dos eleitos à direita. Os pertencentes ao centro, quando mudaram de legenda, permaneceram no mesmo campo ideológico em 31,2% dos casos. Já os parlamentares que obtiveram cadeira por partidos à esquerda são àqueles mais incoerentes em sua movimentação na ALEP, em apenas 10,5% das vezes continuaram à esquerda depois da troca da sigla.

O capítulo final do texto tinha como objetivo central o estudo de caso sobre as trocas de legendas na 15ª Legislatura da ALEP (2003-2007). Inicialmente observou-se o contexto das eleições de 2002, proporcionais e majoritárias, no Paraná. A eleição para o cargo de governador foi disputada por um grande número de candidatos – 12 no total –, e teve como vencedor Roberto Requião (PMDB) que conquistou 55,1% dos votos válidos do segundo turno, disputado com Álvaro Dias (PDT). O PMDB não realizou coligações eleitorais, contudo recebeu o apoio do PT e PPS no segundo turno na disputa majoritária. No que toca à eleição proporcional, o PT sagrou-se o maior partido vencedor, obteve 9 cadeiras na ALEP, seguido pelo PMDB (8), PFL (7), PDT (6), PSDB (5), PPB (4), PPS (3), PSB (3), PTB (3), PL (2), PSL (2), PSC (1), PRP (1). Apesar da alta fragmentação partidária, constatou-se que apenas quatro partidos – PT, PMDB, PFL e PDT – concentraram a maioria (55,5%) das 54 cadeiras da ALEP.

O texto expôs na segunda seção todas as trocas de partidos pelos parlamentares entre 2003 a 2007. Através de um banco de dados organizado pela autora, pode-se concluir que a taxa de migração na ALEP (27,7%) foi bastante próxima à encontrada por Melo (2004) para a Câmara dos Deputados (28,7%). Constatou-se também que os deputados migraram preponderantemente para os partidos da situação, e no caso paranaense ainda mais acentuadamente para o partido do governador. Notou-se que o PMDB foi o destino de 6 das 18 trocas que aconteceram ao longo da Legislatura. Ao considerar a ideologia do deputado migrante – *esquerda*, *centro* e *direita* – pode-se afirmar que os deputados eleitos por siglas à direita do espectro ideológico são aqueles que proporcionalmente mais trocaram de legenda, 73,4%, na seqüência surgiram os eleitos à esquerda, 20%, e por fim, os eleitos ao centro, 6,6% dos infieís.

A dimensão *micro* do fenômeno em estudo, através da distribuição dos votos dos eleitos em 2002 e de um banco de dados sobre a trajetória política, foi o cerne da terceira seção. Ao utilizar a tipologia de Carvalho (2003) observou-se que no universo de deputados migrantes encontram-se principalmente àqueles com votação *dispersa/dominante*. De acordo com a literatura da temática estes seriam o tipo de deputados que mais incentivos teriam na busca de benefícios para suas bases eleitorais. No que toca as duas outras variáveis independentes da seção – *variável experiência* e *variável acesso* – não foram encontradas distinções relevantes entre os deputados migrantes e não-migrantes. A *variável experiência* identificou que as migrações na 15^a Legislatura agregaram deputados de primeiro e terceiro mandato na mesma proporção, 33,3%. Já a *variável acesso* também não permite argumentar que ocupar cargo na estrutura da ALEP frearia ou incentivaria a migração. O número de deputados *sem acesso*, ou seja, aqueles desprovidos de cargos foi bastante similar se comparado migrantes e não-migrantes, 60% entre os primeiros e 58,9% dos segundos não possuíram nenhum cargo. Assim, distintamente dos achados de Melo (2004), relativos à Câmara dos Deputados, a ocupação de cargos no Legislativo paranaense não servira como explicação para o troca-troca partidário na ALEP.

A seção quatro apresentou a análise de 6 entrevistas em profundidade realizadas com deputados infieis do caso em estudo. Sem a pretensão de identificar “mensagens ocultas” nas falas dos mesmos, mas somente as percepções dos próprios sobre o fenômeno em debate, cinco aspectos foram levantados: (1) a escolha do partido e as convenções em 2002 e 2006; (2) a valorização do mandato enquanto propriedade pessoal; (3) a relação com o próprio partido durante o exercício do mandato; (4) as dificuldades e facilidades de adaptação na nova sigla; (5) a visão dos partidos políticos.

As principais conclusões sugerem uma forte sensação de propriedade dos deputados ao mandato, ou seja, o partido não seria o detentor da cadeira, já que, na visão daqueles, há pouca contribuição do partido na campanha eleitoral. O vínculo dos deputados com seus partidos são bastante tênues, em alguns casos é de fato inexistente, porém, não vislumbram todos os partidos da mesma forma, já que em diversas ocasiões apontaram exemplos de partidos “estruturados/desestruturados”, “fortes/fracos” no estado.

Por fim, a análise apontou que os deputados calcularam a decisão em migrar de partido levando em consideração uma ampla gama de elementos: a própria posição na Casa – *situação* ou *oposição* –; o partido do governador; a imagem conjuntural – negativa ou positiva – do partido em âmbito nacional; a pouca coordenação pela sua liderança dos trabalhos legislativos. Imersos num cenário de incerteza quanto ao sucesso da troca, bem como ao destino da própria carreira, justapõe-se nesta decisão os aspectos regimentais da ALEP – pequeno papel dos líderes na Casa – àqueles de matriz ideológica, incluindo ainda outros de perfil mais “eleitoreiro”.

Referências Bibliográficas

ABRANCHES, Sérgio. *Presidencialismo de Coalizão. O Dilema Institucional Brasileiro*. **DADOS**, n. 1, vol. 31. 1988. pp. 5-38.

ALMEIDA, Alberto. Amnésia eleitoral: em quem você votou para deputado em 2002? E em 1998? SOARES, Gláucio e RENNÓ, Lucio (Org.). **Reforma Política. Lições da História Recente**. Rio de Janeiro: FGV. 2006.

AMES, Barry. **Os Entraves da Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV. 2003.

BRAGA, Sérgio; FRANÇA, Andressa. *Produção legal e relação entre Executivo e Legislativo no Paraná (1999-2002)* In: PERISSINOTTO, Renato (Org. et al.) **Quem governa? Um estudo das elites políticas do Paraná**. Curitiba: Editora UFPR. 2007.

BOHN, Simone e PAIVA, Denise. **Sistema Partidário de Volatilidade Eleitoral no Brasil: um estudo sobre a dinâmica inter-regional**. Trabalho apresentado no 31º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu. 2007.

CARVALHO, Nelson. **E no início eram as bases: geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

CARVALHO, Valter. **Partidos e Eleições no Brasil – Razões e efeitos da “verticalização” das coligações eleitorais instituído pelo Tribunal Superior Eleitoral**. São Paulo: Blucher Acadêmico. 2009.

CASTRO, Mônica (et al.) *Padrões de interação entre Legisladores e cidadãos em Legislativos estaduais*. Paper apresentado no **32º Encontro da ANPOCS**. Caxambu, MG. 2008.

CODATO, Adriano e SANTOS, Fernando (Org.) **Partidos e Eleições no Paraná: uma abordagem histórica**. 1 ed. Curitiba: Tribunal Regional Eleitoral, 2006.

COX, Gary ; MCCUBINS, Mathew .**The Legislative Leviathan. Party Government in the House**. Bekeley, University of California Press. 1993.

DALTON, Russell; WATTENBERG, Martin. **Parties without partisans : political change in advanced industrial democracies**. New York: Oxford University Press. 2000.

DESPOSATO, Scott. *Parties for Rent? Ambition, Ideology, and Party-Switching in Brazil's Chamber of Deputies*. **American Journal of Political Science**. 50 (1). 2006.

DINIZ, Simone. *Migrações Partidárias e o Calendário Eleitoral*. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 15. 2000. pp. 31-48.

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando. **Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional**. Rio de Janeiro: FGV.1999

FREITAS, Andréa. **Migração Partidária na Câmara dos Deputados**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo. 2009. (formato digital)

FUKS, Mario e CERVI, Emerson. *Mídia impressa, cenários eleitorais e eleições no Paraná, 2002*. Paper apresentado no **27º Encontro da ANPOCS**. Caxambu, MG. 2003.

HALL, Peter & TAYLOR, Rosemary. *As três versões do neo- institucionalismo*. **Lua Nova**, n.58, São Paulo. 2003.

INÁCIO, Magna. *Estrutura e Funcionamento da Câmara dos Deputados*. In: Melo, Carlos & Sáez, Manuel. (Org.) **A Democracia Brasileira: Balanço e perspectivas para o século 21**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2007.

KATZ, Richard & MAIR, Peter. **How parties organize: change and adaptation in party organizations in Western democracies**. London: Sage Publications. 1994.

KINZO, Maria D'Alva. **Radiografia do quadro partidário brasileiro**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 1993.

KREHBIEL, Keith. **Information and Legislative Organization**. Ann Arbour, University of Michigan Press. 1991

LAAKSO, Marku e TAAGEPERA, Rein. *Effective Number of Parties: A Measure with Application to West Europe*. **Comparative Political Studies**. vol. 12, nº 1. 1979. pp.3-27.

LACERDA, Alan. **A Câmara dos Deputados de 1990 a 1998: entre o leviatã e o consenso**. Natal: Edufrn. 2006.

LEPRE, Mário. **Caos partidário paranaense**. Londrina: Editora da UEL. 2000

LIMA Jr., Olavo (org.). **O Sistema Partidário Brasileiro: diversidade e tendências**. Rio de Janeiro: FGV. 1997.

LIMA Jr., Olavo. **Democracia e Instituições Políticas no Brasil dos anos 80**. São Paulo: Loyola. 1993.

LIMA Jr., Olavo. **Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional: 1945-64**. Rio de Janeiro: Graal. 1983.

LIMONGI, Fernando. *O Novo Institucionalismo e os Estudos Legislativos: A Literatura Norte-Americana Recente*. **BIB**, nº 37, Rio de Janeiro. 1994. pp. 3-38.

LINZ, Juan. *Presidencialismo ou Parlamentarismo: faz diferença?* In.: Lamounier, Bolívar (Org) **A Opção Parlamentarista**. São Paulo: Ed. Sumaré. 1991.

LINZ, Juan & VALENZUELA, Arturo. **The Failure of Presidential Democracy**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press. 1994.

MAINWARING, Scott & SHUGART, Matthew. **Presidentialism and democracy in Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press. 1997.

MAINWARING, Scott. **Sistemas Partidários em Novas Democracias: o Caso do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV. 2001.

MARCH, James & OLSEN, Johan. **Rediscovering institution: the organizational basis of politics**. Nova York: Free Press. 1989.

MARENCO DOS SANTOS, André. *Sedimentação de lealdades partidárias no Brasil: tendências e descompassos*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 45. São Paulo. 2001

_____. *Partidos em carne e osso: votos e deputados nas eleições de 2002*. Cadernos ADENAUER (São Paulo), Ceará, v. IV. 2003.

_____. *Regras eleitorais, deputados e fidelidade partidária*. In: Soares, Gláucio; Rennó, Lucio (Org.). **Reforma Política. Lições da História Recente**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MAYHEW, David. **Congress: The Electoral Connection**. New Haven, Yale University Press. 1974.

MELO, Carlos & SÁEZ, Manuel. (Org.) **A Democracia Brasileira: Balanço e perspectivas para o século 21**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2007.

MELO, Carlos. **Retirando as cadeiras do lugar: migração partidária na Câmara dos Deputados, 1985-2002**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2004.

NOVAES, Carlos Alberto Marques. *Dinâmica institucional da representação: individualismo e partidos na Câmara dos Deputados*. **Novos Estudos Cebrap**, no 38, 1994, pp. 99-147.

NICOLAU, Jairo; POWER, Timothy (org.) **Instituições representativas no Brasil: balanço e reforma**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

NICOLAU, Jairo. *Notas Sobre as Eleições de 2002 e o Quadro Partidário*. Cadernos ADENAUER (São Paulo), Ceará, v. IV. 2003.

_____. *Notas sobre os quatro índices mais utilizados nos estudos eleitorais*. In: LIMA Jr., Olavo (org.). **O Sistema Partidário Brasileiro: diversidade e tendências**. Rio de Janeiro: FGV. 1997.

_____. **Multipartidarismo e Democracia**. Rio de Janeiro: FGV. 1996a.

_____. *A Migração Partidária na Câmara dos Deputados (1991-96)*. **Monitor Público**, vol. 3. 1996b. pp. 41-45.

OLIVEIRA, Luzia. **Democratização e Institucionalização Partidária: o processo político-partidário no Paraná (1979-1990)**. Londrina: Editora da UEL. 1998.

PEREIRA, André Ricardo. *Sob a ótica da delegação: governadores e Assembléias no Brasil no pós-1989*. In: SANTOS, F. (Org.). **O poder legislativo nos estados: diversidade e convergência**. Rio de Janeiro: FGV. 2001.

PERES, Paulo. *Comportamento ou Instituições? A Evolução Histórica do Neo-Institucionalismo da Ciência Política*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 23. 2008. pp. 53-72.

PERISSINOTTO, Renato (Org. *et al.*) **Quem governa? Um estudo das elites políticas do Paraná**. Curitiba: Editora UFPR. 2007.

RODRIGUES, Leôncio. *As Eleições de 1994: uma apreciação geral*. **DADOS**. Rio de Janeiro, no. 39 (1). 1995. pp. 71-92.

ROMA, Celso. *Os Efeitos da Migração Interpartidária na Conduta Parlamentar*. **DADOS**. Rio de Janeiro, vol. 50, no.2. 2007. pp. 351-392.

SANTOS, Fabiano. **O Poder Legislativo no Presidencialismo de Coalizão**. Rio de Janeiro: IUPERJ. 2003.

SANTOS, Fabiano (Org.) **O Poder Legislativo nos Estados: Diversidade e Convergências**. Rio de Janeiro: FGV. 2001.

SCHMITT, Rogério. **Partidos políticos no Brasil (1945-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2000.

_____ *Migração Partidária e Reeleição na Câmara dos Deputados*. **Novos Estudos Cebrap**, no 54, 1999, pp. 127-146.

SHEPSON, Kenneth; WEINGAST, Barry. *Positive theories of congressional institutions*. **Legislative Studies Quarterly**. XIX. May. 1994. pp. 149-179.

SOARES, Gláucio e RENNÓ, Lucio (Org.). **Reforma Política. Lições da História Recente**. Rio de Janeiro: FGV. 2006.

TOMIO, Fabrício. **Instituições Políticas, Relações Executivo/Legislativo e Processo Decisório Estadual: iniciativas e decisões legislativas no Estado de Santa Catarina**. Florianópolis: 2005. (Mimeo)

VEIGA, Luciana ; TOMIO, Fabrício ; PAULA, Carolina. **Conexão Eleitoral em uma Assembléia Legislativa: A atuação do parlamentar e a atitude do eleitor**. In: IV Congresso de La Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, San Jose - Costa Rica. 2008.

BANCO DE DADOS

Laboratórios de estudos experimentais (LEEX), disponível em:
<<http://www.ucam.edu.br/leex/Brasil/Compet/DISPERE.htm>>

Dados eleitorais no Brasil, disponível em: <http://jaironicolau.iuperj.br/banco2004.html>

Perfil Sociológico e Socioeconômico dos representantes do Poder Legislativo paranaense na 15ª Legislatura. Banco de Dados do *Núcleo de pesquisa em Democracia e Instituições Políticas da Universidade Federal do Paraná.*

OUTRAS FONTES/INTERNET

Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, 23 de fevereiro de 2005.

Constituição do Estado do Paraná. Curitiba, 24 de abril de 2000.

Tribunal Superior Eleitoral: www.tse.gov.br

ANEXO 1 – Lista dos deputados titulares que trocaram de legenda na 15ª legislatura da ALEP (2003-2007) por partido de origem, destino da troca e data da migração

| Partido de origem | Deputado | Partido de destino 1 | Data da troca 1 | Partido de destino 2 | Data da troca 2 |
|--------------------------|-----------------------------------|-----------------------------|------------------------|-----------------------------|------------------------|
| PFL | CLEITON KIELSE BORDINI CRISÓSTOMO | PMDB | 10/09/2003 | | |
| PFL | RAFAEL VALDOMIRO GRECA DE MACEDO | PMDB | 10/06/2003 | | |
| PFL | NELSON GARCIA | PTB | 18/02/2003 | PMDB | 18/10/2005 |
| PSDB | AILTON CARDOZO DE ARAUJO | PPS | 18/05/2005 | | |
| PDT | VANDERLEI FALAVINHA IENSEN | PMDB | 16/06/2003 | | |
| PDT | JOSÉ MARIA FERREIRA | PMDB | 18/06/2003 | | |
| PSL | GERALDO CARTARIO RIBEIRO | PPB | 22/03/2005 | PMDB | 18/10/2005 |
| PSL | LUIZ CARLOS MARTINS GONÇALVES | PDT | 26/09/2005 | | |
| PL | EDSON DA SILVA PRACZYK | PRB | 03/10/2005 | | |
| PPB | MILTON JOSÉ MILTINHO PUPIO FILHO | PSDB | 17/09/2003 | | |
| PTB | VALDIR LUIZ ROSSONI | PSDB | 26/05/2003 | | |
| PTB | LUIZ ROBERTO ACCORSI MOTTA | PSDB | 26/05/2003 | | |
| PRP | JOCELITO CANTO | PTB | 03/10/2005 | | |
| PSB | CARLOS ROBERTO MASSA JUNIOR | PPS | 04/08/2003 | | |
| PSC | MAURO RAFAEL MORAES E SILVA | PL | 03/06/2003 | PMDB | 03/10/2005 |

Fonte: elaboração própria – informações da Diretoria Legislativa da ALEP

**ANEXO 2 – Padrão da distribuição geográfica da votação dos deputados estaduais
paranaenses eleitos em 2002***

| Partido | Candidato | Votos | Concentração C=concentrado D=disperso | Dominância D=dominante C=compartilhado | Índice de concentração na microregião (% dos votos na microregião- votação do deputado) | Municípios com dominância (>20% Votos) |
|-----------|---------------------------------------|---------------|---|--|---|--|
| PT | ANGELO CARLOS VANHONI | 130.150 | C | C | 0,94 | |
| PT | LUCIANA GUZELLA RAFAGNIN | 53.339 | C | D | 0,61 | 4 |
| PT | NATÁLIO STICA | 31.584 | C | C | 0,80 | |
| PT | ELTON CARLOS WELTER | 24.783 | C | D | 0,92 | 1 |
| PT | PEDRO IVO ILKIV | 24.358 | C | D | 0,76 | 6 |
| PT | ANDRÉ LUIZ VARGAS ILÁRIO | 21.727 | C | C | 0,61 | |
| PT | ANTONIO TADEU VENERI | 21.326 | C | C | 0,88 | |
| PT | HERMES RODRIGUES DA FONSECA FILHO | 21.048 | D | D | 0,49 | 1 |
| PT | PAULO CAMPOS | 18.216 | C | C | 0,59 | |
| PL | EDSON DA SILVA PRACZYK | 46.889 | C | C | 0,58 | |
| PL | FRANCISCO NOROESTE MARTINS GUIMARÃES | 28.562 | C | C | 0,95 | |
| PMDB | DOBRANDINO GUSTAVO DA SILVA | 53.423 | C | D | 0,89 | 1 |
| PMDB | NEREU ALVES DE MOURA | 47.581 | D | D | 0,41 | 15 |
| PMDB | MARIO SÉRGIO BRADOCK ZACHESKI | 46.641 | C | C | 0,73 | 1 |
| PMDB | ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO JUNIOR | 45.778 | C | D | 0,55 | 6 |
| PMDB | ALEXANDRE MARANHÃO KHURY | 45.778 | C | D | 0,43 | 4 |
| PMDB | LUIZ CARLOS CAITO QUINTANA | 42.048 | D | D | 0,30 | 9 |
| PMDB | ELZA PEREIRA CORREIA MULLER | 38.309 | C | C | 0,95 | |
| PMDB | EDSON LUIZ STRAPASSON | 37.391 | C | D | 0,96 | 1 |
| PFL | PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO | 74.726 | C | D | 0,64 | 8 |
| PFL | NELSON ROBERTO PLÁCIDO E SILVA JUSTUS | 72.889 | D | D | 0,30 | 12 |

| | | | | | | |
|-------------|--|----------------|----------|----------|-------------|-----------|
| PFL | JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL | 58.708 | D | D | 0,33 | 28 |
| PFL | CLEITON KIELSE BORDINI CRISÓSTOMO | 52.786 | D | D | 0,20 | 18 |
| PFL | RAFAEL VALDOMIRO GRECA DE MACEDO | 51.923 | C | C | 0,93 | |
| PFL | NELSON GARCIA | 44.086 | C | D | 0,71 | 16 |
| PFL | ELIO LINO RUSCH | 38.654 | C | D | 0,63 | 10 |
| PSDB | HERMAS EURIDES BRANDÃO | 123.390 | D | D | 0,20 | 38 |
| PSDB | NELSON JOSE TURECK | 43.285 | C | D | 0,65 | 11 |
| PSDB | ADEMAR LUIZ TRAIANO | 41.312 | D | D | 0,47 | 13 |
| PSDB | JOSÉ FRANCISCO BÜHRER | 39.013 | C | D | 0,92 | 2 |
| PSDB | AILTON CARDOZO DE ARAUJO | 37.456 | C | C | 0,53 | |
| PSL | GERALDO CARTARIO RIBEIRO | 49.232 | D | D | 0,38 | 14 |
| PSL | LUIZ CARLOS MARTINS GONÇALVES | 48.078 | C | C | 0,81 | |
| PDT | HOMERO BARBOSA NETO | 122.112 | C | D | 0,68 | 7 |
| PDT | AUGUSTINHO ZUCCHI | 59.445 | D | D | 0,47 | 10 |
| PDT | VANDERLEI FALAVINHA IENSEN | 44.179 | D | C | 0,46 | |
| PDT | JOSÉ MARIA FERREIRA | 35.510 | D | D | 0,46 | 3 |
| PDT | NEIVO ANTONIO BERALDIN | 30.756 | C | C | 0,62 | 2 |
| PDT | RENATO LUIZ GAÚCHO IDIARTE LOSS | 29.410 | C | C | 0,97 | |
| PPB | MARIA APARECIDA BORGHETTI | 53.225 | C | D | 0,78 | 3 |
| PPB | MILTON JOSÉ MILTINHO PUIPIO FILHO | 38.538 | D | D | 0,30 | 15 |
| PPB | LUIZ FERNANDO RIBAS CARLI | 37.333 | C | D | 0,85 | 4 |
| PPB | DUÍLIO GENARI | 33.385 | C | D | 0,71 | 9 |
| PTB | VALDIR LUIZ ROSSONI | 110.432 | D | D | 0,23 | 28 |
| PTB | CARLOS XAVIER SIMÕES | 55.351 | C | C | 0,81 | 2 |
| PTB | LUIZ ROBERTO ACCORSI MOTTA | 48.917 | D | D | 0,45 | 11 |
| PRP | JOCELITO CANTO | 53.412 | C | D | 0,88 | 2 |
| PPS | WALDIR TURCHETTI DA COSTA LEITE | 34.496 | C | D | 0,97 | |
| PPS | ARLETE IVONE CARAMÊS | 22.737 | C | C | 0,55 | |

| | | | | | | |
|-------------------|---|-----------------------|-----------------|-----------------|--------------------|------------------|
| PPS | MARCOS VALENTE ISFER | 22.301 | C | C | 0,60 | |
| <u>PSB</u> | <u>CARLOS ROBERTO MASSA JUNIOR</u> | <u>189.739</u> | <u>D</u> | <u>D</u> | <u>0,47</u> | <u>20</u> |
| PSB | LUCIANO DUCCI | 37.904 | C | C | 0,91 | |
| PSB | RENI CLOVIS DE SOUZA PEREIRA | 14.521 | C | C | 0,75 | |
| <u>PSC</u> | <u>MAURO RAFAEL MORAES E SILVA</u> | <u>48.676</u> | <u>C</u> | <u>C</u> | <u>0,94</u> | |

Fonte: TSE

* Os nomes realçados correspondem aos deputados que mudaram de legenda na 15ª Legislatura da ALEP

ANEXO 3 – Roteiro semi-estruturado para entrevistas em profundidade com deputados estaduais migrantes da 15ª Legislatura da ALEP (2003-2007)

Bloco 1 – Decisão pré-eleitoral

1. Gostaria de saber por que o Sr. decidiu disputar as eleições de 2002. O que o Sr. fazia naquela época?
2. E a escolha do partido, como foi?
3. O Sr. ocupava algum cargo no partido?
4. O Sr. pensou em procurar outro partido além desse? Por quê?
5. Como foi a convenção partidária para definir as candidaturas do seu partido em 2001?

Bloco 2 – A campanha de 2002

1. Quando o Sr. começou a campanha quais foram os procedimentos iniciais? Quais os recursos que o Sr. possuía?
2. Num geral, como foi a campanha do Sr.? Por que o Sr. acha que teve sucesso?
3. Como o Sr. escolheu os municípios para fazer sua campanha?
4. E o partido do Sr., teve qual peso para sua vitória?
5. O que o Sr. achou da coligação que o seu partido fez para disputar a eleição? O Sr. acha que valeu a pena fazer alianças com outras legendas?
6. Após ser eleito o Sr. se reuniu com as lideranças do seu partido antes da cerimônia da posse?

Bloco 3 – Participação na arena legislativa (ainda pelo partido que foi eleito)

1. No início da legislatura acontece a eleição para a mesa diretora e a definição da composição das comissões permanentes. O Sr. ocupou algum cargo? (se sim perguntar qual foi e se não perguntar se gostaria de ter ocupado)
2. O partido do Sr. participava das discussões para decidir quem ocuparia os cargos que o partido tinha direito nas comissões?
3. E a liderança do partido na ALEP foi escolhida de qual maneira?
4. O partido do Sr. atuava sozinho ou em bloco? O que o Sr. achou desse decisão?
5. O partido do Sr. apoiava o governador ou fazia oposição? O Sr. concordou com esse posicionamento?

Bloco 4 – Participação na arena legislativa (já no partido “novo”)

1. Então o Sr. resolveu trocar de partido. Antes de mudar o Sr. conversou com a comissão executiva estadual do seu partido?
2. E os seus eleitores? Eles reagiram à troca?
3. Os prefeitos e vereadores dos municípios que compunham as bases eleitorais do Sr., reagiram de alguma forma?
4. E os seus assessores, o que eles acharam da decisão do Sr.?
5. Na hora de escolher um novo partido o que o Sr. tinha em mente?
6. Quando o Sr. decidiu se filiar a esse partido o Sr. conversou diretamente com os membros da comissão executiva? Houve algum tipo de reunião especial?
7. E os seus novos colegas de partido, o que acharam da entrada do Sr. na legenda? Foi bem recebido por eles?
8. O Sr. sentiu dificuldades na adaptação à nova sigla? E o ritmo de trabalho, as reuniões, as votações, o que mudou no seu cotidiano?
9. O Sr. manteve os mesmos assessores?
10. Com a mudança de partido o Sr. foi para o bloco da situação (ou para oposição). Sentiu diferenças no tratamento recebido? Suas proposições, projetos de lei, emendas, tiveram algum tratamento diferente?

Bloco 5 – Avaliação do mandato parlamentar

1. Quando um deputado estadual é eleito, de forma geral ou pensando no Sr. mesmo, a quem ele precisa prestar contas ? À sua própria consciência, aos seus eleitores, à toda população do Paraná, ao partido que está filiado...
2. O que o Sr. acha do partido fechar questão antes da votação?
3. Se por acaso um deputado discorda da maioria do partido em determinado assunto, o mais adequado é ele mudar seu voto no plenário ou seguir o que foi discutido com os demais colegas da bancada?
4. O Sr. acha importante manter contato com os eleitores no dia-a-dia do mandato?(se sim, com qual frequência e como faz isso)
5. O que o Sr. acha da resolução do TSE, que está valendo desde 2007, e que entende o mandato pertencendo ao partido e não ao político?

Bloco 6 – Reapresentação e reeleição

1. No começo da nossa conversa o Sr. contou como foi a convenção partidária em 2002, nas eleições de 2006 o Sr. foi candidato por um outro partido. A convenção para definir as candidaturas foi diferente?
2. Na campanha de 2006 o Sr. teve mais tempo no HGPE?
3. A campanha foi diferente da que o Sr. fez em 2002? Contou com a mesma equipe?

4. O Sr. achou mais fácil ou mais difícil a campanha de 2006 estando num novo partido?
5. O Sr. percebeu diferenças na sua votação final? A posição do Sr. na lista do partido (coligação) foi melhor?
6. E quanto a sua base eleitoral, o Sr. teve votação nos mesmos municípios?
7. Como o Sr. vê a carreira de político? Pretende continuar nesta carreira?
8. Pensando na idéia de esquerda e direita. Sendo 1 extrema direita e 7 extrema esquerda, onde o Sr. se posiciona? E o seu partido?